

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

FÁTIMA SUELY RIBEIRO CUNHA

**DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PRÁTICA DO
EMPREENDEDORISMO: histórias de vida de empreendedores**

Florianópolis (SC) 2007

FÁTIMA SUELY RIBEIRO CUNHA

**DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PRÁTICA DO
EMPREENDEDORISMO: histórias de vida de empreendedores**

Orientador: Profº Dr. Fernando Ponte de Souza

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Política do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Florianópolis (SC) 2007

FÁTIMA SUELY RIBEIRO CUNHA

**DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PRÁTICA DO
EMPREENDEDORISMO: histórias de vida de empreendedores**

Orientador: Prof. Fernando Ponte Souza

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Política do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Florianópolis (SC) 2007

BANCA

Profº. Dr. Fernando Ponte

Profº. Dr. Guillermo Alfredo Jhonson

Profª. Dra. Maria Soledad Etcheverry Orchard

Aos meus filhos por existirem e motivarem todas as minhas investidas e realizações.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização desta pesquisa. A minha família, os colegas do programa, os amigos mais próximos, funcionários e professores da universidade e aos trabalhadores pela boa vontade com que nos concederam as entrevistas. Aos professores Paulo Sérgio Tumolo e Maria Soledad Etcheverry Orchard, membros da banca de qualificação pelas críticas e sugestões que foram fundamentais para a realização desta pesquisa, e especialmente, ao prof. Fernando pela atenção e confiança dedicada.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO	11
1. EPISTEMOLOGIA.....	15
1.1 A metateoria histórica	15
2. METODOLOGIA.....	17
2.1 O problema.....	17
2.2 Ideologia	18
2.3 Os fundamento da ideologia neoliberal	21
2.3 Procedimentos da pesquisa	29
Seção I: Caracterização do campo	30
Seção II: Composição do campo.....	31
Seção III: Critério de seleção dos entrevistados	33
Seção IV: As entrevistas.....	37
Sessão V: A seleção das narrativas	37
3. AS FORMAS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	39
3.1 O modelo fordista de produção e de vida do trabalhador	39
3.2 A reestruturação produtiva e o neoliberalismo	44
3.3 A acumulação flexível e a as relações de trabalho.....	52

3.4 O quadro do desemprego no brasil	55
4. O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO	68
4.1 O surgimento do empreendedorismo no Brasil	71
5. HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM.	75
5.1 Eu não sou de ficar chorando: Maria	77
5.2 Não se pode projetar nada: Jorge	93
5.3 Enquanto há vida não há beco sem saída: Ana	100
5.4 Eu patrão e mais nada: Paulo.....	106
5.5 Empreender não é para qualquer um: Marcos.	115
5.6 Eu sou um empreendedor: Marcelo.....	120
6. ANÁLISE DO CONTEÚDO	124
6.1 Considerações iniciais	124
6.2 A categoria trabalho.....	125
5.3 O desemprego.....	127
6.4 A precarização do trabalho	129
6.5 O empreendedorismo	134
6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ENTREVISTADOS.....	154

RESUMO

A sociedade contemporânea vem passando por profundas transformações que afetam diretamente o mundo do trabalho e como consequência o trabalhador que sofre com aumento do desemprego e a perda na qualidade do trabalho. Ao analisarmos estas transformações observamos que há um discurso político-ideológico que prega o empreendedorismo como uma receita salvacionista exaltando novas formas de organização do trabalho que priorizam os “patrões de si mesmos” os empreendedores como novos agentes econômicos essenciais para o desenvolvimento do país. Diante do exposto realizamos este estudo sob a perspectiva da sociologia histórica com o objetivo de identificar quem são os trabalhadores que buscam o empreendedorismo e através da sua fala verificar como estes sujeitos estão percebendo e vivenciando essa prática. Para coleta de dados utilizamos a história de vida e como técnica para seu tratamento a análise de conteúdo. As categorias que orientaram a análise foram trabalho, desemprego, precarização do trabalho e empreendedorismo.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo, desemprego, trabalho, neoliberalismo, precarização.

ABSTRACT

The contemporary society has passing for great transformations that affected directly the work world and consequently the worker who suffers with the increase of the unemployment and the loss of the work quality. When we analyze these transformations that we observe that it has one politic-ideological speech that preaches the undertaking as a new income to safeguard and to exalt new forms of organization of the work that prize “self made man” the entrepreneurs as new essential economics agents development of country. In front all exposed we realize this study under the historical sociology perspective with the objective to identify who are verify who are the workers that search the entrepreneurship and across of their talk to check how these subjects are perceiving and living this practice. To collect these data we utilize the life history and as technique for its treat the analyze of the content. The categories which direct this analysis were: work, unemployment, precarization of the work and entrepreneurship.

KEY WORDS: entrepreneurship, unemployment, new liberalism, precarization.

LISTA DE SIGLAS

BIRD: O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESAG: Escola Superior de Administração e Gerência

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

GEM: Global Entrepreneurship Monitor

IBGE: Instituto Nacional de Ciências e Estatísticas

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA: Instituto de Pesquisas Econômica e Aplicadas

MPC: Modo de Produção Capitalista

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC: Organização Mundial de Comércio

PEA: População Economicamente Ativa

PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB: Produto Interno Bruto

PICE: Política Industrial de Inserção Comercial

PME: Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD: Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios

PUC/RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RAIS: Relação Anual das Informações Sociais

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo

SEAD: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SINE: Sistema Nacional de Emprego

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

A presente investigação aborda a temática do mundo do trabalho, enfatizando as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, destacando o fenômeno do empreendedorismo¹, com o objetivo de compreender a articulação entre o discurso e a prática do empreendedor.

O interesse por estudar sobre a temática surgiu a partir de uma pesquisa exploratória realizada em 2005, no posto de atendimento do SINE, em Florianópolis, onde observamos o seguinte episódio: na fila de espera os assuntos giravam em torno do futuro do emprego, empreendedorismo, o segredo do sucesso, entre outros. Percebemos que aquele discurso causou certo encantamento em algumas daquelas pessoas. O fato é que em menos de uma hora, quatro desempregados, incluindo o que discursava, encaminhavam-se para o SEBRAE, em busca de esclarecimentos sobre empreendedorismo. Diante disso, surgiu a inquietação e a necessidade de compreender mais sobre as seguintes questões: Quem são esses empreendedores? Por que procuram essa alternativa? O que causa tanto encantamento nesse discurso? Como estão vivenciando o empreendedorismo? Os empreendedores estão satisfeitos?

Entretanto a tarefa de investigar sobre esta temática constituiu-se num desafio, pelo fato de ser um campo de pesquisa recente no Brasil. O conteúdo disponível para o estudo não é específico, podendo ser encontrado em maior quantidade nas áreas da administração, economia e educação, porém, pouco consistentes para uma pesquisa teórica mais aprofundada na área da sociologia. Constatamos que não há um consenso no que diz respeito à definição

¹ Empreendedorismo pode ser entendido como ato de empreender empresa; criação ou renovação e empreendedor é aquele que começa o “seu próprio, novo e pequeno negócio” ; aquele que é criativo, inovador, capaz de enxergar oportunidades que corre riscos. Druker (1987), Mc Clelland (1972) , Dolabela (2003), Dornelas (1999).

do conceito de empreendedorismo e empreendedor. Ao realizarmos um levantamento na base de dados do Portal Capes, verificamos que a maioria das pesquisas existentes sobre o tema versa sobre as histórias de empresários de sucesso ou são quantitativas.

Por decidirmos realizar uma pesquisa qualitativa, optamos por uma abordagem teórico-metodológica na perspectiva da sociologia histórica, visto que seu foco é mais amplo permitindo uma análise articulada dos aspectos estruturais e históricos da sociedade, onde o sujeito é visto como parte integrante e integrada de um contexto social.

Com base nesse aspecto, nossa análise priorizou a experiência de trabalhadores que empreenderam um negócio próprio, antes e depois de 1990. Decidimos por este recorte temporal, porque a década de 1990 foi marcada pela consolidação do neoliberalismo² e o início de um processo de redimensionamento da estrutura produtiva. Tal fato resultou em profundas mudanças de caráter estrutural e ideológico no país. Este conhecimento é fundamental para o entendimento da retórica do empreendedorismo, da dinâmica do processo de (re) construção da identidade do trabalhador e das suas representações.

O campo escolhido para o estudo foi o município de Florianópolis, por ser uma capital cuja economia gira em torno do setor terciário e por se destacar entre as capitais brasileiras mais propícias ao empreendedorismo³.

O empreendedorismo e a vivência dos empreendedores é um tema atual e traz contribuições relevantes para o campo da sociologia do trabalho, visto que abrange discussões acerca da centralidade do trabalho, das formas de precarização nas suas relações, do desemprego, do novo modelo de trabalhador sugerido nos discursos das novas competências.

² Utilizamos a expressão neoliberalismo para caracterizar uma orientação política que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, em contraposição ao Estado e as políticas sociais de bem-estar-social.

³ Um exemplo deste tipo de divulgação pode ser encontrado na edição 897 da revista Exame disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0897/economia/m0133378.html>. Acesso em 10/09/2007.

Além disso, sugere novos estudos relativos aos atuais mecanismos utilizados pelo capital, para o acesso e controle da subjetividade do trabalhador.

Neste contexto, a discussão sobre o tema fundamenta-se nas experiências vivenciadas pelos sujeitos durante suas trajetórias associadas ao contexto social em que estão inseridos, considerando seus aspectos objetivos e subjetivos.

Além de resumo e introdução, o trabalho está dividido em seis partes. No primeiro capítulo apresentamos a epistemologia, onde sintetizamos a teoria utilizada para o estudo. No segundo capítulo a metodologia, onde expomos o problema da pesquisa seguido pela explanação do conceito de ideologia e os fundamentos da ideologia neoliberal. Neste mesmo capítulo, relatamos sobre os procedimentos da pesquisa de campo detalhados em cinco seções, bem como, as características e a composição do campo, os critérios de seleção dos sujeitos, as entrevistas e a escolha das histórias analisadas.

No terceiro capítulo, apresentamos uma revisão teórica com base na literatura marxista, abordando as formas de acumulação capitalista. Nesse capítulo procuramos fazer um recorte teórico que parte da caracterização do modelo fordista de produção e de vida do trabalhador, passando pela reestruturação produtiva e o neoliberalismo, até o atual modo de produção conhecido como acumulação flexível. Nesse contexto, focamos as relações de trabalho e o desemprego no Brasil.

No quarto capítulo apresentamos o fenômeno do empreendedorismo discorrendo, desde a origem do termo e os principais conceitos, até o cenário do empreendedorismo no Brasil.

O quinto capítulo traz as histórias de vida dos sujeitos entrevistados, descritas em forma de narrativas, e discutidas individualmente, com base nas teorias que sustentam esta investigação.

No último capítulo, apresentamos a análise do conteúdo coletado destacando as categorias trabalho, desemprego, precarização do trabalho e empreendedorismo. Por fim, as conclusões e comentários finais, seguido das referências bibliográficas e lista dos entrevistados.

1. EPISTEMOLOGIA

1.1 A metateoria histórica

Com base em Ianni (2001: 30-58) a sociedade contemporânea vem passando por diversas transformações econômicas, políticas, culturais, entre outras, de proporção mundial, de forma tão dinâmica que a noção de tempo e espaço parece tomar novas dimensões. Vivemos a era da globalização caracterizada por um processo de ruptura histórica onde o tempo passado é negado. O presente se torna passado em milésimos de segundo e tudo que é sólido parece se dissolver ou se transformar. O espaço não tem limites ou fronteiras, “o local e o global estão distantes e próximos, diversos e mesmos”. Um processo de intensificação das relações sociais em que os laços com a história tendem a se romper abalando os “quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades em todo o mundo”. Os referenciais se modificam tornando tudo aleatório provocando sentimentos de insegurança e incerteza em relação aos valores que permeiam as relações sociais. Valores estes, que supostamente, influenciam ou determinam a postura que cada indivíduo deve assumir diante das diversas situações impostas como condição, para a vida em sociedade.

Neste sentido, investigar sobre as questões inerentes ao mundo do trabalho no Brasil se constitui num desafio teórico-metodológico e epistemológico para as Ciências Sociais, que implica na necessidade de redefinir e ampliar seus conceitos e categorias, bem como, as formas de interpretar a realidade que agora não pode mais ser vista somente em âmbito nacional, mas global.

Sujeito e estrutura social estão imbricados e inseridos numa realidade social universalizada. Na opinião de Ianni (2001) “o indivíduo e a coletividade constituem-se na trama das formas de sociabilidade e no jogo das forças sociais em desenvolvimento em âmbito global”. É preciso considerar toda a dinâmica que cerca as relações, os processos e as estruturas lembrando que a realidade está sempre em movimento.

Para Florestan Fernandes, compreender a estrutura significa entender

“a configuração mais profunda da sociedade brasileira, a um tempo capitalista – e como tal implicando nas contradições do MPC – e dependente” – nesse caso imbricada na maneira pela qual se expande o capitalismo, em particular, com os laços que se estendem necessariamente a partir das nações capitalistas hegemônicas. (Silveira, 1978).

Ou seja, não há como analisar os problemas da sociedade brasileira separados das questões inerentes as sociedades capitalistas. Isso porque, é preciso considerar que a estrutura da sociedade brasileira se caracteriza por uma “dupla articulação econômica”- articulação interna: que implica na relação entre os setores econômicos internos e as diferentes formas de produção, e, a articulação externa: que supõe a relação de dependência da economia brasileira a alguns setores econômicos centrais. Essa articulação determina as condições internas, mas certamente não pode ser compreendida separada das formas como os sujeitos sociais vivenciam as condições estruturais. (Silveira, 1978).

Em face desses desafios, emerge a necessidade de uma análise em nível estrutural e histórico para compreendermos como essa articulação se concretiza historicamente, ou seja, é preciso buscar na história os aspectos que envolvem as relações sociais e de produção para compreendermos de que maneira as forças sociais atuam nesta estrutura e como os agentes sociais interferem, transformando ou reforçando as condições estruturais.

2. METODOLOGIA

2.1 O Problema

Os fenômenos sociais, com os quais atualmente se convive, assim como, a instabilidade econômica, a flexibilização do trabalho, a obsolescência das profissões, o desemprego e o subemprego, a violência e o empobrecimento, parecem deixar as pessoas desorientadas, exigindo um leque diversificado de estratégias de sobrevivência como se a vida fosse uma “gincana”⁴.

Considerando o caminho histórico-temporal do processo de acumulação capitalista, nota-se que estas transformações estão imbricadas às políticas neoliberais impostas pelos Estados Unidos, na década de 1980, como sugestão para o crescimento em nível mundial. Tais políticas enfatizam o mercado como imperativo categórico ao desenvolvimento dos países em crise e impõem intervenção mínima do Estado na economia. O mercado passa a ter prioridade sobre o Estado, e o indivíduo, sobre a coletividade.

Conforme Petras (1997:18), o neoliberalismo “postula um mundo formado por indivíduos que concorrem” pressupõe que através dessa concorrência entre indivíduos se alcança o pleno desenvolvimento da sociedade. O autor ressalta, ainda, que “os objetivos dessas políticas, identificadas como neoliberais, são entendidas de maneira diferente pelos defensores do neoliberalismo e pelos seus críticos de esquerda”. Para os teóricos neoliberais,

⁴ Jogo que se constitui em cumprimento de tarefas. A participação pode ser individual ou em equipe. Os participantes não conhecem nem as tarefas nem as regras que as norteiam com antecedência, as mesmas só são divulgadas no momento da execução.

“são produto de indivíduos, imposto para benefício da sociedade”. Já sob a ótica dos críticos do neoliberalismo este discurso mascara o fato destas políticas serem “formuladas pelas classes incrustadas em instituições como FMI, Banco Mundial, OMC, Bird, dentre outras, para benefícios de outras classes compostas por banqueiros, empresas multinacionais”.

Visto desta maneira, o neoliberalismo aparenta ser um conjunto teórico metodológico de ações, com base no liberalismo econômico, que oferece soluções práticas e eficientes à crise do capitalismo, tornando-se um discurso hegemônico e aparentemente desideologizado. Conforme Schneider (apud Draibe 1993):

“ Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias e não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento e não distribuição. Acima de tudo tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas”.

Neste sentido, se *a priori* considerarmos ideologia como sendo um “conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época e que traduzem uma situação histórica” (Ferreira, 1986), então é válido afirmar que o neoliberalismo é também uma ideologia?

2.2 Ideologia

“*Disso eles não sabem, mas o fazem*”⁵

No que diz respeito ao fenômeno ideologia, buscamos, a partir da literatura marxista, elucidar entre os conceitos atribuídos, o que mais se aproxima da nossa realidade, visando a melhor compreensão do evento aqui investigado.

⁵. Zizek (1996:312) cita a frase de O Capital de Marx como definição mais elementar de ideologia.

Na *Ideologia alemã*, Marx fala sobre a origem e a função da ideologia. Para ele as idéias e representações que os homens fazem sobre si mesmos e sobre suas realidades são frutos das relações necessárias, estabelecidas durante o processo de produção material de suas vidas, independentemente de suas vontades. Portanto, não refletem a realidade das suas condições materiais reais, ao contrário, elas refletem a maneira pela qual a realidade lhes é apresentada. Nas palavras de Marx (1987:37), “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”.

Na interpretação de Chauí (1984), a ideologia surge a partir da divisão social do trabalho, no momento em que se separa a cidade do campo ou o trabalho material do trabalho intelectual, proprietários e não proprietários. Em consequência, surge a divisão da população entre duas classes, a dos que pensam e dos que efetivamente trabalham, cada qual com interesses próprios. Como os interesses dos homens reais em condições históricas e sociais reais são antagônicos, surgem os conflitos e as contradições que dão origem a luta de classes. Estas contradições aparecem para a consciência dos homens como se fossem conflitos entre interesse particular e interesse coletivo. Surge com isso, a idéia de um interesse geral e para representar esse interesse, constitui-se o Estado. O Estado aparece como a concretização deste interesse, mas na verdade é um instrumento de legitimação dos interesses da classe dos proprietários que domina por meio das leis.

As leis legitimam as idéias da classe dominante transformando-as em idéias dominantes, através dos direitos de igualdade comum a todos os cidadãos. Assim, os sujeitos não se percebem como pertencentes a outras classes, bem como não percebem suas diferenças sociais, econômicas e políticas.

É aí que consiste o papel da ideologia, ou seja, a obediência à lei, assim como à qualquer idéia deve ser recalcada no inconsciente, “através de experiência ideológica imaginária do sentido da lei” ou do sentido da idéia. Os sujeitos devem crer que ela é a

fundamentação da verdade e, uma vez que “a crença, longe de ser um estado “íntimo” e puramente mental, é sempre *materializada* em nossa atividade social efetiva: a crença sustenta a fantasia que regula a realidade social [...] ela transforma a mentira num princípio universal.” Zizek (1996:317).

Portanto, conforme Chauí (1984), a ideologia não é uma simples distorção ou um reflexo da realidade, se fosse seria exatamente o oposto da realidade e, ao contrário é a substituição de um mundo real por um mundo imaginário.

Nas palavras de Zizek (1996:323) a ideologia

“é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria realidade: uma “ilusão” que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível (antagonismo): (uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada)”.

Para o autor (316), é justamente na “ilusão” que se encontra a chave para interpretar a fórmula de Marx “disso eles não sabem, mas o fazem”. A ilusão está do lado do que as pessoas fazem, ou seja, da própria realidade, o que as pessoas não sabem é que a sua atividade social está orientada por uma ilusão fetichista.

Em suma, podemos considerar ideologia como uma ou um conjunto de idéias produzidas ou herdadas da classe que se encontra no poder, independente de uma época específica, que garantem e legitimam seus interesses sociais, econômicos e políticos. Esses interesses são transmitidos para as classes dominadas através da família, educação, religião, política, mídia, entre outros, independentemente da realidade histórica e social, como se fossem a expressão do ideal universal criando-lhes a ilusão de igualdade de direitos e oportunidades, através de leis ou de políticas sociais. Isso faz com que as pessoas incorporem a crença de que essas idéias, aparentemente anônimas, representam a realidade em que vivem acreditando que são parte integrante e integrada do contexto anunciado, ignorando os antagonismos existentes e naturalizando a lógica de que se todos são iguais perante a lei, e

todos têm os mesmos direitos ao exercício pleno da cidadania. Se, contudo, permanecem desiguais ou é porque são preguiçosos e não quiseram aproveitar, ou é decorrência da ação divina ou de alguma outra causa legítima e legal. O poder da ideologia está justamente na capacidade de ocultar essas diferenças e tornar as idéias específicas da classe dominante em idéias universais como se representassem o interesse do todo social.

“As idéias (Gedanken) da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual⁶.
Marx (1987:72)

Neste sentido, podemos dizer que as idéias dominantes da sociedade atual, são a expressão do ideal contido no discurso neoliberal que impõe seus dogmas⁷ de forma universalizante, como sendo os únicos e genuinamente válidos e que, portanto, neoliberalismo, também, pode ser entendido como uma ideologia e o empreendedorismo como um desses dogmas.

2.3 Os fundamentos da ideologia neoliberal

Tomando como base as teorias de Hobbes (2002) e Locke (2002), encontra-se em comum a ênfase ao individualismo e a formação da sociedade civil, através de um contrato entre indivíduos e uma instituição política que dite normas que balizem a vida em sociedade. Para ambos, os homens nascem com direitos naturais de liberdade, igualdade e propriedade.

⁶ Marx, K, Engels, F. A ideologia Alemã. São Paulo, 1987. É importante ressaltar que algumas publicações deste texto trazem traduções diferenciadas. Para produção espiritual traduz-se produção intelectual.

⁷ Utilizamos o termo “dogma” como expressão para classificar o grau de influência que a ideologia, contida no discurso neoliberal, vem exercendo no comportamento individual e coletivo da sociedade.

Hobbes defende que em estado de natureza todos os homens eram iguais e tinham os mesmos direitos. Sendo assim, para que cada homem garantisse os seus direitos todos viviam em constante estado de guerra.

“O estado dos homens sem a sociedade civil (ao qual podemos chamar corretamente de estado de natureza), nada mais é que uma guerra de todos contra todos, e nesta guerra, todos os homens têm direitos iguais sobre todas as coisas; e em seqüência, que todos os homens assim que entendem esta condição odiosa (até porque a natureza os compele a isso) desejam livrar-se desta miséria”.

(Hobbes 2002:21).

Para que os homens se livrem deste estado de guerra é necessário um pacto entre si, um contrato, onde cada um abdique do seu direito sobre alguma coisa em favor de todos. Porém só isso, não é suficiente para garantir que o direito de todos seja respeitado, para isso é necessário estabelecer um contrato entre os indivíduos e um poder absoluto. Como resultado da vontade dos indivíduos constitui-se o Estado, soberano e absoluto, que dita leis, distribui as propriedades e garante a conservação da vida, ou seja, o Estado aparece como condição de uma vida em sociedade. Contudo, não pode ser contestado.

Locke (2002), também concorda que os homens nascem com direitos naturais da vida, liberdade e propriedade, porém não admite que sejam abdicados em favor de um poder absoluto. O contrato para a formação da sociedade civil deve ser pelo consentimento e não pela conquista, caso contrário vai de encontro aos direitos naturais de liberdade e igualdade dos homens.

Dentre todos estes direitos o que Locke considera fundamental é o direito à propriedade, pois é através dela que o homem assegura a sua liberdade. É na propriedade que se origina o trabalho e a partir dela, o homem adquire direitos de cidadão.

“Embora a terra e todos os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra das suas mãos pode-se afirmar, são propriamente dele. (...) Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, agregou-lhe com o seu trabalho um valor que o exclui do direito comum de outros homens. Uma vez que esse trabalho é propriedade exclusiva do

trabalhador, nenhum outro homem tem direito ao que foi agregado”. (Locke 2002:38).

Como o Estado tem poderes limitados, mesmo sendo soberano jamais será proprietário daquilo que é direito natural dos homens. O Estado de Locke é de direitos naturais e não um Estado despótico como o de Hobbes.

Locke (2002) defende que é o mercado e não o Estado de Hobbes que se apresenta como instância de socialização dos indivíduos, sob a alegação de que é no âmbito do mercado que o indivíduo exerce sua cidadania, pois é em função do intercâmbio das mercadorias que a sociabilidade é normatizada.

Até aqui se percebe, claramente, a importância em garantir a vida, a liberdade e a propriedade para cada indivíduo na sociedade. Podemos dizer que na concepção de Hobbes (2002), encontramos o fundamento filosófico da ideologia do liberalismo, entretanto, é na concepção de Locke que se enraíza a fundamentação política, pois ressalta os limites do poder do Estado e atribui ao indivíduo a liberdade de poder fazer ou não fazer o que quiser, desde que cada um se responsabilize pelos seus atos.

Partindo do princípio de liberdade individual, nasce a economia política com Adam Smith, no século XVIII, que através da teoria emblemática na metáfora da mão invisível, visa provar que a tutela do Estado sobre os agentes econômicos prejudica o desenvolvimento de um país. Com base em Smith (1988) e Prado (2006), a sociedade por si só é capaz de auto-organizar sua economia, de maneira espontânea e mais eficiente, desde que não haja a intervenção de poderes alheios aos interesses dos próprios indivíduos. Nesta concepção, a ordem econômica assenta-se sobre o interesse individual, pois cada indivíduo, guiado pela racionalidade, busca seus interesses pessoais de forma egoísta, e, ao buscar seus interesses acaba por contribuir, mesmo que inconscientemente, para o desenvolvimento da sociedade. É a esta contribuição inconsciente do indivíduo e anônima à sociedade que Smith

chama de mão invisível. Entretanto, essa ordem não está baseada na sociabilidade ou na generosidade dos homens, mas sim, no egoísmo e na perspectiva de obter vantagens, pois num sistema de livre mercado, se cada indivíduo agir no sentido de maximizar o seu bem-estar individual a sua ação, irá gerar a competição e a competição pressupõe o equilíbrio da economia.

Com base no exposto, percebemos que a matriz teórico-ideológica do neoliberalismo é o liberalismo ao passo que cria o perfil de homem ideal para o modelo de produção vigente. Este homem, modelo neoliberal, é livre, flexível e facilmente adaptável às circunstâncias do momento. Não se prende ao passado, nem planeja o futuro a longo prazo e não prioriza relações efetivas. Ele negligencia sua trajetória histórica, é desligado das proteções da coletividade, autônomo, é o único responsável pela sua existência, ignorando crenças e valores em nome da satisfação pessoal imediata. Baseado em Elias (1994), podemos dizer que é como se indivíduo e sociedade fossem opostos, como se a identidade-eu sobrepujasse a identidade-nós, o indivíduo parece desintegrar-se em relação a sociedade, vivendo tão somente para atender seus objetivos individuais como se o outro só existisse para atender as suas necessidades.

Esta ideologia vem orientando mudanças em nível mundial no que diz respeito ao dia a dia das pessoas, impondo-lhes um comportamento flexível, ou seja, um comportamento adaptável em quaisquer circunstâncias. Neste contexto, percebemos que diante de todas estas transformações encontra-se o fio condutor da acumulação capitalista que são as relações de trabalho e, no centro, o trabalhador, o qual espera-se que seja adaptável e integrado à inovação incessante.

Ao observarmos o processo de reestruturação produtiva no Brasil, verificamos que o trabalhador foi e está sendo diretamente atingido. O desemprego virou um fantasma que atinge todas as camadas sociais, com uma intensidade sem precedentes na história do país.

Diante de uma economia incapaz de absorver o excedente de mão-de-obra, o capital se reinventa e confirma sua capacidade de mobilizar os indivíduos ao seu modo de operar por meio de um discurso político-ideológico que prega o fim do emprego e o empreendedorismo como receita salvacionista. Exalta novas formas de organização do trabalho, enfatizando os “patrões de si mesmos” e os empreendedores como novos agentes econômicos considerados essenciais para o desenvolvimento de um país. Neste sentido, o novo trabalhador, sugerido pelo capital, traz de volta o modelo do *self made man* ou o homem que se faz por si mesmo, o vitorioso, como um imperativo para quem quer se inserir no mundo do trabalho e nele permanecer.

Todas estas transformações acabam deixando as pessoas suscetíveis às diversas formas de manipulações exercidas pelo capital e passam a absorver outros modos de perceber e de se relacionar com o mundo, tanto na vida pessoal, quanto na profissional.

Com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, o capital passa a exercer, com mais eficiência, o poder de manipular as opiniões, pois possui os mais modernos meios de comunicação de massas que, por sua vez, parece estar incumbido de incutir na sociedade os valores convenientes e o perfil ideal, influenciando os comportamentos e as práticas sociais das massas.

Conforme Ianni, (1999: 36),

“O predomínio dos interesses das classes dominantes, em escala nacional e global tem sido, cada vez mais garantido pela eficácia e expansão da indústria cultural (...) a industria cultural faz com que os indivíduos e as coletividades prescindam dos originais⁸”.

Observa-se, através dos veículos de comunicação de massa como, por exemplo, a televisão, uma diversidade de programas que promovem o perfil ideal do indivíduo adequado

⁸ Conforme a definição de Ianni (1999 p.137) “a indústria cultural pode ser vista como uma técnica social, por meio da qual se trabalha as mentes e corações. Esta é uma das formas de exercício de poder que prevalece na sociedade contemporânea, mas que continuam articuladas aos interesses do capital”.

ao capital. Enfatiza o caos social através de documentários sobre o fim do emprego, a nova gestão do trabalho, globalização, entre outros, e prega a idéia de um único mundo possível, regido pelo mercado, estimulando um comportamento empreendedor individualista e competitivo⁹.

Como diz Passolini (apud Frigoto 1995) “Este ideário vem sendo sistematicamente trabalhado pela mídia, cujo monopólio a torna o grande poder fascista desta segunda metade do século XX.”

Para além das mídias, existem diversas instituições espalhadas por todo o Brasil que se declaram encarregadas em divulgar o empreendedorismo como, por exemplo, o SEBRAE¹⁰ e a Junior Achievement¹¹. Além destas, o sistema público e privado de educação que adota programas específicos que, incluem a formação para o empreendedorismo como, por exemplo, o Programa Empresa Junior¹² justificados pela emergência em qualificar o trabalhador para que esteja apto a atender as constantes mudanças, necessárias a lógica do capital.

A proposta do empreendedorismo é apoiada pelo discurso da empregabilidade que, conforme Mattoso (1999:20),

⁹ Os exemplos podem ser constatados nas propagandas da Coca-Cola com seus slogans que dizem: *Tenha atitude...Essa é a real!*; *Ficar na sua... Essa é a real!*; *Seu brilho é você!*, entre outras. Disponível em <http://www.memoriadapropaganda.org.br/noticias/20040722ccola.html>

¹⁰ Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, é uma instituição sem fins lucrativos. Trabalha pelo desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte. Para isso, a entidade promove cursos de capacitação, facilita o acesso a serviços financeiros, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda. É parceira do Governo Federal na aplicação de programas de empreendedorismo. Dados compilados de um conjunto de informações disponível em www.sebrae.com.br.

¹¹ A Junior Achievement é uma fundação educativa sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada. Criada nos Estados Unidos, em 1919, por Horace Moses e Theodore Vail, presidentes da Strathmore Paper Company e da AT&T. Dados disponíveis em www.ja.sc.org.br.

¹² A ideologia do "movimento empresa júnior" surgiu na França há cerca de três décadas. Foi trazida para o Brasil em 1989 através da Fundação Getúlio Vargas, que formou a primeira empresa júnior deste país. A ESAG Jr. foi oficialmente fundada em Novembro de 1993 e se constitui em uma empresa sem fins lucrativos. O objetivo principal daqueles que trabalham junto a ESAG Jr. é o desenvolvimento pessoal-profissional. Isto é atingido através da possibilidade de confrontar a teoria com a prática, obter maior aproximação com o mercado, aprimoramento da realização de trabalho em equipe e uma série de outros fatores que irão se tornar o grande diferencial competitivo entre esses alunos e os vários outros administradores à disposição no mercado. Dados compilados de um conjunto de informações disponível em www.udesc.br/esag/esagjr/.

“passou a ser a expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc”.

Antunes, (2000:131) alega que empregabilidade é a “palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores às necessidades de sua qualificação”.

Em síntese, definimos empregabilidade como a capacidade do indivíduo de obter ou produzir sua ocupação e dela sobreviver. Um discurso neoliberal que assenta suas bases na ideologia do individualismo, enaltecendo os atributos individuais da criatividade, das competências e da competição como elementos suficientes para transformar o desempregado em empreendedor.

O apelo individualista constante no empreendedorismo atende aos interesses do capital, à medida que seu discurso conduz a um pensamento coletivo de auto-responsabilização do indivíduo pela sua existência. Ao cultivar o individualismo como essência remete o ser humano a uma visão egocêntrica, focada em si mesmo, desviando seu foco da totalidade histórica, ignorando-se como sujeito histórico submetido às contradições das relações sociais de produção e do capital.

Entendemos que o empreendedorismo, é um componente integrante e importante do conjunto de teorias neoliberal, ou seja, é a *práxis* do neoliberalismo. Chauí (1984:8), nos diz que *práxis* no grego “significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los”. Nesta perspectiva, empreendedorismo, será aqui definido como um discurso que exerce o papel de fomentar a ilusão¹³ de que os indivíduos são proprietários dos

¹³ Ilusão neste caso deve ser entendida no sentido de abstração e inversão da realidade. “Abstração é o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida. Uma realidade é concreta porque mediata, isto é, porque produzida por um sistema determinado de condições que se articulam internamente de maneira necessária. Inversão é tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Assim, por exemplo, quando os homens admitem que são desiguais porque Deus

meios para a manutenção da própria existência, quer através de uma ocupação autônoma ou como proprietários de empresa. Já o empreendedor é aquele que, independentemente do gênero, crê nesta ilusão, assume as responsabilidades por sua existência e cria sua ocupação, seja por meio de atividade autônoma, seja pela abertura de negócio próprio, individual ou em sociedade, em um único, ou em vários ramos de atividade.

Com base nesta premissa procuramos identificar quem são os trabalhadores que buscam o empreendedorismo e através da sua fala, verificar como estes sujeitos estão percebendo esse fenômeno e vivenciando essa prática.

As questões estruturais justificam algumas tendências, porém nem sempre elas aparecem na fala dos sujeitos como alternativas para essas questões. Por isso, é importante buscar na vivência desses trabalhadores, a forma como estão articulando entre o discurso e o real vivido na prática do empreendedorismo. Para atingirmos os objetivos entendemos que a melhor maneira de analisarmos estas questões é sob a perspectiva da sociologia histórica, visto que por este viés, estaremos dando ao sujeito e sua subjetividade a devida importância, como parte integrante e participativa do contexto social.

Iniciamos a investigação, por uma revisão da literatura com base em autores que tratam a temática do mundo do trabalho e uma pesquisa exploratória constante de análise documental sobre desemprego. Sendo este, considerado um fenômeno macrossocial, a análise documental é necessária para apontar índices que darão sustentação à investigação. Para tanto, utilizamos informações extraídas de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Ciências e Estatísticas (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), DIEESE/SEAD, SEBRAE e outros órgãos competentes.

ou a Natureza os fez desiguais, estão tomando a desigualdade como causa de sua situação social e não como tendo sido produzida pelas relações sociais e, portanto, por eles próprios, sem que o desejassem e sem que o soubessem". Caiú, (1984:40)

A parte empírica foi realizada por meio de entrevistas com trabalhadores empreendedores. A população escolhida constitui-se de seis trabalhadores residentes na cidade de Florianópolis, que em dado momento de suas vidas, abriram seu próprio negócio. O termo população, nesse caso, designa um conjunto de pessoas. A opção por Florianópolis se deu por ser uma cidade com um fluxo migratório relevante e, por ter o setor terciário como base na economia.

Para coleta de dados, utilizamos a história de vida e como técnica para seu tratamento, a análise de conteúdo, que pressupõe uma interpretação qualitativa.

A análise de conteúdo aponta a vantagem de ser um método adequado ao estudo “do que não foi dito” (Quivy (1992), ou seja, do que está implícito na fala do entrevistado.

2.4 Procedimento da pesquisa de campo

O objetivo deste item é apresentar a metodologia utilizada no trabalho de campo, a fim de esclarecer não só sobre os a escolha dos sujeitos, a maneira como foram abordados, o espaço no qual ocorreram as entrevistas, e, também, as dificuldades encontradas pela pesquisadora, bem como, a fundamentação teórica adotada na seleção das histórias de vida a serem exploradas nesta dissertação.

Inicialmente, a seção I: “Caracterização do campo de pesquisa” traz uma breve síntese sobre a cidade de Florianópolis, apenas para situar o leitor. A sessão II: “Composição do campo” traz um relato sobre as dificuldades encontradas e as formas de enfrentamento e superação das mesmas. A seção III: “O critério de seleção dos sujeitos”, apresenta os sujeitos pesquisados, suas características pessoais, profissionais e o contexto social em que vivem, a fim de elucidar os cenários que compõem cada história, permitindo refletir sobre o significado do empreendedorismo em diferentes contextos. Em seguida, a seção IV: “As entrevistas”

esclarece sobre como foram os contatos e os comportamentos no decorrer das entrevistas. A seção V: “A seleção das narrativas”, expõe as dificuldades e os motivos das escolhas das narrativas. Na seção VI: “Trajetórias que se cruzam” expomos o universo singular de cada um dos seis entrevistados, seguido das suas narrativas que evidenciam a realidade do trabalhador, dono do próprio negócio, revelando como definem suas identidades e conferem significados às suas práticas do empreendedorismo. Por fim, na seção VI: “A análise das entrevistas” abordamos as categorias que orientaram a análise.

Seção I - Caracterização do campo de pesquisa

O município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui um território de 433 Km², composto pela Ilha de Santa Catarina com 424 Km² e uma faixa continental de 12 Km². É o maior Município da recém criada Região Metropolitana, que é composta por 9 cidades e atua como centro político-administrativo na qualidade de capital. Possui uma taxa de urbanização de 97,04% e densidade demográfica de 760,10 km². Seu produto interno bruto é de R\$ 4,201 milhões (2000) e PIB per capita de R\$ 12.292,00. Sua participação na produção total do Estado 0,42%.¹⁴ Sua economia se baseia no setor terciário, principalmente nas atividades de comércio e prestação de serviços. O setor secundário, recentemente vem se desenvolvendo através da indústria da microinformática e do vestuário.

Uma das características que chama a atenção sobre Florianópolis é o expressivo número de pessoas advindas de todas as partes do país que migram para a cidade, atraídas pelos encantos naturais, pela tranquilidade e, principalmente, pelas possibilidades de trabalho que esta capital apresenta. Isto se reflete, expressivamente, tanto no crescimento demográfico como em fatores estruturais. Segundo o censo de 2000 a população de Florianópolis, neste

¹⁴ Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em www.pmf.sc.gov.br. Acesso em 30/10/2007

ano, era de aproximadamente 342 mil habitantes¹⁵. Em 2003 a população atingiu pouco mais que 369 mil habitantes¹⁶ e a estimativa do IBGE é que essa população ultrapasse o número de 396 mil habitantes em 2006¹⁷. Conforme o IBGE¹⁸, Florianópolis aparece entre as seis capitais brasileiras que apresentam um ritmo de crescimento populacional anual superior a 3%.

Em relação ao empreendedorismo, conforme informações obtidas na Prefeitura Municipal, entre os anos de 2001 e 2002, cerca de 13.000 empresas com até um funcionário, foram registradas em Florianópolis¹⁹ o que aponta como campo propício para a realização desta pesquisa.

Seção II - A Composição do campo

No momento da formulação do projeto de pesquisa, foi definido que o “campo” a ser estudado seria os empresários individuais residentes na cidade de Florianópolis – SC, que houvessem tido suas atividades empresariais iniciadas e/ou encerradas antes e depois da década de 1990. Para isso, recorreremos ao site oficial da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a fim de levantar os nomes e endereços dos respectivos sujeitos. Como a lista das empresas era imensa e não constavam número de telefones para um prévio contato, tornou-se inviável de ser investigada, visto que, visitar pessoalmente as empresas, além de tomar muito tempo e ser oneroso, estaria incorrendo na hipótese de não mais encontrar os proprietários nos respectivos endereços, transformando todo o esforço num trabalho inútil.

¹⁵ Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 30/10/2007.

¹⁶ Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em www.pmf.sc.gov.br. Acesso em 30/10/2007.

¹⁷ Fonte: IBGE/Cidades. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 30/10/2007.

¹⁸ Conforme IBGE. "Tendências Demográficas: uma análise da amostra do Censo Demográfico 2000". Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=288. Acesso em 31/10/2007.

¹⁹ Fonte: MTE/Rais/Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=informacoes_socio_economicas&sublink=estrutura_empresarial. Acesso em 15/09/2007.

Diante disso, solicitamos ao Departamento de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, que enviasse um ofício solicitando àquela instituição maiores informações a respeito dos empresários constantes da lista. A resposta foi ainda mais desanimadora, dado que, as taxas praticadas para o referido serviço extrapolavam o orçamento da pesquisadora, e não havia garantia que os dados estivessem atualizados.

Dados os fatos, surge a necessidade de repensar e redirecionar a investigação sem perder a fidelidade ao conjunto dos questionamentos previamente propostos na pesquisa. Era necessário escolher sujeitos que mais se aproximassem do perfil sugerido, e o tempo previsto, já estava por se esgotar. Isto posto, a fim de garantir que os sujeitos pesquisados fossem empreendedores, recorreremos ao SEBRAE e solicitamos acesso aos dados das pessoas que consultaram os serviços de orientação para a abertura do seu negócio próprio, ou as que participaram dos cursos ligados aos programas de incentivo ao empreendedorismo do Governo Federal²⁰, com os quais o SEBRAE mantém parceria.

Esta foi mais uma tentativa frustrada, pois o SEBRAE não possui cadastro das pessoas que solicitam estes serviços, tampouco faz uso de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos empreendimentos surgidos a partir dos programas. A solução encontrada foi solicitar uma entrevista com o Gerente de Comunicações e Mercado do SEBRAE, encarregado de desenvolver atividades de orientação e gestão de pequenos negócios. O objetivo principal da entrevista era obter indicações sobre alguns empreendedores para os quais estivesse prestando serviços naquela ocasião. A entrevista foi produtiva, uma vez que o referido gerente indicou duas pessoas proprietárias de empresas recentemente constituídas. Também nos foi indicado o Diretor Executivo da Junior Achievement²¹, uma Organização

²⁰ De acordo com o Sebrae os programas de maior destaque foi o Empretec, lançado no Brasil em 1990, o Brasil Empreendedor, lançado em 1999 e o Jovem empreendedor, em 2004.

²¹ A Junior Achievement é uma fundação educativa sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada. Criada nos Estados Unidos, em 1919, por Horace Moses e Theodore Vail, presidentes da Strathmore Paper Company e da AT&T, O objetivo da Junior Achievement é despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola. Sua missão promover a livre iniciativa, disseminando a cultura empreendedora, através da integração de

Não Governamental Norte-americana que tem como objetivo, disseminar, através da educação, o discurso do empreendedorismo no Brasil. De posse dos contatos, agendamos uma entrevista com o representante desta instituição. Na entrevista, surgiu a indicação de mais dois empresários que poderiam compor o campo de pesquisa.

De posse dos dados coletados nas entrevistas, estabelecemos contato com os mesmos que se mostraram interessados em cooperar, mas devido a quantidade de compromissos de cada um, vários agendamentos de entrevista foram cancelados, somente um deles conseguiu disponibilizar um horário para realizarmos a entrevista.

A empresária entrevistada nos forneceu indicação de mais duas pessoas e assim sucessivamente. Estas entrevistas auxiliaram na formação de uma rede de possíveis entrevistados e informantes, o que possibilitou a realização desta investigação. Ao fim, havia se constituído um rol de quinze pessoas dispostas a serem pesquisadas, mas apenas nove, dentre estas, apresentaram perfil para compor o grupo de entrevistados. De todas as entrevistas, a primeira foi utilizada como base para os ajustamentos, e seis, entre as demais, tiveram suas histórias de vida contempladas nesta dissertação, por serem consideradas relevantes à proposta do trabalho.

Seção III – Critério de seleção dos entrevistados

No início da pesquisa de campo, ficou decidido que os sujeitos pesquisados seriam selecionados aleatoriamente, ou seja, não pretendíamos basear a escolha nos critérios de gênero, faixa etária, etnia ou nível de escolaridade. Entretanto, no primeiro contato estabelecido com os quinze possíveis entrevistados, verificamos que as diversidades relativas a gênero, faixa etária e escolarização revelavam uma diferença tanto na forma de ser, quanto

na forma de vivenciar o empreendedorismo, e certamente, estas diferenças iriam enriquecer esta pesquisa.

O grupo de nove pessoas que apresentaram o perfil adequado e estavam dispostas a colaborar, foi formado por cinco homens e quatro mulheres. Direcionamos a seleção, obedecendo aos seguintes critérios: i) entrevistados da geração ascendentes (entre 50 e 70 anos); ii) entrevistados da geração descendentes (entre 30 e 50 anos) e iii) entrevistados da geração predominante (entre 20 e 30 anos). A partir desta pré-seleção, os candidatos receberam nomes fictícios e foram agrupados por gênero e escolaridade.

Os critérios utilizados para a escolha procuraram combinar a diversidade de gênero, faixa etária e escolarização, mas não foi possível agrupá-los em igual quantidade, ficando os grupos constituídos da seguinte maneira:

Grupo 1: geração ascendente: doravante denominada geração A.

Maria: Empresária, 65 anos de idade, nascida em São Paulo. Casada com João há 40 anos, mãe de 4 filhos, concluiu o Ensino Fundamental e reside com a família em Florianópolis. Possui residência própria, nunca teve um emprego formal, mas já foi dona de 9 empresas dos mais variados ramos. Nunca possuiu funcionários. Há seis meses vem se ocupando com os serviços domésticos, e no tempo livre, analisa as oportunidades para um próximo negócio.

Dulce: Ex-empresária e artesã, 65 anos, nasceu em Santa Catarina. Concluiu o Ensino Fundamental e reside com a família em Florianópolis. Casada há 42 anos, mãe de 2 filhos, possui residência própria, teve apenas um emprego formal onde exerceu a função de balconista. Foi dona de uma empresa, mas possuiu um negócio informal durante 20 anos. Atualmente mantém um ponto de venda de artesanato e não possui funcionários.

Jorge: Publicitário, tem 56 anos. Nasceu em São Paulo e reside em Florianópolis. É divorciado e pai de um filho. Formado em Comunicação Social e especialista em

Publicidade e Propaganda. Não possui residência própria, trabalhou em 2 empresas exercendo funções compatíveis a sua área de formação. Foi proprietário de uma empresa de *telemarketing* durante 10 anos, na qual empregava, em média, 20 funcionários. Atualmente trabalha em uma embarcação de lazer exercendo a função de marinheiro.

Grupo 2: geração descendente: doravante denominada geração D.

Ana: Empresária, com 47 anos. Nasceu no Rio Grande do Sul e reside sozinha em Florianópolis. É divorciada, mãe de 2 filhos que moram com o pai. É formada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. Não possui residência própria. Trabalhou em 4 empresas na sua cidade, exercendo diversas ocupações. Atualmente é proprietária de uma empresa individual de Consultoria Empresarial e não possui funcionários.

Rosa: Empresária, com 42 anos. Nasceu no Rio de Janeiro e reside sozinha em Florianópolis. É solteira, não tem filhos, concluiu o curso técnico de Instrumentação Cirúrgica no Rio de Janeiro. Não possui residência própria, trabalhou em 5 empresas exercendo diversas ocupações. Atualmente é proprietária de uma Agência de viagens e não possui funcionários.

Paulo: Empresário, 40 anos. Nasceu no Rio Grande do Sul e mora com os pais, em Florianópolis. Iniciou um curso técnico de Química Industrial, mas não chegou a concluir. É solteiro e pai de 1 filho que reside com a mãe. Não possui residência própria. Trabalhou em 5 empresas, antes completar 18 anos, exercendo distintas ocupações. Já foi proprietário de 6 empresas de diferentes ramos. Atualmente é proprietário de uma empresa individual de Representações Comerciais e não possui funcionários. Paralelo a isso, trabalha informalmente como recepcionista em uma pousada.

Grupo 3: geração predominante: doravante denominada geração P.

Marcos: Administrador, 24 anos. Nasceu em Santa Catarina e mora sozinho em Florianópolis. Formado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. É solteiro, não tem filhos e não possui residência própria. Trabalhou em 3

empresas, exercendo funções compatíveis à sua área de formação. Atualmente, está cumprindo aviso prévio na empresa que trabalha, enquanto se prepara para mudar de Estado. Está de partida para o Estado de Tocantins, onde irá iniciar seu primeiro negócio próprio, um restaurante.

Marcelo: Empresário, 25 anos. Nasceu em Minas Gerais e mora sozinho em Florianópolis. É estudante da 5ª fase do curso de Turismo e Hotelaria na Faculdade Estácio de Sá, em São José-SC. É solteiro e não tem filhos. Possui residência própria e só teve uma experiência como empregado que durou 2 meses, exercendo função compatível a sua área de estudo. É sócio da família em uma pousada em Minas Gerais, administrada com mão de obra familiar. Atualmente vive dos dividendos correspondentes a sua parte como sócio e aproveita o tempo livre para estudar e buscar novas oportunidades para criação de outros negócios.

Antônio: Empresário, 36 anos. Nasceu em São Paulo e mora com os pais em Florianópolis. Não completou o Ensino Fundamental, mas realizou dois cursos de qualificação profissional no SENAC. O primeiro em São Paulo de mecânica automotiva e o segundo de cozinheiro, concluído mais recentemente em Fortaleza. É solteiro, não tem filhos e não possui residência própria. Já trabalhou em 6 empresas exercendo diferentes ocupações e já possuiu 3 empresas individuais em distintas áreas, mas nunca empregou ninguém. Sua última empresa, um restaurante, fechou há 2 meses. Atualmente, está procurando emprego até poder abrir seu próximo negócio.

Decidido os perfis, seguimos com as entrevistas que duraram de setembro de 2006 à maio de 2007. As dificuldades encontradas desde Junho de 2006, quando do início da pesquisa de campo, geraram um atraso no cumprimento do cronograma estabelecido para a realização do trabalho. Isto causou transtorno, tanto para a entrevistadora quanto para os entrevistados, visto que, os contatos só puderam ser estabelecidos em novembro de 2006, período em que os sujeitos selecionados para a pesquisa se preparavam para uma jornada de

trabalho intensa que duraria até abril de 2007. Mesmo assim, respeitando a disponibilidade de cada um, as entrevistas foram realizadas com êxito.

Sessão IV – As entrevistas

A obtenção dos relatos ocorreu na residência de cada entrevistado, mediante um contato prévio, quando foi esclarecido sobre a importância da pesquisa e a maneira como cada um poderia colaborar. As visitas foram realizadas na data e horário marcado. Todas as entrevistas foram realizadas em ambiente tranquilo, duraram em média 50 minutos e se estabeleceu uma relação de confiança mútua. Os entrevistados sentiram-se à vontade e narraram suas histórias sem constrangimentos. Para que transcorresse da maneira mais aberta possível, solicitamos aos entrevistados que se apresentassem e, em seguida, falassem da sua vida, desde a infância até o momento atual, só havendo interferência quando os entrevistados fugiam do conteúdo solicitado. Neste caso, a interferência era necessária, no sentido de trazê-los de volta ao contexto da entrevista. Houveram momentos de curiosidade em relação ao *não dito* e, nesses momentos, a intervenção foi inevitável. Para que não prejudicasse a qualidade dos relatos, solicitamos que os entrevistados falassem mais sobre os aspectos que não estavam claros.

Para o registro dos relatos, utilizamos o recurso da gravação em fita magnética, mediante a prévia autorização dos depoentes. Seguindo os critérios aqui descritos demos continuidade a todas as entrevistas, agradecendo a participação dos entrevistados e garantindo a possibilidade de outras visitas ou procedimentos, caso se fizesse necessário.

Seção V - A seleção das narrativas

A partir da transcrição na íntegra das nove histórias de vida dos sujeitos entrevistados, examinamos o conteúdo dos relatos várias vezes, sempre fazendo anotações em ocasiões diferentes, a respeito das impressões colhidas em cada momento, para que pudessem ser comparadas em momentos posteriores. Selecionados aspectos comuns da trajetória profissional dos entrevistados e a partir do aprofundamento das questões ligadas ao empreendedorismo, optamos por aprofundar a análise de seis histórias de vida, consideradas mais relevantes ao propósito do estudo. As seis narrativas selecionadas procuraram atender aos critérios estabelecidos anteriormente, ficando então, divididas em três grupos de entrevistados. No grupo 1 - Maria e Jorge, no grupo 2 – Ana e Paulo e no grupo 3 – Marcos e Marcelo.

3. AS FORMAS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Partindo do contexto da crise no padrão de acumulação capitalista, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, passamos a considerar as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea. Retomamos a passagem do modelo fordista de produção para o modelo flexível, a fim de analisar como essa mudança repercutiu na vida do trabalhador e compreender as causas do fenômeno do desemprego em massa e da precarização²² do trabalho, comum em nossos dias.

3.1 O modelo fordista de produção e de vida do trabalhador

Ao descrever a constituição do modelo fordista de produção procuramos apontar, inicialmente, as principais características do trabalhador e o seu ajustamento para um perfil capaz de atender adequadamente as necessidades do capital.

Baseado em Harvey (1993) e Castel (1998) sintetizamos o fordismo como um modelo de produção introduzido por Henry Ford em sua montadora de carros, por volta de 1914, quando criou, como forma de recompensa aos trabalhadores, o dia de 8 horas e cinco

²² Entendemos como precarização do trabalho o "aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria." (Mattoso, 1999:08).

dólares. O principal objetivo era disciplinar o trabalhador para operar o sistema de linha de montagem de alta produtividade e também criar condições para que os mesmos pudessem consumir o que fosse produzido em massa.

O fordismo aliava-se a uma concepção já desenvolvida por F.W. Taylor, descrita em *Os Princípios da Administração Científica*, publicado em 1911, que trazia em seu bojo a divisão do trabalho em tarefas pré-definidas, o que implicava maior controle empresarial sobre o processo produtivo e permitia o aumento da produtividade do trabalho, constituindo ao mesmo tempo um perfil específico de trabalhador que deveria ser burocrático ou tecnocrático.

O trabalhador era treinado para operar sistemas de linha de montagem. Havia uma decomposição de cada processo de trabalho em tarefas pré-definidas e fragmentadas em movimentos repetitivos, combinadas ao tempo de execução. Cada trabalhador exercia uma única tarefa, mecanicamente, e não tinha domínio sobre o produto final do seu trabalho. As relações sociais no processo de trabalho eram hierarquizadas por uma divisão social verticalizada, que se estendia desde as funções de gerência, concepção, controle e execução do trabalho. A produção desenvolvia-se a partir de um esforço coletivo combinado, de forma a racionalizar o trabalho visando a máxima produtividade, a partir de um rigoroso controle das operações.

Neste contexto, o trabalhador adequado era aquele que possuía um perfil passivo, conformado, obediente de suas funções, cumpridor de suas tarefas e dos seus horários.

Verifica-se um alheamento do indivíduo enquanto ser social, constituindo-se em um tipo de trabalhador treinado apenas para executar tarefas rotineiras, com um comportamento mecanizado e sem o domínio do produto final do seu trabalho e de si mesmo enquanto trabalhador.

Além do controle sobre o processo de trabalho, a vida do trabalhador também era controlada. Isto significa que o perfil ideal ao modelo vigente deveria estar enquadrado nos padrões convencionais de moral e de boa conduta, bem como, deveria ser assistido em todas as suas necessidades, a fim de que não baixasse a sua produtividade.

O controle da vida do trabalhador se dava através de mecanismos de assistência, e de sociabilização, oferecidos pelas fábricas, para que o trabalhador não tivesse motivos para se afastar do expediente, nem preocupações que pudessem atrapalhar a sua produtividade.

As fábricas possuíam creches para atender os filhos das operárias, assim, as mães não precisavam sair do ambiente de trabalho nem mesmo pra amamentar. Também havia posto médico e odontológico que assistia os trabalhadores e seus familiares, inclusive com distribuição dos medicamentos necessários. Algumas fábricas possuíam, inclusive, capela para os mais fieis. Havia festas de confraternização em datas comemorativas, presentes de natal para as crianças, torneios esportivos entre os trabalhadores, entre outros.

As empresas maiores construía conjuntos residenciais populares, subsidiados pelo Estado, para que os trabalhadores tivessem acesso a casa própria.

A educação dos filhos dos trabalhadores era pública e a fábrica fornecia o material. Os que chegavam ao ensino secundário recebiam uma educação do tipo tecnicista. Para a maioria dos trabalhadores era o retrato da fábrica-mãe.

Castel (1998:413) alerta que, todos os privilégios assegurados ao trabalhador eram oferecidos na medida da sua condição de operário, ou seja, direito ao consumo, mas de massa, direito a habitação, mas popular; a educação, mas primária, entre outros. Para o autor é a integração na subordinação.

O Sistema educativo do período fordista é um exemplo dessa subordinação, na medida em que conduzia à rotina da escola nos moldes da rotina e da padronização fordista. A forma de controle do tempo das aulas, o uso de uniformes, a divisão do conhecimento em

disciplinas, o toque da sirene a cada troca de aula, tal qual a rolagem da esteira de uma fábrica.

Contudo, para o trabalhador isso era sinônimo de bem-estar, enquanto para o capital era sinônimo de controle e de garantia de produtividade.

Conforme Tumolo (2003:169) “Tratava-se, assim, de uma subsunção real do trabalho, mas de uma subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital”. Ou seja, é o controle total da vida do trabalhador, “por causa e por intermédio do trabalho”, inclusive no que diz respeito a sua afetividade e sexualidade. O autor recorre a Gramsci para demonstrar que o novo industrialismo

“exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. Esse conjunto de compressões e coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa produzirá, indubitavelmente, resultados e proporcionará o surgimento de uma nova arma de união sexual, da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem ser o traço característico e fundamental. (Gramsci 1984:399, apud Tumolo 2003:169)

O fordismo não só implicava em um modelo de produção, mas em um estilo de vida que conferia padrões pré-definidos, mas que, em contrapartida, representava para o trabalhador a garantia do acesso aos bens materiais, através do recebimento de salários e do exercício da cidadania garantido pelos direitos sociais.

Conforme Harvey (1993) havia um equilíbrio entre Estado, capital e trabalho organizado que garantia aos trabalhadores salários relativos a produção, que os possibilitava ao consumo do que era produzido. A economia era regulada pelo Estado que apoiava as empresas e garantia o cumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores. Uma espécie de contrato social no qual os três segmentos que compõem os mecanismos de produção social concordam a fim de que, no conjunto, todos se empenhem para o aumento da produtividade e maior acumulação do capital. Cada parte envolvida cumpria um papel:

“Utilizava-se o grande poder corporativo para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização de lucros. (...) O poder sindical, particularmente quando os sindicatos procuravam controlar seus membros e colaborar com a administração em planos de aumento da produtividade em troca de ganhos de salário que estimulasse a demanda efetiva da maneira originalmente concebida por Ford. (...) O Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.” (Harvey 1993:129)

Uma aparente harmonia entre capital, trabalho e Estado, onde trabalhador e o patrão pareciam integrar-se num contexto de solidariedade. O trabalhador era amparado pelo estatuto do trabalho que lhe garantia o direito a um emprego fixo e um salário definido, bem como os benefícios sociais e pela associação em coletividades que lhe assegurava o direito de pertencer a uma determinada classe ou categoria. O empregador, por sua vez, era apoiado pelo Estado que garantia às empresas o apoio necessário ao crescimento e a acumulação de capital. Alguns autores chamam de “a era de ouro do capitalismo” que nasceu após a segunda guerra e existiu até meados da década de 1970, onde se vivia num “círculo virtuoso de crescimento e desenvolvimento social.” (Castel 1998).

Embora não se possa considerar uma forma justa de distribuição de riquezas sociais e de renda, no modelo fordista de produção o trabalhador podia planejar o futuro. De certa forma a vida seguia um rumo, havia um eixo norteador que o permitia fazer planos para si e para sua família. Na rotina da vida tudo tinha um tempo certo. Estudar, se formar, construir uma carreira e se aposentar. Os laços de sociabilidade pareciam ser mais efetivos, a sensação de pertencer a uma classe, uma categoria profissional ou uma comunidade dava um sentido de identidade ao trabalhador, e, de certa forma, gerava um sentimento de segurança

em relação aos valores e a postura que assumia diante da vida em sociedade. (Harvey 1993 e Castel 1998)²³. Identidade esta aqui entendida a partir de Castells (2003:3) como: “processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado”.

Com base no mesmo autor entendemos que a identidade é construída historicamente a partir do processo de individualização de elementos fornecidos, principalmente, pela memória coletiva, desejos pessoais e por instituições produtivas e reprodutivas como família, religião, educação, entre outros.

Convém ressaltar que, nossa intenção não é manifestar qualquer apologia ao fordismo, apenas pretendemos sublinhar que, apesar dos males da rotina cega das fábricas e o controle sobre a vida social, a constância do emprego na vida do trabalhador se constituía em fator relevante para a construção da sua identidade e para a consolidação da família, assim como, de uma carreira no curso de sua vida. Nas palavras de Sennett (2001:49) “A rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida”, já que permite o planejamento a longo prazo.

Em contrapartida, a pacificação do trabalhador, gerada pela rotina, não lhe incentivava a empreender para além daquilo que estava habituado a fazer. A degradação física e mental proveniente do trabalho rotinizado não se constituía em motivos para troca de emprego, pois o risco do que viria pela frente causava insegurança em relação ao futuro. Era como se os trabalhadores fossem imagem e semelhança da fábrica.

3.2 A reestruturação produtiva e o neoliberalismo

²³ Observamos estas características no perfil dos entrevistados da geração ascendente. Maiores detalhes podem ser verificados nas entrevistas de Maria e Jorge, p. 79-99.

Conforme Harvey (1993) apesar do modelo de produção fordista ter atingido sua época de apogeu começou a dar sinais de esgotamento no início da década de 1970. Os mercados de trabalho, mesmo com base fordista, se dividiam em dois setores, um monopolista, que oferecia benefícios aos trabalhadores e outro competitivo, que não oferecia nenhum privilégio. Em alguns setores da economia os salários eram baixos e não havia estabilidade de emprego. As desigualdades causadas por estas situações resultaram na insatisfação por parte dos trabalhadores, provocando tensões que desencadearam movimentos dos que se sentiam excluídos. Estes movimentos giravam em torno das questões étnicas e de gênero, deixando claro quem tinha e quem não tinha acesso ao emprego. Os sindicatos enfraqueceram na medida em que eram contestados, tanto pelos excluídos, quanto pelos trabalhadores insatisfeitos com as negociações trabalhistas e com a baixa qualidade de vida, relativa aos bens coletivos oferecidos pelo Estado de bem-estar social.

Contudo, as lutas sindicais pelo controle da produção se intensificaram e o aumento dos salários em função da incorporação dos ganhos de produtividade fez disparar o preço da força de trabalho. A partir daí, se inicia uma onda de desemprego que traz como consequência a diminuição do consumo de massa. Com isso, houve uma redução nos níveis de produtividade do capital que fez diminuir as taxas de lucro.

Para Antunes (1999) outro fator agravante para a crise, foi a fusão entre as empresas monopolistas e oligopolistas, que fez aumentar a concentração de capitais, e, a “hipertrofia da esfera financeira, colocando o capital financeiro como campo prioritário para a especulação”.

Tudo isso gerou o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, ocasionando uma crise fiscal, que forçou a restrição dos gastos públicos. Nem o fordismo nem o keynesianismo conseguiam manter as contradições do capital.

Na explicação de Harvey (1993:135)

“Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas em mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora.”

Portanto, essa rigidez, principalmente no que se refere aos investimentos de capital fixo, não gerava arrecadações suficientes para que o Estado de bem-estar continuasse cumprindo seus compromissos, sobretudo com relação aos direitos da classe trabalhadora. Como consequência desencadeia-se um ciclo inflacionário que abalou as bases da acumulação capitalista.

Resumindo, a crise fiscal do Estado, a instabilidade financeira, a crescente inflação e as lutas operárias de reivindicações salariais levaram ao esgotamento do modelo existente e a emergência de uma reestruturação produtiva, que marcou a desestabilização do modelo de produção fordista. (Teixeira, 1998).

Surge então a necessidade de um novo modelo de organização do capital e do Estado, no qual as privatizações e a quebra da rigidez nas relações salariais e de emprego seriam medidas prioritárias para restabelecer a economia. O Estado de bem-estar constitui-se numa barreira que precisava ser combatida.

Anderson (1995) afirma que o Estado de bem-estar social já era considerado um impedimento ao crescimento da economia desde 1944. Conforme o autor, Friedrich Hayek publicou *O Caminho da Servidão*, para mostrar que o Estado se constituía numa ameaça à liberdade econômica e política, considerada necessária ao desenvolvimento dos países. Visando fortalecer sua teoria e angariar adeptos, em 1947, Hayek reuniu os que comungavam das mesmas idéias e fundou a Sociedade de Mont Pèlerin. Esta sociedade passou a realizar reuniões periódicas, em nível internacional, com o objetivo de difundir a doutrina que combatia o keynesianismo e o solidarismo.

“Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.(...) eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais.” (Anderson 1995:10)

Foi no final do século XX que a doutrina política defendida por Hayek e seus seguidores ressurgiu como base teórico-ideológica para um conjunto de propostas, que visava restabelecer a economia nos países capitalistas, batizada de neoliberalismo.

Para Boito (1999:23) o neoliberalismo

“é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia.”

Conforme Anderson (1995) o neoliberalismo ganhou força a partir da crise econômica, no início da década de 1970. Para os neoliberais da época o que provocou a crise foi o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário por conta das reivindicações e das conquistas sociais. Portanto, o remédio seria romper com o poder dos sindicatos, reduzir os gastos do Estado nas intervenções econômicas e com o bem-estar, a fim de manter uma estabilidade monetária. Isso incluía o desemprego em massa como estratégia de desmonte dos sindicatos e redução do preço da força de trabalho. Também previa a redução de impostos sobre altos rendimentos, o que iria contribuir para o restabelecimento de uma política que visava a manutenção das desigualdades.

Conforme o mesmo autor, estas ações só entraram em prática com a ascensão de Thatcher na Inglaterra, no final da década de 1970, quando o governo incorporou o programa neoliberal como base das suas ações políticas.

Thatcher iniciou com mãos de ferro a aplicação destas medidas. Para Antunes (2000), as mudanças na Inglaterra apontaram para a liberdade de mercado, iniciando por

ações que marcaram o mundo do trabalho, pois repercutiram diretamente na classe trabalhadora. Tais ações priorizavam:

“1) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob o controle estatal no período trabalhista; 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal; 3) o desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir a forte base fabril dos *shop stewards* até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expressos, por exemplo, nas negociações coletivas”. (Antunes 2000:66).

Com base em Anderson (1995) um ano depois este programa foi adotado pelos Estados Unidos no governo Reagan que, diferentemente da Inglaterra, não exercia uma política de bem-estar social ampla. Apesar de Reagan ter adotado algumas das medidas recomendadas, não reduziu o orçamento. Pelo contrário, investiu pesado na indústria da guerra gerando um alto déficit público para o país. Seu objetivo era derrubar o regime comunista e desestabilizar a economia soviética, pois isso iria facilitar o domínio imperialista.

Os países do continente europeu, com exceção da Suécia e da Áustria, seguiram o exemplo Inglês adotando o neoliberalismo em variantes diferenciadas. Os governos de direita enfatizaram a disciplina orçamentária e as reformas fiscais, agindo de forma cautelosa em relação a redução dos gastos sociais. Os governos de esquerda, da social-democracia, como a França, Grécia, Portugal e Itália tentaram resistir mantendo-se fiel às políticas de bem-estar. Já a Espanha, iniciou com ações sistemáticas que solapava a classe trabalhadora, chegando a atingir uma taxa de 20% de desemprego no final da década de 1980.

Entretanto, ainda na década de 1980, com o fracasso das tentativas de resistência da social-democracia, os outros países da OCDE foram forçados a adotar as medidas neoliberais, acarretando um processo crescente de desemprego e desigualdades sociais.

Finalmente, com a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, o neoliberalismo se alastrou.

Segundo Teixeira (1998) nos demais países da América Latina, exceto no Chile de Pinochet, a introdução desta política ocorreu no final da década de 1980, com a adesão às propostas do *Consenso de Washington*²⁴. Estas sacramentavam as medidas políticas e econômicas, de cunho neoliberal, impostas pelos Estados Unidos, como condição para conceder apoio financeiro aos países em crise.

Anderson (1999) confirma que o Chile foi o verdadeiro pioneiro do neoliberalismo e não a Inglaterra. As medidas de desregulamentação, repressão sindical, desemprego em massa, redistribuição de renda em favor dos ricos e a privatização foram implementadas de maneira dura por Pinochet. Apesar de que a experiência neoliberal do Chile era calcada no neoliberalismo de Friedman e não de Hayek, e, pressupunha o fim da democracia e a instalação da ditadura militar do pós-guerra.

Teixeira (1998:224) resume a proposta “em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e abertura da economia”. Em outras palavras, o mercado passa a ser o imperativo categórico, sem que o Estado intervenha diretamente nas suas relações econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional. A competitividade passa a ser a palavra de ordem. Ao Estado cabe desmontar a estrutura de provedor de bem-estar, acabar com a inflação através do processo de privatização e assumir somente a função de regular e manter a lei e a ordem econômica.

Na opinião de Boito (1999:38) o neoliberalismo na América Latina empenhou-se na restrição e na supressão dos direitos sociais dos trabalhadores. Para isso, encontrou um campo favorável, já que em alguns países o sistema de proteção social era menos desenvolvido. Para o autor “na América Latina, os governos neoliberais toleraram e

²⁴ “Conjunto de propostas elaboradas em um seminário do Banco Mundial em Washington e destinadas aos países periféricos, visando a redução do Estado, a liberalização de mercados e a desregulamentação financeira”. Mattoso (1999: 23)

estimularam a abolição pura e simples do contrato de trabalho e, por conseqüência, de todos os direitos daí decorrentes”, contribuindo assim, para o aumento da economia informal e da precarização das condições de trabalho. Esta medida abre caminho para a intensificação da exploração financeira, exercida pelos países centrais, sobre os países latinos. Esta exploração aparece, sobremaneira, na venda das empresas nacionais, caracterizando a desindustrialização e a desnacionalização.

A junção das ações de financiamento das privatizações com a compra de empresas privadas nacionais, por monopólios estrangeiros, costura o processo de dominação política e econômica dos governos neoliberais dos países centrais sob a América latina.

Conforme Pochmann (2001) no Brasil o programa de medidas neoliberais foi implementado no governo Fernando Collor em 1990, com a Política Industrial de Inserção Comercial (PICE) que visava a inserção competitiva no mercado mundial. Esta política deu início à desindustrialização, proporcionada pela abertura comercial e a redução das tarifas de importação. Estas políticas se desenvolveram mais efetivamente em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir da implantação do Plano Real.

Com base nas afirmações de Boito (1999:42), a supervalorização do câmbio provocada pelo Plano Real, e a redução ainda maior nas tarifas aduaneiras, promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso, balizou o aumento das importações de produtos manufaturados, “acarretando um déficit na balança comercial de 3,1 bilhão de dólares em 1995”.

“Em 1990, a alíquota média das tarifas de importação era 40% e a alíquota mais freqüente de 32%. Em 1992, ambas caíram para 20%. Em 1995, o governo FHC reduziu a alíquota média para 12,6% e a mais freqüente para 2%. Entre 1992 e 1995, as importações saltaram da casa dos 20,5 bilhões para 49,6 bilhões de dólares, representando um crescimento de 142%, enquanto as exportações passavam de 35,7 bilhões para 46,5 bilhões de dólares, perfazendo um crescimento de apenas 30%.” (Boito 1999:46).

O mesmo autor cita como exemplo, a indústria de componentes eletrônicos que reduziu sua produção e passou a montar os componentes que eram facilmente importados. O volume de importações desses produtos destacou-se, chegando a aumentar em 211%, entre 1990 e 1995.

Em relação ao processo de desnacionalização no Brasil Boito (1999) apresenta um quadro bastante significativo e ao mesmo tempo assustador ao apresentar empresas, velhas conhecidas de algumas gerações, que foram vendidas ou se associaram ao capital estrangeiro durante a década de 1990 como a Brastemp, Continental, Prosdócimo, Lacta, Gradiente, Maxion (tratores), DB Brinquedos, Arisco, entre outras, perfazendo um montante de quase 300 empresas nacionais só em 1995.

No que diz respeito às políticas de privatizações acompanha-se no Brasil, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, um processo crescente de venda de empresas estatais. Não nos cabe aqui avaliar os critérios utilizados pelo governo nos leilões das estatais, nem pretendemos apontar os nomes de todas as empresas que passaram pelo processo, visto que, isso exigiria uma pesquisa que demandaria tempo. Mas lembramos de algumas, como a Companhia Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal, Eletrosul, Light, alguns bancos estatais, educação e saúde que, ou passaram para o capital privado nacional, ou para o estrangeiro.

Atualmente percebe-se certo desequilíbrio na aplicação destas políticas no Brasil. Ao compararmos a situação atual da classe trabalhadora com a situação dos grandes empresários e banqueiros, percebemos claramente que as políticas neoliberais vieram, tão somente, para reequilibrar os interesses do capital, representado pela alta burguesia. Os interesses dos trabalhadores foram excluídos, lhes restando o desemprego, a precarização e o empobrecimento.

Diante do contexto político, tem-se a base para a adoção do novo padrão de organização do trabalho e de produção conhecido como acumulação flexível.

3.3 A acumulação flexível e o perfil ideal de trabalhador

“ A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”
(Harvey 1993:140)

Neste novo modelo de acumulação flexível não cabe mais a produção em massa, mas a produção personalizada que significa produção de acordo com a demanda de consumo. Para isso grandes corporações se decompõem em células de produção, geralmente instaladas em países periféricos, onde o custo da mão-de-obra é menor.

Em lugar de uma grande estrutura verticalizada capaz de produzir da matéria prima ao produto final abarcando os custos de administração de pessoal, as empresas empenham-se em maximizar os lucros enxugando o estoque e os custos, investindo em tecnologias avançadas, programas de controle de qualidade, reduzindo pessoal e terceirizando os serviços, a fim de se tornarem mais competitivas e dinâmicas, acelerando o tempo e o giro do capital com o mínimo de custo. (Teixeira 1998, Harvey 1993).

Teoricamente, neoliberalismo e flexibilização comungam no que diz respeito aos comportamentos adotados, pois são propostas que induzem a uma cultura de massa de cunho individualista e competitivo, que influencia na formação do perfil de quem tem que sobreviver diante da perspectiva da modernidade, imposta como modelo a ser seguido por quem pretende se inserir no mercado de trabalho e dele sobreviver.

A fábrica flexível substituiu a rotina pela surpresa, a especialização por competências subjetivas, a pacificação pela criatividade do trabalhador, as relações efetivas entre trabalhadores por contatos aleatórios e descartáveis, a segurança do emprego efetivo pela insegurança dos contratos por tempo determinado, o espírito de coletividade pelo egoísmo do individualismo e da concorrência, os planos para o futuro pela tomada de atitude de viver dia a dia, de não sonhar. Em suma, a cultura flexível promove uma total desestabilização do ser humano²⁵.

Na opinião de Castel (2003:45) a flexibilização

“é fundamentalmente a instauração de uma *mobilidade generalizada* das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego. Dinâmica profunda de descoletivização, de reindividualização e de insegurização.”

De acordo com Pochmann (2001), flexibilidade e competitividade passam a ser qualidades imperativas ao novo modelo, tanto de gestão como de trabalhador. O trabalhador adequado ao modelo flexível de produção deixa de ser o tarefeiro conformado e passa a ser o colaborador polivalente, multifuncional, bem escolarizado, responsável, autônomo, criativo, rápido nas tomadas de decisão, adaptável às mudanças, comunicativo, competitivo, enfim, um ser flexível.

O que se verifica até então é que esta prática, tanto no âmbito político como no econômico, vem orientando mudanças no que diz respeito ao dia a dia das pessoas impondo-as a um comportamento flexível. Neste modelo, o trabalhador passa a ser responsabilizado por sua existência. Cabe a ele enfrentar as mudanças, adaptar-se a elas e ainda ser bem sucedido. A culpa pelo desemprego passa a ser do trabalhador, afinal, é dele o encargo de se tornar empregável. Na sociedade flexível não há lugar para mal sucedidos .

²⁵ Podemos verificar um exemplo através da notícia veicula no Jornal Diário Catarinense de 25 de Novembro de 2007 que em manchete divulgava: “Empresas de SC adotam sistema Toyota”. Na entrevista o presidente da companhia afirma que uma empresa tem que estar sempre procurando melhorias e para isso deve eliminar o que não agrega valor. Enxugam estoque e o custo com o trabalhador. Assim, segundo ele, conseguiram avanço expressivo na folha de pagamento.

Essa flexibilidade, conforme Sennett (2001:26) “causa ansiedade, as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminho seguir”. A falta de parâmetros e a incerteza atribuídas a essa nova forma de ser flexível impacta sobre seu caráter²⁶ e as confundem na relação com os outros, pois conforme o autor “corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo”. O mesmo autor ainda aponta a dimensão do tempo como principal elemento presente nas relações flexíveis onde tudo é a curto prazo, sem compromisso mútuo e sem sacrifícios, o que faz com que as relações pessoais se esvaziem. “O capitalismo de curto prazo corrói o caráter (...), sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”. (Sennett, 2001:27)

Castel (1998) também chama a atenção para a questão da temporalidade. Para o autor a falta de regularidade na organização do tempo na vida das pessoas foi conturbada por essa flexibilidade. A tradicional integração dos indivíduos nos diferentes papéis exercidos durante os ciclos da vida, ou seja, crescer, estudar, casar, trabalhar e aposentar, foi atropelada pelas transformações culturais²⁷.

Na dinâmica do livre comércio e da competitividade onde predomina o individualismo, o valor da ética parece ter se tornado dispensável. Comportamentos egoístas e, às vezes, violentos refletem a insegurança das pessoas nos ambientes de trabalho transformando o cotidiano num verdadeiro salve-se quem puder.

Assiste-se atualmente uma desestabilização na economia que afeta diretamente o mercado de trabalho em nome de uma reestruturação produtiva que se faz pelo aumento do desemprego e da degradação da vida dos trabalhadores. A informalidade tornou-se um modo de vida e as pessoas parecem se acostumar a viver na precariedade. A criminalidade cresce a

²⁶ Sennett (2001:10) “O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo (...) Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.”

²⁷ Observamos, o que pode ser exemplo disso, na vivência de alguns empreendedores entrevistados. Maiores detalhes na p. 153.

cada dia com a desagregação familiar e o aumento das desigualdades seguindo um rumo que se supõe atingir uma dimensão irreversível. (Teixeira 1998, Mattoso, 1999).

3.4 O quadro do desemprego no Brasil

Ao investigarmos a questão do desemprego, constatamos que há uma variedade de conceitos e interpretações que dificulta apontar uma definição precisa e homogênea do fenômeno. Algumas variações para o termo desemprego podem ser observadas em diferentes épocas que marcadas por transformações sociais, econômicas e políticas, instigaram os estudiosos do assunto a buscarem definições mais contundentes para o conceito de desemprego. Alguns autores associam o termo, à tentativa de explicar situações específicas.

De acordo com Hoffmann (1980), a terminologia vem do final do século XIX e relaciona-se à superpopulação ou superpovoamento associado ao que se considerava a causa do fenômeno, ou seja, uma idéia de desproporcionalidade entre população e meios de produção.

Ainda hoje esta concepção persiste, e podemos constatar-la na fala de Paulo Tafner, economista do IPEA/2006 (Instituto de Pesquisa Aplicada). Tafner apresentou-se em um programa de televisão, onde divulgou a publicação de sua pesquisa em uma entrevista. Ao ser indagado sobre as causas que levam o mercado de trabalho no Brasil encontrar-se tão difícil nesta década, Tafner associa o conteúdo do termo desemprego com o aumento da população. Não nos cabe aqui analisar sua pesquisa, mas somente confirmar a existência da referida concepção através da fala do autor.

“ De fato o que ocorre é que o mercado de trabalho reflete várias condições, uma delas é como nós fazemos filhos ou quanto nós fazemos filhos (...) muita gente fez muito filho, que era a geração que foi produzida na década de 60 e de 70 que no Brasil foi um *babyboon*. O que nos Estados Unidos

ocorreu na década de 50, no Brasil ocorreu na década de 60 e 70 (...) esse grupo ficou maduro na década de 80 e 90, produziu menos filhos por família, mas ainda assim, há muitos jovens, quer dizer, muitas crianças que chegaram ao mercado de trabalho no final da década de 90, começo dos anos 2000. Esse movimento arrefeceu, ou seja, as famílias passaram a ter menos filhos. Esse efeito vai se diluir no tempo e vai aparecer nos próximos 3 ou 4 anos...”²⁸ (Tafner 2006)

No início do século XX, quando prevalecia o modo fordista de produção e o chamado Estado de bem-estar social, no qual a população vivia uma realidade de quase pleno emprego, aplicava-se o conceito de desemprego involuntário. Conforme Hofmann (1980:58) “a tradição keynesiana se limita a análise ao desemprego involuntário²⁹, isto é, dos que oferecem força de trabalho disponível aos salários vigentes e não encontram aproveitamento (...) a aplicação do conceito, no caso, se prende ao trabalho assalariado”.

O desemprego friccional ou flutuante que, conforme a autora era a “inconstância de emprego”, não se constituía em um grande problema, tendo em vista que na maior parte dos casos este desemprego era temporário, pois se referia aos trabalhadores que trocavam de postos nas fábricas.

O desemprego tecnológico presente nos países mais desenvolvidos, resume-se em redução de postos de trabalho pela introdução das novas tecnologias, provocando a obsolescência de algumas especializações e a carência de qualificações específicas. Essa concepção se transformou em um discurso determinista, a fim de perpetuar o desemprego como uma consequência inevitável e natural do processo de modernização.

Por fim, diante das transformações estruturais atuais, tem-se o desemprego estrutural. Esta é a terminologia utilizada atualmente, inclusive pela Organização

²⁸ Entrevista veiculada em 08 de Agosto de 2006 no Programa “Mais Você” da RBS-TV/Globo, onde apresenta a pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) e o lançamento da 1ª edição do livro **Brasil: o estado de uma nação** organizado pelos economistas Fernando Rezende e Paulo Tafner que traz como temas centrais o desenvolvimento e a inclusão social hoje e no futuro. Disponível na internet em <http://www.ipea.gov.br>.

²⁹ Hofmann (1980:58) “Esse conceito, em seu uso original, liga-se aos períodos de declínio da demanda agregada, em países capitalistas desenvolvidos, onde esse desemprego tem sido, em grande parte, de caráter cíclico.”

Internacional do Trabalho – OIT, para explicar um problema crônico, principalmente, nos países do Terceiro Mundo.

Pochmann (2001:89) correlaciona o desemprego estrutural comparando a mão-de-obra demandada pelo processo de acumulação de capital e a mão-de-obra excedente, ou seja, um fenômeno diretamente relacionado com a crise estrutural do capital.

No que diz respeito à aferição do desemprego, consideramos as observações de Pochmann (2001) e Hoffmann (1980), que apontam as dificuldades para tal tarefa, alegando que a situação é complexa se levarmos em conta as diversas formas de sobrevivência, adotadas pelo excedente de mão-de-obra, que acabam por disfarçar a situação real vivida pelo trabalhador no momento da pesquisa.

Para Hoffmann (1980:58), a dificuldade aparece ao considerarmos a questão de que “mesmo incapaz de obter trabalho assalariado no setor moderno da economia, a maior parte da população em idade de trabalhar, encontra alguma forma de ganhar a vida nas diversas formas possíveis de auto-emprego...”.

Além disso, Pochmann (2001) destaca que as recentes transformações ocorridas no interior do mercado de trabalho, como os contratos parciais e atípicos de trabalho característicos da prática das políticas de flexibilização, dificultam na identificação das diversas formas de desemprego.

Portanto, na opinião de Hoffmann (1980:60) “ para chegar a uma contagem do número de desempregados é preciso passar do conceito para uma definição operacional” e que ainda assim, não se traduz na forma mais eficiente.

Em relação a tal tarefa, encontramos em Pochmann (2001), a explicação que nos ajuda a compreender as bases operacionais das pesquisas de desemprego realizadas no Brasil.

O autor esclarece que o total da PEA³⁰ de um país, não expressa o potencial de produção social, pois somente uma parte desta PEA é envolvida diretamente pelas atividades de produção, enquanto a outra parte compõe o excedente de mão-de-obra. Identifica este excedente em duas categorias, a primeira, mais visível, pelo desemprego aberto que é composta por trabalhadores que procuram ativamente uma colocação e possuem condições de exercê-la imediatamente, e que não desenvolvem qualquer atividade laboral. Para o autor é esta categoria que aponta o grau de concorrência do mercado de trabalho em relação ao acesso de vagas existentes. A segunda categoria, menos visível, se caracteriza pelo desemprego oculto por trabalho precário ou desalento, constituída pelos trabalhadores que, enquanto procuram emprego fazem “bicos” para sobreviver e os que desistem de procurar uma colocação por não encontrarem mercado de trabalho favorável.

Conforme as taxas referentes ao desemprego no país, verificamos que não há um consenso no que se refere à metodologia utilizada para aferição do volume de desempregados. Apesar das dificuldades, os institutos de pesquisas responsáveis por este estudo, tanto no Brasil como em outros países, estabelecem seus próprios conceitos e metodologias e por isso há uma variação na indicação das taxas e nos critérios estabelecidos entre estas instituições (Pochmann 2001).

No Brasil, as instituições responsáveis pela medição do desemprego, são: o IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística), órgão do Governo Federal que realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio Econômicos) que, em parceria com a Fundação SEADE (Sistema Nacional de Análise de Dados), realizam a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nas regiões do Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Salvador.

³⁰ Pochmann (2001:78) define como PEA (População Economicamente Ativa) as pessoas em condições de participar das atividades de produção social.

A PME/IBGE³¹, é uma pesquisa domiciliar, realizada mensalmente, a fim de investigar as características da população residente na área urbana das regiões metropolitanas de abrangência, visando medir as relações entre o mercado de trabalho e a força de trabalho existente. Ocorre que a metodologia utilizada pela PME/IBGE desconsidera como desocupados as pessoas que exerceram algum trabalho, remunerado ou não, durante pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa, e aquelas que após tanto procurar emprego sem encontrar, desanimam, ou ficam doentes, também são excluídas das estatísticas.

Na opinião de Pochmann (2001:101)

“... há uma subestimação na aferição do volume de desempregados. Assim o desempregado que não procurou trabalho no período de referência da pesquisa passa a ser identificado como inativo enquanto aquele que exerceu trabalho por mais de 60 minutos durante o período base da pesquisa, como lavar um carro, por exemplo, passa a ser considerado ocupado. Ademais quando um trabalhador se define como autônomo, em qualquer circunstância, perde a possibilidade de ser considerado desempregado”.

Já a PED/DIEESE qualifica como desempregados as pessoas que não possuem trabalho por falta de opção ou que exercem trabalhos precários enquanto procuram emprego utilizando o conceito de desemprego total³² agregando o desemprego aberto, desemprego oculto por trabalho precário e desemprego oculto por desalento, o que sugere uma abordagem mais ampla.

Diante do exposto, consideramos importante esclarecer que, por ser esta pesquisa de cunho qualitativo, optamos por não apresentar tabelas ou gráficos comparativos entre as instituições. Serão ressaltadas apenas as informações extraídas das pesquisas realizadas pelo

³¹ Para maiores detalhes ver “PME/ Notas Técnicas”. Disponível em www.ibge.gov.br.

³² O DIEESE define desemprego total em três modalidades que se agregam em 1)desemprego aberto, caracterizado por pessoas que não exerceram qualquer atividade remunerada na semana da pesquisa e que procuram por trabalho nos últimos 30 dias; 2) desemprego oculto por trabalho precário que considera as pessoas que exercem algum tipo de trabalho precário remunerado, porém ocasional, autônomo ou não remunerado, mas que procuraram nos últimos 30 dias à pesquisa ou que já estão procurando há um ano sem êxito; 3) desemprego oculto por desalento que são as pessoas que têm qualquer atividade remunerada e não procuraram trabalho nos últimos 30 dias por se sentirem desiludidas como mercado de trabalho ou estiveram incapacitadas por outros motivos alheios, mas que procuraram algum trabalho nos últimos 12 meses à pesquisa.

PED/DIEESE e SEADE, na grande São Paulo, por ser a região mais industrializada do país e, portanto, considerada relevante para demonstrar o crescimento do desemprego no Brasil, bem como as tendências do emprego, principalmente, após 1990 com o advento das políticas neoliberais, conforme tabela 1.

Tabela 1

Transformação de Taxa de desemprego na RMSP

Período	Transformação de Taxa de desemprego - RMSP
1989	8,8
1990	10,0
1991	11,6
1992	14,9
1993	14,7
1994	14,3
1995	13,2
1996	15,0
1997	15,7
1998	18,2
1999	19,3
2000	17,7
2001	17,5
2002	19,0
2003	19,9
2004	18,8
2005	17,0
2006	15,3

Fonte: SEAD/DIEESE/IPEADATA

Com base em Neto (1998:76), no contexto da reestruturação produtiva, o desemprego apresenta-se hoje, como um fenômeno natural, resultante de um “ajuste estrutural produzido pela introdução das novas tecnologias poupadoras de força de trabalho” e pela aplicação das medidas neoliberais.

O mito criado em torno da introdução das novas tecnologias faz com que se naturalize o discurso determinista que aponta o avanço tecnológico como fator gerador de desemprego, desconsiderando as transformações políticas e econômicas que ocorreram a partir da crise do modelo fordista, como crise estrutural do capital.

Considerando estas transformações Pochmann (2001:112), explica que a falta de crescimento na economia brasileira, nos últimos vinte anos, e as mudanças para um novo modelo econômico, são as razões estruturais do crescente desemprego no Brasil. O autor aponta três situações que caracterizam o novo modelo econômico e demonstram a estagnação da economia brasileira: “(i) a estabilidade da renda *per capita* em torno dos mesmos valores de 1980” – expressada pelas baixas taxas de investimento no parque produtivo nacional. Quando se compara as taxas do PIB *per capita* com a evolução da população, pode-se constatar que, por mais que tenham ocorrido momentos de expansão, não houve evolução, permanecendo estacionada em torno dos valores de 1980³³. “(ii) a redução do emprego assalariado formal (desassalariamento)” – justificado pela necessidade do país se tornar competitivo no mercado mundial os programas governamentais passaram a priorizar a maior aproximação entre os mercados interno e externo através da abertura do comércio; a modernização das grandes empresas com a adoção do modelo flexível de organização de trabalho e introdução de novas tecnologias; a abertura para os investimentos financeiros do exterior e a privatização das empresas estatais. “(iii) a permanência de baixas taxas de investimento” - causada pela crescente importação de produtos que substituiu a produção interna. Quer dizer, quanto mais produtos importados menor produção nacional, menos criação de postos de trabalho.

Percebe-se a primeira reação negativa à implantação deste novo modelo econômico e o aumento expressivo da taxa de desemprego. Em dezembro de 1989, a taxa de

³³ Para maiores detalhes ver Pochmann (2001:114,115).

desemprego era de 8,8%. Com a entrada do Governo Collor de Melo em 1990, a implementação do Plano Collor I e II, deu início a recessão na economia do país e o desemprego disparou nos anos entre 1990 e 1992, atingindo o índice de 14,9% em dezembro de 1992³⁴. Em 1993, no Governo Itamar Franco a economia demonstrava sinais de recuperação, o desemprego se manteve de dezembro de 1993 à dezembro de 1994 entre 14,7% e 14,3%.

Conforme Pochmann (2001), o Estado também é responsável no processo crescente do desemprego. Segundo o autor, durante os anos de 1990-1992, o setor público empregava mais que a indústria de transformação.

Mas, a fim de conter gastos e elevar a receita, o Estado inicia um processo de desmantelamento. Com a aprovação da reforma administrativa, o fechamento de algumas instituições públicas e as privatizações, as estatais passam a promover programas de demissão voluntária, demonstrando com isso, sua intenção de enxugar os gastos à custa da extinção de postos de trabalho. Contudo, todas estas ações não foram capazes de equilibrar as finanças públicas, porque:

“Apesar da elevação das receitas públicas como proporção do PIB, o desajuste das finanças públicas se manteve grave, especialmente a partir de 1994, com a estabilização monetária. As altas taxas de juros e o endividamento público se transformaram nos principais motivos geradores da desorganização recente das finanças públicas no Brasil. A dívida pública, por exemplo, passou de 155 bilhões de reais em 1994 para além de 500 bilhões de reais, em 1999.” Pochmann (2001:120)

De 1995 a 2002, o governo Fernando Henrique Cardoso reafirma a implantação das políticas neoliberais e avança nas ações de incentivo a desnacionalização e

³⁴ Dados gerados pelo Sistema Estadual de Análise de Dados e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, Pesquisa de Emprego e Desemprego (Seade e Dieese/PED). Comentário: Quadro: Taxas de desemprego, por tipo - Região Metropolitana de São Paulo, município de São Paulo e demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Obs.: As taxas equivalem ao desemprego oculto (trabalho precário e desemprego por desalento) e desemprego aberto. Consultado em 26 de setembro de 2007.

desindustrialização. A sobrevalorização do real e mais uma redução nas tarifas aduaneiras, faz aumentar o volume das importações em 78%, mas a produção interna e as exportações não acompanharam esse crescimento (Mattoso/1999, Pochmann/2000). Ao contrário do que se esperava, a exportação crescente foi do emprego, que cresceu nos países que vendiam produtos para o Brasil. A taxa de desemprego disparou durante esses anos, passando de 14,3%, em 1995 para 19,0%, em 2002. O fato é que a adoção do modelo flexível de produção impõe esforços no sentido de aumentar a produtividade do trabalho com menor custo de mão-de-obra, o que implica em um aumento relativo dos investimentos em tecnologias avançadas com vistas a uma produção especializada, que coloque as empresas em condições de competir no mercado mundial.

Entretanto, Pochmann (2001) salienta que nem todas as empresas conseguiram acompanhar esse movimento. Numa ponta, estão as grandes empresas internacionalizadas que promovem mudanças, adotando como medidas para baratear o custo da produção, a substituição de produtos intermediários e de bens de capital que eram produzidos no Brasil, por componentes e bens importados. Na outra ponta, as empresas menores, com menos de dez empregados que, para conseguirem se manter, demitem seus funcionários mais onerosos, visando diminuir gastos fixos e adotam o processo de terceirização de mão-de-obra.

Vale lembrar, que nesta esteira ainda somam aquelas que, por não possuírem capital para acompanhar o processo de modernização tecnológica, não conseguiram se tornar competitivas e acabaram encerrando suas atividades.³⁵

Portanto, verifica-se que o aumento considerável no volume de importações, praticado pelas grandes empresas, acarretou na diminuição da produção nacional que aliado ao processo de enxugamento de mão-de-obra das empresas menores, desembocou no aumento

³⁵ Verificamos a ocorrência desse fato expresso na fala de Maria, p. 81.

massivo do desemprego, bem como da precarização das relações de trabalho, através de contratos por tempo parcial e temporário.

O mesmo autor, ainda cita como fator constitutivo ao aumento do desemprego a falta de uma distribuição justa da renda nacional. O grande contingente de desempregados contribui para aumentar a concorrência pelos postos oferecidos, gerando um rebaixamento do preço da força de trabalho. Os baixos salários pagos aos trabalhadores em geral, não são suficientes para sustentar a si e sua família. Passa a ser comum encontrar situações de trabalhadores ocupando dois turnos de trabalho; aposentados, pensionistas da previdência social e crianças trabalhando, em geral, em situação de precariedade, a fim de compor a renda familiar. Pochmann (2001:121) em sua pesquisa realizada em 1998 registrou um contingente de 2,8 milhões de crianças menores de 14 anos inseridas no mercado de trabalho e fora da escola e, 5,3 milhões de aposentados, exercendo alguma atividade remunerada.

Na opinião de Mattoso (1999:11), o desemprego disparou no Brasil porque nos últimos anos da década de noventa, “a retração das atividades produtivas acompanhadas do desmonte das estruturas preexistentes” não foram substituídas por outras capazes de absorver a mão de obra desempregada. Isto significa a eliminação de postos de trabalho de forma definitiva. “Jogou-se fora o bebê com a água do banho”. Segundo o autor, o país se mostrou incapaz de criar novos postos de trabalho e aumentar a produtividade, mesmo em momentos de elevação do PIB³⁶, o que vem a confirmar as afirmações de Pochmann (2001).

“Ao longo dos anos 90 foram *queimados* cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais (...) sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foram contabilizados uma *queima* de nada menos que 1,8 milhões de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED)”. (Mattoso 1999:18)

Baseado no mesmo autor, verifica-se que, além da estagnação das atividades produtivas os processos de privatização das empresas estatais também contribuem

³⁶ Para maiores detalhes ver tabela em Mattoso (1999:29)

amplamente para o aumento do número de desempregados, que somado a política de cortes nos gastos sociais do governo federal, que prevê a redução dos gastos com os estados e municípios, o contingente de desempregados tende a aumentar.

A flexibilização da legislação que regula o trabalho, passa a incentivar os contratos temporários e parciais favorecendo as empresas nos custos com os trabalhadores. Muitas empresas reduziram suas despesas com o trabalho, demitindo os funcionários mais antigos e contratando outros com base na nova legislação. No discurso do governo esta prática estimula a criação de empregos. Mas, como consequência desta flexibilização, o que se vivencia é o aumento da precarização, tanto das relações quanto das condições de trabalho. A desagregação dos trabalhadores de suas categorias, debilita a força dos sindicatos nas negociações trabalhistas, proporcionando as empresas, o poder de barganha nas negociações individuais, tanto no que se refere aos salários como aos tipos de contratos, reduzindo o trabalhador a uma mercadoria barata e descartável.

Na opinião de Mattoso (1999: 20)

“ Agora empresas e Estado buscam se liberar dos encargos com emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado. Trata-se de uma cínica responsabilização das próprias vítimas por sua sorte”.

Neste contexto, a empregabilidade passa a ser a palavra de ordem para os que querem se inserir no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e diminuto. Enquanto que num passado próximo, ser empregável era característica comum de qualquer pessoa que dispusesse das suas faculdades mentais e físicas, e, alguma escolarização ou especialização técnica, agora implica em possuir, além de qualificações profissionais, características subjetivas que não se adquirem nos bancos escolares nem em cursos de capacitação.

Conforme Oliveira (Apud Teixeira 1999:168), outra prática presente neste modelo flexível de produção remonta formas de exploração do trabalho, consideradas extintas na sociedade industrial, que se constitui no trabalho doméstico, artesanal e que envolve a mão de

obra familiar, e a auto-exploração do trabalhador, uma prática que atualmente atende pelo nome de terceirização.

Algumas grandes empresas, principalmente, as de base tecnológica mais avançada, desmontam sua estrutura produtiva interna e incentivam os trabalhadores demitidos a continuarem a exercer suas atividades a partir de casa, como trabalhadores autônomos ou microempresários. Esta prática contribui para a recolocação de alguns desempregados, entretanto, não tem se mostrado efetivamente eficiente no sentido de suprir a demanda real do desemprego. Além disso, neste modelo os salários variam de acordo com a quantidade de peças produzidas. “ A compra-e-venda da força de trabalho é velada sob o véu da compra-e-venda de mercadorias semielaboradas” (Oliveira, apud Teixeira 1999:170).

“O mais importante nesta nova configuração do trabalho é que o trabalhador, tendo-se tornado vendedor de trabalho objetivado e não mais de sua força de trabalho, sente-se proprietário, um verdadeiro comerciante, parceiros de seus antigos patrões. Num mundo onde todos são produtores de mercadorias os sindicatos, os antigos instrumentos de luta dos trabalhadores, parecem, pelo menos supérfluos”. Oliveira (Apud Teixeira 1999:171)

Para o trabalhador esta prática se traduz em aumento na jornada de trabalho, diminuição dos ganhos e perda dos benefícios sociais. Assim, a empresa diminui os custos com os encargos da mão de obra efetiva, comprando a mercadoria produzida pelo trabalhador. Ao mesmo tempo, este trabalhador, de certa forma, sente-se compensado pelo fato de ser dono do seu próprio negócio³⁷.

Diante dos fatos, percebe-se que as mudanças ocorridas, desde então, não se apresentam apenas no âmbito político-econômico. Elas abrangem também uma mudança de comportamento na sociedade, onde o indivíduo sobressai num contexto em que é direcionado à situações que lhe impõe a necessidade de mobilizar-se no sentido de se auto-reinventar, tornar-se apto e adequado a sobreviver na sociedade atual.

³⁷ Esta hipótese é reforçada a partir dos relatos dos entrevistados. Alguns trabalhadores que atualmente são donos de empresas não se dão conta da auto-exploração a que estão submetidos. A falas de Maria p. 86; Jorge, p. 96 e Paulo, p. 110 demonstram a realidade do terceirizado no Brasil.

Neste contexto, o empreendedorismo aparece como forte tendência no que diz respeito aos caminhos a serem seguidos para o enfrentamento do desemprego, não como medida reparadora, mas como uma oportunidade para os indivíduos expressarem suas capacidades criativas, transformando-se em empresários.

Atualmente, a onda de desemprego massivo que cresce a cada ano, e a precarização nas relações de trabalho³⁸, vem atingindo diretamente os trabalhadores de todas as camadas sociais, independente de qualificação, com uma intensidade sem precedentes na história.

Em 2003, o governo Lula deu início a uma série de políticas sociais de incentivo a geração de emprego e renda³⁹, sendo a maioria de estímulo à criação do auto-emprego. A partir daí, o desemprego demonstrou uma pequena alteração entre 2003 e 2006, caindo de 19,9% para 15,3%. Entretanto, apesar da taxa de desemprego ter apresentado um leve decréscimo, não tem contribuído expressivamente para a redução da desigualdade causada, principalmente, pela crescente perda dos direitos sociais visto que, conforme dados do PNAD-2006⁴⁰, mais da metade da força de trabalho encontra-se na informalidade.

Cabe ressaltar que, a crise do emprego é estrutural e as políticas e programas de Governo voltadas às ações educativas e de geração de emprego e renda, na opinião de Pochmann (2001:124), são necessárias, mas “não são suficientes para reverter o quadro do desemprego em massa”. Em geral, o foco desses programas é a qualificação profissional com vistas a garantir a empregabilidade dos trabalhadores, e não, o emprego. Estes programas reforçam a responsabilidade do trabalhador pelo seu próprio emprego. Sendo assim, tendem a contribuir para que muitos desempregados criem estratégias de sobrevivência através do auto-emprego, em geral abrindo seu próprio negócio. Isso faz com que ele não apareça como

³⁸ O detalhamento dos programas encontra-se disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Link: Emprego e Renda. Acessado em 27/09/2007.

⁴⁰ Disponível em www.ibge.gov.br/pnad. Acessado em 27/8/2007.

desempregado, nas pesquisas que medem o desemprego. No entanto, este fato não é significativo no que se refere a qualidade do trabalho que exerce, tampouco garante que esse trabalhador esteja amparado pelos sistemas de proteção do trabalhador.

4. O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO

É importante conhecer a origem dos termos empreendedorismo e empreendedor, para compreender as bases do discurso atual que se apresenta como caminho para o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista contemporânea.

Na gramática da língua portuguesa, as palavras empreendedorismo e empreendedor, aparecem como substantivos derivados do verbo empreender. Empreendedorismo é um neologismo usado para identificar um fenômeno relativo ao universo que cerca a figura do empreendedor, no contexto da sociedade atual. Entendemos por neologismo, palavras novas, ainda não incorporadas aos dicionários que são criadas para explicar novas situações ou conceitos.

Empreender, conforme Ferreira (1986) vem do “latim *impredere* que significa deliberar-se a praticar, propor-se, tentar (empresa laboriosa e difícil), pôr em execução”. Empreendedor significa aquele “que empreende, ativo, arrojado, cometedor”, e, empreendimento é o “ato de empreender; empresa, realização; cometimento.”

Ao investigarmos a literatura especializada sobre o tema empreendedorismo, a maior ênfase foi encontrada nas discussões no campo da economia, de aporte liberal, da psicologia, no campo comportamental e da pedagogia de auto-ajuda. Na economia destacam-se: J. B. Say, Fillion, Joseph Schumpeter, Peter Druker, José Carlos Assis Dornelas. Na psicologia David Mc Clelland, e, na pedagogia, Fernando Dolabela. Discorreremos, a seguir, sobre os conceitos trazidos por estes autores, de forma a identificar suas idéias e compreender melhor o fenômeno estudado.

O termo empreendedor não é nenhuma novidade, pelo contrário, já existe há quase dois séculos e foi o economista francês J.B. Say que, por volta de 1800, conceituou pela primeira vez – *entrepreneur* - como aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Entretanto, Say não diz quem é o empreendedor. (Say, J.B. Apud Druker, 1987:27).

Já Schumpeter (1982), em sua obra datada de 1911, *A teoria do desenvolvimento Econômico*, apesar de não usar o termo empreendedor oferece uma pista para a formulação de um conceito através do que chama de empreendimento. “Chamamos de empreendimento à realização de combinações novas; chamamos empresários, aos indivíduos cuja função é realizá-las”. Entretanto, distingue o que chama de empresário, apontando alguns traços de comportamento como a capacidade de arriscar-se, criatividade e inovação que o diferem do empresário tradicional, visto como o administrador ou o capitalista. Para o autor, a tarefa do “empresário inovador” é a destruição criativa, é causar impacto sobre a economia. Considera o empreendedor um agente fundamental para o desenvolvimento econômico alegando que “empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Corroborando com a hipótese dos economistas que defendem que o desenvolvimento econômico ocorre a partir da ação individual, Mc Clelland (1972), aponta diretrizes de comportamento psicológico e social do indivíduo como aspecto importante para acelerar o crescimento econômico. Conforme o autor, a motivação é o aspecto principal para formação de indivíduos empreendedores, ou seja, ela influencia na personalidade profissional do indivíduo, pois é a motivação para a realização que irá determinar o seu sucesso. Nos seus estudos sobre o papel da motivação Mc Clelland (1972) aponta três necessidades básicas que geram motivação: 1) necessidade de realização – necessidade de vencer desafios, de fazer coisas novas, de correr riscos, de competir; 2) necessidade de afiliação – necessidade de ser aceito, de pertencer a um determinado grupo, de estabelecer relações amigáveis; 3) necessidade de poder – necessidade de ser líder, satisfação de ser agente do seu próprio progresso, *status* pessoal.

Conforme Druker (1987), foi nos Estados Unidos que emergiu a prática da economia empreendedora e lá “o empreendedor é frequentemente definido como aquele que começa o *seu próprio, novo e pequeno negócio*”. Porém, o autor alega que esta definição, por si só, não consiste em uma definição real do termo, tampouco define as características do empreendedor. Para o autor, o empreendedor é aquele que “cria algo novo, algo diferente; muda ou transforma valores. (...) detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados (...) ou seja, o indivíduo que possui “iniciativa para criar um novo negócio e tem paixão pelo que faz; utiliza recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive, e por fim, aceita assumir riscos e a possibilidade de fracassar”.

Para Fillion (apud Dolabela 1999:12)

“o termo empreendedorismo (entrepreneurship) em inglês tem conotação prática, mas também implica atitudes e idéias. Significa fazer coisas novas, ou desenvolver maneiras novas e diferentes de fazer as coisas”. Por conseguinte, define como empreendedor “pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”.

Para Dornelas (2003), “empreendedorismo significa fazer algo novo, diferentemente, mudar a situação atual e buscar de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor”. O autor atribui traços de personalidade ao indivíduo empreendedor admitindo que este, não necessariamente, é o que empreende um novo negócio, mas é também o que conquista e inova mesmo na condição de empregado, o chamado de empreendedor corporativo.

“Os empreendedores querem sempre ir além, querem descobrir algo novo, querem mudar, não se contentam com a mesmice. Portanto, a busca da inovação sistemática ou a prática da inovação, é uma atividade comum aos empreendedores, tanto aqueles que começam um novo negócio, como aqueles que já estão trabalhando em organizações já estabelecidas: os empreendedores corporativos.” (Dornelas 2003:18)

Dolabela (1999), diz que empreendedorismo não se resume na criação de empresas, é muito mais que isso. É um fenômeno cultural que abrange outras áreas, portanto, passível de ser apreendido através da educação ou por influência do meio em que se vive, ou seja, “é fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas”. Para o autor o empreendedorismo compreende desde o trabalho autônomo, o trabalho comunitário e o empregado empreendedor, até a criação de políticas públicas para o setor e o empreendedor é o indivíduo que cria uma empresa nova ou introduz inovações a uma já existente, assumindo riscos e agregando valores, seja ele proprietário ou empregado.

Em síntese, o empreendedor deve ser um indivíduo que possui as seguintes características: iniciativa, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização, perseverança, dedicação, intuição, comprometimento, visão de futuro, liderança, imaginação, capacidade de influenciar as pessoas, de não se abater diante do fracasso aceitando-o como uma oportunidade para o aprendizado, e, principalmente, um identificador e aproveitador de oportunidades e, por que não dizer, um super-indivíduo, acima de tudo e de todos.

4.1 O surgimento do empreendedorismo no Brasil

De acordo com Dornelas (2001), foi em 1990 que o movimento do empreendedorismo se efetivou no Brasil, a partir da criação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software). Destaca os programas GENESIS (Geração de Novas Empresas de Software, Informação e Serviço) criado pela Softex, cujo objetivo era apoiar atividades em software, incentivando o ensino da disciplina nas universidades e a geração de novas empresas; o EMPRETEC - programa de capacitação adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 34 países e desenvolvido no Brasil em parceria com o Sebrae, e, os programas Brasil Empreendedor e Jovem Empreendedor, ambos criados pelo Governo Federal.

Desde então, os programas desenvolvidos por estas instituições, têm sido voltados ao estímulo e desenvolvimento de pequenas empresas, através da valorização das características individuais do empreendedor. No Brasil, tem se desenvolvido uma variedade de programas de estímulo ao empreendedorismo, visando, principalmente, a capacitação, cuja metodologia se fundamenta no estudo do comportamento, realizado por McClelland, na década de 1950, nos quais o objetivo não é só desenvolver habilidades empresariais específicas, mas também, criar um comportamento empreendedor, focado na realização, planejamento e poder.

No programa EMPRETEC⁴¹, por exemplo, introduzido no Brasil em 1990, os participantes podem conhecer e se identificar com as características do comportamento empreendedor, tais como: “capacidade de se antecipar aos fatos e criar novas oportunidades

⁴¹ A metodologia de EMPRETEC, desenvolvida na década de 80 pela Organização das Nações Unidas, começou a ser absorvida no Brasil a partir da assinatura do Projeto BRA/89/014 (*Empresas Tecnológicas – Empretec*), fruto da parceria entre o SEBRAE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo Brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE). Destinada primordialmente a estimular o desenvolvimento de empresários, mediante o reforço de características comportamentais.

de negócios. Persistência e disposição para correr riscos calculados. Busca constante, do mais alto padrão de qualidade, comprometimento com o produto final, procura de informações sobre o cenário e estabelecimento de objetivos de metas”.⁴²

De acordo com o SEBRAE, entre os programas de maior destaque estão: Brasil Empreendedor, lançado em 1999 pelo Governo Federal e desenvolvido em parceria com o SEBRAE, dirigido à capacitação e liberação de recursos financeiros aos empreendedores. Seu objetivo principal é fortalecer o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas e incentivar a abertura de novos empreendimentos; Programa Jovem Empreendedor, lançado em 2004, pelo Ministério do Trabalho Emprego e Renda (MTER), destinado a estudantes do ensino fundamental e médio, de baixa renda *per capita*, com objetivo de capacitar os jovens e facilitar o financiamento para a abertura de pequenos negócios.

Além dos programas criados pelo Governo Federal, outros programas ajudam a difundir o empreendedorismo no Brasil, principalmente os criados pelas universidades e por organismos não governamentais, voltados à educação de crianças e jovens que, somados à explosão do movimento de incubadoras de empresas e a recente regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas⁴³, vêm acelerando o crescimento do movimento do empreendedorismo no Brasil, fazendo surgir a cada ano, novas e pequenas empresas.

Como resultado de tantos incentivos, em 2005, o Brasil foi considerado o 5º país onde mais se empreende, tanto por necessidade como por oportunidade. Dados recolhidos da

⁴² Estes dados foram compilados de um conjunto de informações oferecidas pelo Sebrae e encontram-se disponíveis no site: www.sebrae.com.br.

⁴³ A Lei 123/2004 intitulada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Brasil, mais conhecida como Super Simples unifica nove impostos e contribuições federais, estaduais e municipais para as micro e pequenas empresas em todo o País. Isso deverá estimular a abertura de novos empreendimentos de pequeno porte no país. Maiores detalhes podem ser encontrados em www.camara.gov.br.

pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*)⁴⁴, apontam uma taxa de 10,1%, em relação aos empreendedores estabelecidos⁴⁵ e, 11,3%, de empreendedores iniciais.

Entretanto, a mesma pesquisa demonstra que a quantidade de empreendedores por necessidade (5,3%), é bastante alta, se comparada a maioria dos países participantes, ficando o Brasil (renda per capita de 4.124 dólares), com a 4ª posição, seguido da Jamaica (renda per capita de 3,388 dólares) em 3º, China (renda per capita de 1,411 dólares), em 2º, e Venezuela, (renda per capita de 4,627 dólares), em 1º lugar no *ranking*.

No ano de 2006, os dados da pesquisa GEM, revelam que entre 2005 e 2006, o número de empreendedores iniciais se manteve estável, variando em 0,3%. Este fato se deve ao alto custo dos impostos e burocratização no processo de abertura de empresa. A taxa de descontinuidade ou abandono de um negócio ficou em 4,6%, revelando que os indivíduos que empreendem, o fazem em vários momentos de sua trajetória e o fato de não ter sido bem sucedido, não os impede de tentar abrir outro negócio. Em relação aos motivos que levam ao abandono do negócio, a maioria dos empreendedores revela a obtenção de um emprego, como causa principal do encerramento. Verifica-se com isso, que o empreendedorismo tem se caracterizado como uma alternativa real ao desemprego.

Segundo a mesma pesquisa, embora o Brasil esteja entre os países onde mais se empreende, os negócios são pouco inovadores, não exigem muita qualificação. Em geral

⁴⁴ Disponível em www.sebrae.com.br. A pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) foi iniciada em 1999 e mede o empreendedorismo em 37 países, classificando os empreendedores em: Empreendedores iniciais - são aqueles cujos empreendimentos têm até 42 meses de vida e Empreendedores estabelecidos - , aqueles à frente de empreendimentos com mais de 42 meses; Empreendedores por oportunidade: são motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial; Empreendedores por necessidade: são motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda. Os países participantes do GEM em 2005 foram: : África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Cingapura, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Jamaica, Japão, Jordânia, Letônia, México, Nova Zelândia, Noruega, Porto Rico, Reino Unido, Suécia, Suíça, Tailândia, Venezuela.

⁴⁵ Conforme a pesquisa GEM-2005 os 4 primeiros países que possui maior número de empreendedores estabelecidos são: 1º Tailândia, 2º China, 3º Nova Zelândia, 4º Grécia.

giram em torno da prestação de serviço direto ao consumidor ou atuam em ramos de muita competitividade.

O Governo Lula vem dando segmento as políticas de incentivo ao empreendedorismo. Além de manter alguns programas do Governo anterior, vem criando outros, cada vez mais abrangentes, que fazem parte de um pacote de políticas de geração de emprego e renda, destinados a classe popular. Em geral, são linhas de créditos para a abertura de microempresas. Estes programas contribuem para difusão e legitimação do discurso neoliberal, sugerindo que o trabalhador resolva seu desemprego por meio do empreendedorismo.

5. HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM

Antes de iniciarmos as narrativas é importante um aparte, para esclarecer que as histórias de vida das duas mulheres entrevistadas revelam vivências e experiências singulares de grande riqueza investigativa, todavia, não pretendemos nos aprofundar no que diz respeito às discussões teóricas referentes as diferenças de gênero. Contudo, o leitor irá perceber que no momento em que Maria e Ana relembra suas trajetórias, estas “diferenças” se evidenciam nas estratégias de resistência e de conquista vivenciadas por elas no decorrer de suas vidas. No entanto, pela limitação deste trabalho, nos restringimos apenas a uma breve contextualização do tema, sem a pretensão de explorar ou esgotar a discussão acerca do assunto.

Para contextualizar a história da vida destas mulheres, cabe uma breve síntese sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, assim é mais fácil para o leitor compreender o valor proporcionado pelas questões que emergiram dos relatos de vida das depoentes.

Segundo DIEESE (2001:103), a tradição cultural que define o homem como provedor da família e a mulher como a responsável pelos afazeres domésticos e a maternidade, sempre foi determinante nas sociedades. No entanto, após um longo período de invisibilidade, a mulher começa a ganhar espaço no mercado de trabalho. A necessidade de compor a renda familiar, a obrigação de assumir as responsabilidades pelo sustento da família, em função do desemprego ou ausência do marido, e o desejo de realização pessoal, são alguns dos fatores que levaram à inserção da mulher no mundo do trabalho. Entretanto, o aumento da participação feminina neste mercado, não indica igualdade de direitos no que diz respeito ao valor do salário ou a ascensão profissional. A representação da mulher como dependente do homem-provedor relega o trabalho feminino a mera contribuição na composição da renda do marido, uma vez que, as responsabilidades consideradas eminentemente femininas, como os cuidados com a casa e com os filhos, lhe impõe uma dupla jornada, tornando-a pouco produtiva para o mercado de trabalho. Apesar de todas as lutas e conquistas da mulher, no sentido de reconhecimento e valorização da sua força de trabalho, pesquisas realizadas pelo DIEESE (2001) revelam que a discriminação do trabalho feminino permanece até os dias de hoje. A resistência dos empregadores em contratar o trabalho feminino encontra justificativa nos altos custos relacionados a manutenção da mulher no emprego por conta do direito a licença maternidade, obrigatoriedade da empresa adaptar o horário de trabalho para a amamentação do bebê e, ainda, por terem que arcar com despesas de creche para os filhos das trabalhadoras. Em função da dificuldade de colocação no mercado formal de trabalho, muitas mulheres recorrem a ocupação através de atividades domésticas ou a atividades autônomas,

em geral no segmento de serviços, que não lhes dá o direito aos benefícios sociais. É freqüente, também, a atuação das mulheres em atividades ligadas a negócios de família. É comum encontrarmos mulheres gerenciando comércio ou em atividades de apoio nas empresas dos maridos que, de maneira geral, são somados ao trabalho domésticos e de educação dos filhos.

5.1 “Eu não sou de ficar chorando” – Maria

A história de Maria é específica e, portanto, passiva de destaque entre todas. Ela nunca teve um emprego formal, mas narra as experiências com o desemprego do seu marido como se fossem suas. Nascida na década de 1930, Maria foi criada para ser esposa, mãe e zelosa do lar e do marido. No final da década de 1950, quando se casou, além de vivenciar de imediato a experiência da maternidade, enfrentou desafios que a levaram a assumir responsabilidades pela sobrevivência da família. Atualmente, Maria tem 65 anos, é casada com João, tem quatro filhos e cinco netos. Estatura alta, voz firme e determinada. Quando fomos a sua casa pela primeira vez, nossa intenção era entrevistar seu marido. Ao indagá-lo sobre a possibilidade da entrevista, e ao lhe esclarecer sobre a importância da pesquisa e da sua contribuição, Maria interrompeu, alegando que a empreendedora em questão, era ela e que estaria disposta a colaborar.

Diante de sua atitude aceitamos o desafio que, para nossa surpresa, alcançou um resultado enriquecedor para esta investigação. Retornando à sua casa no dia e horário combinados, lá estava ela ansiosa a espera da entrevista. João fez questão de acompanhar toda a sua narrativa, com cuidado para não atrapalhar, confirmava seus relatos com um balançar de cabeça. Ela acompanhou toda a trajetória profissional do seu marido e, em sua narrativa, traça uma linha tênue entre a sua história e a de João que, ao fim, se entrelaça, transformando-se em uma só história.

Maria nasceu em São Paulo, e vivenciou alguns fatos que marcaram a história política e econômica do país, como o golpe militar em 1964, a expansão das montadoras de automóveis no ABC paulista, as greves da classe operária, a queda da ditadura, a superinflação no governo Sarney, o confisco da poupança no governo Collor, a abertura do mercado, o fechamento de fábricas e início do processo de desemprego em massa. Filha de comerciantes estudou até concluir o ensino fundamental. Quando solteira “tinha tudo, não sabia quanto custava nada, não tinha noção do valor do dinheiro”, mas ela quis se casar com João, e com isso se depara com seu primeiro desafio: “Meu marido era operário de fábrica, em 1959, e ganhava um salário mínimo. Como viver com um salário mínimo?” Viver com um salário mínimo não foi fácil, comenta, Maria. Ela teve que mudar de cidade para constituir seu lar junto aos sogros que ajudavam no sustento do casal. Mas, este foi só o seu primeiro desafio. Logo depois veio o primeiro filho, o desemprego do marido e a sua tentativa frustrada de ingresso no mercado de trabalho. Em sua narrativa, Maria relata sua primeira experiência:

“Meu marido vivia perdendo o emprego. Aquilo me deixava desorientada, era humilhante ter que depender dos sogros até para comer, mas ele não tinha profissão nenhuma, era só operário, ia arranjar alguma coisa com salário melhor onde?”

Diante das dificuldades do seu marido em encontrar uma recolocação no mercado de trabalho que lhe proporcionasse um salário digno ao sustento da família, ela resolveu procurar um emprego para ajudar, mas não obteve sucesso. “Não sei por que eu não

conseguia, naquele tempo tinha vaga sobrando nas fábricas, mas pra mim nunca tinha”. Diante dos fatos, concluiu que não podia continuar essa vida. Foi nesse momento que resolveu tomar uma atitude decisiva. “Foi ai que eu senti que tinha que assumir as rédeas e fazer alguma coisa pra voltar a ter a vida que eu tinha”.

Para isso, pediu ajuda ao seu pai, que arranhou um emprego para João em sua loja de roupas. Mas, a loja de seu pai ficava em Santo André-SP, o que iria exigir mudanças que não estavam nos seus planos. Mas ela estava determinada e acabou convencendo o marido. “Eu já não gostava de morar em São Paulo [...], então eu quis voltar para Santo André. Ele concordou porque se ele não fosse eu iria sozinha”. Com o marido trabalhando na loja de seu pai a situação parecia resolvida, mas o tempo passava, ela já era mãe de dois filhos e a vida não mudou, pois o salário dele permanecia baixo demais para sustentar a família. Foi quando ela resolveu pedir ao sogro um empréstimo para que seu marido entrasse como sócio de seu pai na loja, assim poderia aumentar os rendimentos da família. O tempo passava, a situação do casal parecia melhorar dia após dia. Maria já era mãe de três filhos e estava grávida do quarto, quando se deparou com mais um desafio,

“...tivemos o azar de pegar a Revolução de 64. Ninguém comprava, ninguém vendia, foi um caos no país com a entrada dos militares. Este fato abalou a economia do país. Tivemos que amargar até fecharmos a loja, inclusive porque o prédio não era nosso e foi desapropriado. A partir daí começamos sozinhos. Meu marido, estava desempregado e não conseguia trabalho em lugar nenhum, ele era operário desde os 14 anos, não tinha profissão nenhuma.”

Mais uma vez o desemprego. Diante da possibilidade dos filhos passarem necessidades ela toma uma atitude.

“... Meu irmão arranhou um emprego, meu marido não arranhou e eu fui vender roupas na rua para pagar as dívidas da loja. Fui lutar”.

Enquanto seu marido procurava emprego, ela trabalhou como vendedora de roupas para sustentar a família, mas a gravidez a impediu de continuar. Durante a época em que João foi sócio do sogro eles adquiriram um terreno em sociedade com o cunhado. João

vendeu sua parte no terreno ao cunhado e com o dinheiro ela teve a idéia de comprar um táxi para ele trabalhar, já que emprego não arranjava. “ Fizemos isso e compramos um DKV velho e mais uma vez recomeçamos”. Os rendimentos com o táxi quase não pagavam as despesas do casal, mas João não reclamava. Ele criava passarinhos e, de vez em quando, ia para São Bernardo onde conseguia vender algum, assim entrava um extra no orçamento do casal. A busca por um emprego não parou, mas, entre um e outro não, surgiu a idéia de montar um negócio próprio, um aviário, pois “entre levar não, e ser dona do próprio negócio eu prefiro arriscar”. Sua idéia apavorou o marido que a chamava de louca, pois não tinham nada. Não tinham dinheiro para alugar uma sala, tampouco para comprar as primeiras mercadorias. “Então eu sugeri que vendêssemos o táxi”. Pediu ao seu tio que fosse avalista para locação da sala e ambos começaram um comércio com mercadorias emprestadas de um amigo dele que também tinha um aviário.

“Eu estava no final da gravidez do meu quarto filho e morava em Santo André. Para ir para São Bernardo todos os dias eram 2 ônibus. Assim começamos. Isso foi em 1970, ainda governo militar, mas essa época foi boa para o país, pois as montadoras de automóveis estavam se expandindo no ABC e não havia inflação. Foi uma época em que quem montou negócio ganhou dinheiro. As construtoras começaram a investir em São Bernardo e construía casas para vender aos operários, as fábricas geravam muitos empregos, era muito bom. Ficamos 13 anos lá e ganhamos bastante dinheiro”.

De acordo com o SEBRAE, Maria possui as características necessárias para empreender seu negócio e dele sobreviver. Ela possui a capacidade de correr riscos, conhece o ramo, se organiza, tem determinação, é líder e, acima de tudo, é otimista. Diante do caos consegue enxergar as oportunidades.⁴⁶

O casal vivenciou os anos dourados da economia brasileira. Adquiriu casa própria, comprou dois terrenos, carro, enfim, teve uma vida boa e ela sente satisfação ao recordar o sucesso alcançado nesta época.

⁴⁶ Baseado no texto “Quais as principais características que um empreendedor precisa ter ?” Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/Principal/Abrindo%20seu%20neg%C3%B3cio/>. Acessado em 28/10/2007.

“De 1960 à 1970 nós amargamos, mas quando as montadoras começaram a se expandir, veio uma leva de trabalhadores do Nordeste e ninguém precisava ter experiência, as fábricas precisavam se expandir e pegavam tudo que era mão-de-obra. A construção civil então, nem se fala. Foi um estouro de boiada. Não havia nenhum outro aviário, éramos só nós no mercado, ganhamos dinheiro que até ríamos sozinhos”.

Conforme Pochmann (2001), entre 1932 e 1980, o Brasil se superou em relação ao desempenho econômico. O país viveu um período de ouro que computava uma taxa média anual de 7% na expansão da produção, proporcionada pela expansão do Estado combinada ao impulso à industrialização nacional gerando uma ampla oferta de emprego assalariado.

“Até que em 1979, quando entrou o Figueiredo⁴⁷ a coisa ficou feia. Começou uma onda de desemprego terrível. Começaram as greves em São Bernardo, quando o Lula era Presidente Sindical. Brigas por melhores salários, por garantia de emprego etc. Em 1985 veio a tão sonhada democracia e todo mundo achou que íamos melhorar. Aí, vieram todos aqueles planos de governo [...] Começa o desemprego sob a alegação do gatilho salarial, briga política com sindicatos, um tumulto. Fomos murchando e tivemos que vender o aviário. Ou vendíamos ou teríamos que fechar, isso foi em 1985”.

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela modernização das fábricas e pela desarticulação do padrão de desenvolvimento provocada pela estagnação econômica e pela dívida externa. Para muitos autores foi considerada a década perdida, o que acarretou em um processo crescente de desemprego. Considerando estas transformações, Pochmann (2001:112), alega que a falta de crescimento na economia brasileira nos últimos vinte anos e as mudanças para um novo modelo econômico são as razões estruturais do crescente desemprego no Brasil.

⁴⁷ O General João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência em 15 de março de 1979 ainda na fase considerada por alguns autores de o "milagre econômico". De 1979 a 1981, ocorreram vários movimentos grevistas em todo o país, envolvendo milhares de trabalhadores de várias categorias, que reivindicavam melhores salários. O governo federal reagiu combatendo duramente os sindicatos, desmobilizando e prendendo seus líderes. Nessa fase iniciou-se uma crise econômica de proporções alarmantes que aumentava a cada ano, conforme dados do IBGE a taxa de crescimento do PIB em 1983 caiu para -4%. Isso desencadeou uma inflação galopante atingindo diretamente a classe trabalhadora que teve seu salário defasado perdendo o poder de compra, além do fechamento de muitas empresas e, em consequência disso, o desemprego em massa. Dados compilados dos sites www.brasilecola.com e www.sintet.ufu.br.

“Na verdade nós não nos atualizamos, ficamos sempre na mesma. Começaram a montar negócios mais modernos, inventaram a ração de cachorro e nós não nos modernizamos nesse sentido, mas nós não guardamos dinheiro e não tínhamos para investir nisso. O dinheiro que eu juntava eu comprava em propriedade.”.

O caso deste casal é típico do empreendedor por necessidade. Muitos desempregados montam seu negócio, como alternativa ao desemprego, mas não conseguem concorrer com as grandes empresas capitalistas e acabam encerrando as atividades e, em alguns casos, acumulando dívidas.

“Depois que conseguimos vender o aviário, meu marido voltou a ser empregado, arranhou um emprego numa revendedora de carros e o pouco dinheiro que sobrou eu comprei duas máquinas de costura, uma reta e uma *overlock*, pois eu cansava de procurar emprego, mas ninguém me dava vaga. Ficamos com muitas dívidas, mas pagamos tudo. Vendemos o carro. Ele ia trabalhar de ônibus e só levava no bolso o dinheiro da passagem e do lanche”.

Nunca havia costurado antes, mas como ela mesma diz: “Eu nunca fui de ficar chorando, se não deu uma coisa eu partia para outra. O que eu não podia, era ficar parada”. Nota-se que para ela a condição de “ficar parada” significa ficar fora, regredir, ficar para trás no mundo do trabalho, o que remete-lhe a um sentimento de inutilidade e de perda de identidade. Neste sentido, observa-se que o valor do trabalho é fundamental para a formação da sua identidade. Isso revela que o trabalho em sua vida é um fator importante como referência para sua existência.

Desta vez ela inicia outra atividade totalmente distinta daquelas que havia exercido até então.

“Eu nunca fui costureira, mas na época as confecções em São Paulo estavam se expandindo, era o auge da indústria têxtil. Eu nunca tinha costurado na minha vida e levei oito dias para conseguir montar uma jaqueta sozinha, eu chorava de raiva, desmanchava e fazia de novo até aprender [...] quando comecei a aprender fui atrás das vendas [...] mas não ganhava nem para os custos”.

Enquanto isso, João ia mal com as vendas na concessionária. Afinal ele foi operário e dono de aviário, não entendia de vendas de carros. Ela, mais uma vez decidiu que deveriam começar outro negócio, desta vez um bar. Foi quando então, seu marido se demitiu da revendedora para assumirem juntos o bar.

“Nessa trajetória toda eu vendi um terreno que tínhamos comprado na época do aviário, passei um atestado de burrice. Vendi um terreno para comprar um bar, paralelo as costuras [...] Eu ia para o bar as 5 da manhã, fazia limpeza, café, pastéis e meu marido chegava as 8 da manhã. Cerca de uma da tarde eu ia para casa cuidar da casa e costurar”. [...] meus sogros moravam comigo, eu fazia tudo, cuidava deles, da casa e do negócio”.

A divisão dos papéis familiares se evidencia quando ela toma para si a responsabilidade pelos cuidados com a família e com a casa. O seu trabalho aparece contribuição ao trabalho do marido, através das tarefas tipicamente femininas que ela desempenha no bar, além de costurar para complementar a renda familiar.

“...comprei mais uma máquina e botei no bar. Nas horas vagas eu costurava ali. Eu trabalhava 12, 13 horas por dia e nunca tive férias [...] nunca tiramos férias em família. Quando os filhos iam acampar eu ia montar as barracas, deixava-os lá sozinhos e voltava para trabalhar, mas era uma vida boa”.

Ela continuou com as costuras até 1987, pois com a perda do bar não havia outra alternativa senão transformar as costuras em um novo negócio.

“O bar foi um desastre [...] Eu vendia comida e toda a família comia lá, pois se eu tenho um comércio que não me sustenta, então não tem razão de ser. Chegou no fim não sobrou nada. Foi uma batalha.[...] até que um dia apareceu uma pessoa interessada em comprá-lo. Não tivemos lucro, nunca mais recuperei o dinheiro do meu terreno [...] Aquilo foi um atestado de burrice, registrado em cartório, eu nunca me esqueço daquilo”.

Em 1987, seu negócio empregava 12 costureiras e um bom cliente que lhe encomendava, no final de cada ano, uniformes escolares em grande quantidade e aquilo sustentava a família e a pequena confecção. Suas costureiras nunca tiveram um contrato de trabalho, mas, conforme a entrevistada, “recebiam seus salários em dia”. A encomenda que tinha, garantia o salário delas durante alguns meses e não podiam ser dispensadas porque ao chegar final do ano, aquela mão-de-obra era necessária para atender novamente a encomenda.

Então, Maria criou uma estratégia para garantir o pagamento das costureiras durante os outros meses. Começou a trabalhar em domicílio para uma empresa terceirizada.

“Foi ai que eu conheci o que era facção [...] ai eu passei a pegar serviços para facção no Bom Retiro para poder pagar as costureiras. Eu não ganhava nada, trabalhava feito uma doida para dar conta do prazo, mas para eu manter o ordenado das costureiras eu tinha que pegar serviços fora”.

Ela não se dava conta da auto-exploração a que estava submetida, para ela o importante era estar trabalhando, cumprindo sua obrigação diante da vida. “A confecção se custeava. Nunca conseguimos comprar nada, somente nos manter. Todos os filhos trabalhavam conosco”.

Com base em Marx (1985), a auto-exploração se dá pela extração da mais-valia absoluta que, neste caso, acontece na medida em que ela aumenta sua jornada de trabalho com o objetivo de atender a demanda da empresa contratante e obter retorno financeiro suficiente para cumprir seu compromisso com as costureiras. Neste caso, o trabalho em domicílio aparece como trabalho precarizado, oculta o desemprego e contribui para a reprodução do capital.

Com isso, sua resistência atingiu o limite, sem que ela percebesse que as conseqüências da submissão lhe degradavam a saúde física e psíquica. João também passara por problemas de saúde que lhe deixara quinze dias sem condições de exercer qualquer atividade.

“Aconteceu que eu comecei a ficar hipertensa sem saber. Eu não dormia, a cabeça ficava nas máquinas, nas costuras que tinha que entregar. Eu me deitava e não conseguia apagar, ai eu me levantava de madrugada e ia trabalhar nas máquinas. Era tudo na minha casa e eu não desligava nunca. Comecei a ficar bitolada, minha cabeça era só aquilo [...] tive uma crise de hipertensão e fui parar no hospital”.

Isso acontece porque, apesar de as mulheres terem conquistado muitos direitos no decorrer do século XX, segundo Castells (2003:209), elas ainda estão “sujeitas as condições ditadas pelo sistema patriarcal”, portanto, ainda são consideradas responsáveis pelo trabalho

doméstico. A necessidade de sobrevivência faz com que elas conciliem trabalho e família, assumindo múltiplas funções “o que as coloca, com frequência, no limite de um esgotamento nervoso.”

Um estudo recente realizado por Sorj (2000) revela que em consequência do processo de flexibilização, o trabalho em domicílio é uma estratégia utilizada por empresas de vários países e a utilização da mão de obra feminina é um fator comum a todas elas.

“As mulheres continuam a prevalecer no trabalho a domicílio, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas e seus fortes vínculos comunitários, as mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio. (Sorj, 2000).

Diante dos acontecimentos, o casal resolveu parar com tudo e iniciar uma nova vida. Desta vez, venderam a casa e mudaram para uma cidade do interior. “Parei com tudo e mudamos para Itatinga. [...] Isso foi em Fevereiro de 1990, o Collor já estava em campanha”.

Com a venda da casa de São Bernardo, compraram duas outras, menores, no interior e guardaram o que sobrou do dinheiro, em casa. Com a eleição de Collor para Presidente, eles não sabiam o que estava por vir e não podiam arriscar o que haviam conseguido à custa de tanto sacrifício. Então,

“por medida de segurança tiramos o dinheiro da poupança e guardamos em casa, não era muito, mas dava para comprar um bom carro. Ainda bem, meu cunhado foi um que morreu de infarto quando soube que o seu dinheiro tinha ficado preso”.

Apesar de garantida a posse do seu dinheiro, não era uma quantia suficiente para a família viver por muito tempo, por isso ela teve que voltar a costurar. Desta vez montou uma equipe de costureiras da cidade e terceirizou a mão-de-obra diretamente das confecções de São Paulo, pois além de ganhar pelo seu trabalho ainda ganhava uma comissão das outras costureiras.

Em relação ao processo de terceirização das confecções no Brasil, Leite (2004), constatou que esta estratégia tem sido muito utilizada pelas empresas, desde a década de 1990, para enxugar os custos com a produção. Uma vez que as empresas terceirizadas em geral são microempresas ou cooperativas, a carga tributária é menor e muitas vezes não registram seus funcionários o que faz diminuir o preço do serviço. A autora também destaca que as mulheres são as mais predispostas a esse tipo de trabalho.

“Dois fatores parecem estar relacionados a esta disponibilidade: por um lado, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho que têm as mulheres de meia idade, com filhos pequenos, com uma qualificação específica, mas pouca escolaridade; por outro lado, a própria preferência dessas mulheres pelo trabalho a domicílio em função da divisão sexual das tarefas domésticas.” (Leite, 2004:26).

Assim Maria ficou por dois anos, até que

“nisso, com a abertura do mercado, vieram os coreanos e instalavam confecções em qualquer porão, traziam chilenos para trabalhar como escravos, mão-de-obra a troco de cinquenta centavos, enquanto a nossa custava dois reais. Muitos mandavam o serviço para fora do país onde a mão de obra era mais barata ainda. As costureiras daqui já não conseguiam mais trabalho, pois os coreanos, não queriam pagar o nosso preço. Nessa altura, já não havia mais nenhuma confecção de brasileiros, os coreanos compraram a rua toda e lá eles tinham as facções de tudo. Montaram um monopólio, ninguém entrava, varreram tudo, acabou o trabalho para a mão-de-obra brasileira. Todas as confecções da Estação da Luz passaram para as mãos dos coreanos. Eu fiquei sem trabalho e desisti de costura.”

De acordo com Pochmann (2001: 9-16), as medidas de recessão econômica, implementadas por Collor iniciaram-se em 1990, com a Política Industrial de Inserção Comercial (PICE), que visava a inserção competitiva no mercado mundial, incluindo a abertura comercial e redução nas taxas de importação. Isto, somado a implementação das novas formas de organização empresarial e das novas tecnologias, contribuiu expressivamente para a redução de postos de trabalho. O desemprego, nesses dois anos, saltou de 4,6% para 6,1%, conforme as taxas oficiais.

Neste contexto, não havia outra alternativa senão abrir outro negócio. Desta vez, com o que havia restado da venda da casa, o casal abriu um restaurante e uma peixaria,

imaginando que iriam conseguir permanecer no negócio e até ampliá-lo. Afinal, já haviam adquirido uma vasta experiência.

“Nisso eu identifiquei uma oportunidade nova, na cidade não havia peixe no mercado, então resolvemos abrir uma peixaria no centro da cidade, uma banca. Íamos a Bauru e comprávamos peixe congelado [...] Um belo sábado de semana santa chega na cidade um caminhão de peixe de Bauru para vender peixe a preço popular. Acabou com a gente ...] Resolvemos então, alugar uma sala no centro da cidade que era mais movimentado e levamos a rotisseria para lá. Ficamos lá, seis meses e não agüentamos a concorrência”.

Desta vez tiveram que enfrentar dois tipos de concorrentes. De um lado as empresas maiores que detêm o capital e os meios necessários para manter-se no mercado, do outro, um excedente de mão-de-obra gerado pela reestruturação produtiva que, assim como eles buscam na criação do negócio próprio uma alternativa de sobrevivência.

Segundo Dolabela (1999), na década de 1990 surgiram os empreendedores involuntários que para ele são:

“... representados principalmente por recém-formados e por trabalhadores demitidos de corporações e órgãos públicos em virtude de reestruturação, fechamento, privatizações, fusões, ou seja: pessoas que, não conseguindo colocação ou recolocação no mercado, se vêem forçadas a criar seu emprego como única alternativa de sobrevivência”.

As coisas não iam bem. Não havia perspectiva de um novo negócio naquela cidade. Além disso, ela estava cansada. Ainda assim, decidiu abrir um novo negócio. Desta vez, uma oficina mecânica para que seu filho e seu marido pudessem trabalhar. Novamente, a falta de condições para competir levou ao fechamento da empresa. O casal havia se descapitalizado, portanto, não possuía recursos financeiros para começar um novo negócio. Nesta altura, João se aposentou pelo INSS e passou a receber cerca de três salários mínimos, que foi fonte do sustento da família pelos anos que permaneceram na mesma cidade.

Depois de 30 anos de trabalho ao lado do marido, ela não pode se aposentar, visto que, legalmente não é considerada uma trabalhadora. Mas ela não reclama e até acha natural, pois havia conquistado algo que lhe deixa orgulhosa:

“... meu marido começou a trabalhar como operário com 14 anos e quando ele saiu do emprego eu não o deixei parar de recolher o INSS, por isso se aposentou logo”.

Este é mais um exemplo das diferenças impostas a mulher, no âmbito do trabalho. Ela trabalhou a vida toda ao lado do marido chegando a atingir uma carga horária de 13 horas por dia, entretanto, nenhum benefício trabalhista lhe é atribuído, pois sua condição social sempre foi de esposa, nunca de trabalhadora.

Depois de passar por tantas tentativas de manter um negócio próprio, ela não desiste e convence o marido a vender tudo e mudar-se para Florianópolis. Já instalada começa a procurar oportunidades para abrir outro negócio.

“...Alugamos uma casa velha, mas confortável, na beira da praia, um terreno muito grande que saía na praia. Lá tinha um barracão de pescadores e eu comecei a levar café para eles, para fazer amizade. Eles me contaram que aquele barracão já havia sido alugado para barzinho na temporada. Começou a me aguçar. Aluguei o barracão por cinco mil reais, só para os três meses de temporada. Eu fiz uma loucura, não tinha os cinco mil na mão, mas negocieei para pagar em Janeiro e Fevereiro”.

O negócio se manteve por dois anos com mão-de-obra familiar, até que os filhos resolveram trabalhar fora e João teve problemas de saúde tendo que passar por outra cirurgia. Como ela estava sozinha, tinha que cuidar do bar, da casa e do marido, tratou logo de vender o negócio, caso contrário iria acabar falindo. Durante os dois anos de negócio, ela relata: “Não adquirimos nada com o lucro do bar, somente sustentamos a família”.

Mesmo assim, resolve fixar residência na cidade e vende a casa de Itatinga. Com o dinheiro, constrói outra inferior a que possuía e com o restante entra de sócia com uma das filhas em uma nova empresa, um restaurante, instalado no terreno da sua casa.

“Ela tinha ficado com um carro na separação do marido. Vendeu o carro para montar o restaurante. Começamos do zero [...] Ficou bonito e estava indo bem, mas a rua não ajudou muito e tivemos que fechar. Nunca conseguimos resgatar o dinheiro dela. Todos com uma mão na frente e outra atrás. Enterramos defunto no lugar errado.”

No ano seguinte, outro negócio.

“Pegamos um ponto de uma lanchonete da pousada da esquina. Nosso contrato era para servir o café da manhã aos hóspedes, em troca do aluguel. Depois da temporada do café montamos no mesmo ponto uma pastelaria. Novamente toda a família trabalhando 12, 13 horas seguidas. Outro furo n’água. Saímos com uma mão na frente e outra atrás e com dívidas. Em 3 meses de temporada conseguimos perder o que investimos e saímos com dívida”.

Isto foi no ano de 2004. Desde então, ela jurou que nunca mais abriria um negócio. Nisso, recebe uma herança de sua mãe e com o dinheiro compra um apartamento e um carro. Cansada de ficar parada ela resolve realizar um sonho pessoal que era ser dona de uma loja de tecidos.

Dolabela (2003:26) sugere, através da “Teoria Empreendedora dos Sonhos” que as coisas tem que acontecer primeiro no plano das idéias para que possamos concretizá-las no plano material. O sonho é a premissa básica para a concretização de uma realidade. O autor divide o sonho em duas partes: O “Sonho Estruturante” entendido como “um atributo da natureza humana” que leva o indivíduo a auto-realização não importando a sua condição social ou o seu contexto histórico e o “Sonho Periférico” que são apenas os “desejos, fantasias, vontades, caprichos, aspirações de outra dimensão que compõem o mundo humano do para-real (não-ação)”, ou seja, residem no campo da psique, são apenas sonhos que não conduzem o indivíduo a auto-realização.

Impulsionada pelo sonho, Maria vendeu seu carro e aplicou todo o dinheiro no novo negócio que, segundo ela “até que não estava indo mal”. Na sua concepção o negócio ia bem, entretanto, não contabilizava lucro e ela percebeu que não iria conseguir concorrer com

os preços praticados pelas empresas maiores. Mais uma vez fecha o negócio sem ao menos conseguir recuperar o dinheiro do carro vendido.

O que mais nos chama a atenção nos seus relatos é que, aos 65 anos, ela coloca os acontecimentos como imprevistos da vida afirmando não se arrepender de nada do que fez e ainda se mostra disposta a assumir riscos insistindo na idéia de abrir outros negócios.

O momento em que ela relata o desejo de seguir em suas tentativas de empreender um negócio próprio revela que a necessidade e o desejo de independência são fatores preponderantes às suas tentativas. Ao mesmo tempo, não se identifica como alguém apta a concorrer a uma vaga de emprego quando diz "eu fui bem criada, mas era preguiçosa para estudar". Fato este, que ela mesma atribui como causa para nunca ter conseguido um emprego. Posto isto, ser dona do próprio negócio, mesmo que o dono de fato seja seu marido, lhe atribui um lugar no mundo do trabalho que a torna independente.

“...quando eu casei, quis ser dona do meu nariz e fazer tudo o que eles não deixavam, abrir negócios era uma maneira de eu mostrar para eles e para mim mesma que eu era capaz podia ser independente”.

Essa fala ajuda a compreender o lugar do trabalho na vida de Maria. Em sua narrativa alguns elementos se entrecruzam. O trabalho ocupa um lugar central na estratégia de sobrevivência, assim como, aparece como um fator importante para a sua realização pessoal. Apesar de seu cotidiano ter sido marcado pela condição feminina, o trabalho representa o caminho da independência, dos pais e do marido, assim como uma maneira de superar a situação da mulher, esposa e mãe, capaz apenas de gerir um lar. Parece que grande parte da satisfação sentida por Maria, se deve ao significado simbólico de superação e de pertencimento a uma classe, a classe dos trabalhadores.

O movimento incessante, o “não ficar parada” é freqüente em sua fala e aparece tanto nos relatos da sua vida no início do casamento quanto nos relatos do seu cotidiano atual. O que chama a atenção são as diferenças que ela estabelece entre passado e presente no

processo de construção da sua identidade. A fixação em conquistar a autonomia é freqüente na sua narrativa quando expressa de maneira firme frases como: “eu queria mostrar para eles que eu era auto-suficiente e que eu nunca ia precisar depender deles depois de casada, mesmo sendo mulher”.

Isso nos leva a crer que seu processo de construção identitária passou por duas fases. A primeira se originou pelo que Castells (2003:6) chama de “identidade de resistência”, ou seja, sua identidade se formou a partir da representação da mulher criada pelos movimentos feministas ou feminismo, que marcaram a década de 1960 nos Estados Unidos e foram difundidos para o mundo inteiro nas décadas subseqüentes. A “Identidade de resistência” se origina das formas de resistência coletiva a dominação e a opressão como, por exemplo, o feminismo que o autor define como “o compromisso de pôr fim a dominação masculina” que mesmo tendo se ramificado e dado origem a outras correntes a reivindicação pela igualdade de direitos entre mulheres e homens é comum a todas elas. “*Em todos os casos o que é negado é a identidade da mulher definida pelos homens e venerada na família patriarcal*”. Neste sentido, a redefinição da identidade da mulher, mesmo com todas as diversidades dos movimentos feministas, traz em seu âmago a oposição ao patriarcalismo.⁴⁸

Nota-se que para a entrevistada, o negócio próprio não era tanto um sonho de vida, tampouco uma oportunidade para empreender, mas sim, uma alternativa de inserção social e de geração de renda fora das relações salariais, não por opção ao empreendedorismo, mas por se sentir responsável por sua existência e pelo sustento da família. Além disso, ser dona do próprio negócio legitimava a sua conquista de liberdade e igualdade.

“Minha razão de vida é o trabalho, as relações que se estabelecem, conhecer pessoas, inovar, isso me renova, me abre horizontes, eu fico atendida, naquela época era isso que fazia com que eu me sentisse dentro entendes?”

⁴⁸ Castells, M. **O poder da Organização Feminina: O Movimento Feminista**. In: Castells, M. O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, 211-234.

No entanto, hoje, aos 65 anos, o fantasma da inutilidade parece lhe assombrar. Ela recorre a literatura de auto-ajuda e leituras voltadas a temática do empreendedorismo, como estímulo para continuar a caminhada.

“Eu, sempre leio a revista veja e Você, eu sou assinante. Leio os artigos falando dos empreendedores, agora quero comprar aquele livro “O segredo”. Eu sou empreendedora, sempre fui. Eu hoje, com 65 anos, ainda sou uma pessoa empreendedora. Estou aqui sentada, mas fico pensando, avaliando no que eu poderia trabalhar agora. Acho que malha é uma coisa que nunca vai acabar e eu abriria um negócio de malhas porque sempre há pessoas com a ilusão de comprar uma máquina e costurar para vender, ou seja tem sempre pessoas com a ilusão de ter seu próprio negócio. A ilusão das pessoas não acaba. E a minha ilusão é trabalhar em cima da ilusão delas. Às vezes penso em escrever um livro, sei lá. Eu acho que não parei ainda. Hoje eu sei que sou uma empreendedora e ainda acho que vou inventar algum negócio novo. “fico aqui analisando, procurando cabelo em ovo. Se minha mente parar ou eu parar de trabalhar vou ter Alzheimer”.

Ao que parece, mesmo não tendo atingido o sucesso esperado na maioria dos seus empreendimentos e de ter perdido parte do seu patrimônio, ela estabelece um compromisso com o trabalho e uma relação de pertencimento a um grupo de referência que se revela na fala: “Hoje eu sei que sou uma empreendedora e, ainda acho que vou inventar algum negócio novo”.

Isso demonstra que a segunda fase do processo de construção de sua identidade se transforma no que Castells (2003:6) denomina “identidade legitimadora”. Essa identidade é introduzida através das instituições dominantes que legitimam e reproduzem o ideal de identidade imposto pelas fontes de dominação estrutural num contexto de relações de poder, porém, “apenas assumem tal condições quando e se os atores sociais a interiorizam, construindo o seu significado com base nessa interiorização” Castells (2003:3). O discurso do empreendedorismo, expresso na fala de Maria é um exemplo dessa interiorização, uma vez que a conduz a naturalizar um pensamento e um comportamento ideal à reprodução do capital.

5.2 “Não se pode projetar nada, se vive a cada dia”.– Jorge

Jorge nasceu em São Paulo, tem 53 anos, é formado em Comunicação Social e especializado em Propaganda e Publicidade. Desenvolveu toda sua vida profissional trabalhando em meios de comunicação. Desde criança já sabia que carreira queria seguir. Seu primeiro emprego foi em uma agência de propaganda, enquanto cursava a universidade, onde permaneceu por 3 anos. Nesse período se casou e em seguida, enfrentou a situação de desemprego. Jorge tinha consciência de sua responsabilidade em prover o sustento da família, mas a impossibilidade em não poder cumprir seus compromissos lhe causara grande sofrimento, afetando diretamente a sua vida familiar. Sua narrativa ilustra seus sentimentos.

“Cai a tua auto-estima; você se sente mal; tudo vai mal dentro de casa. Foi um período curto, eu fiquei só 6 meses desempregado, foi na troca da Agência pelo Jornal, isso foi logo no começo da carreira, eu já tava casado, foi logo no começo do casamento e você com despesas com tudo, ficar logo 6 meses sem fazer nada dentro de casa só procurando emprego é uma coisa... eu me sentia culpado, fracassado, saia brigas e confusões [...]. Isso é uma marca que a pessoa carrega quando ela fica muito tempo desempregada é uma marca muito forte, ela não esquece, tanto que eu não esqueci. Não foi bom nem um pouco, tudo piora em casa. As relações familiares pioram, as relações com os amigos pioram, tudo piora. Todos os teus amigos te viram a cara porque acham que você não tem capacidade”.

No mesmo ano de 1982, ele conquistou uma vaga na Gazeta Mercantil S/A, um grande Jornal de São Paulo, onde permaneceu por 13 anos. Neste período, teve uma ascensão

profissional, chegando a exercer o cargo mais elevado, conforme a escala hierárquica da empresa. Toda a sua experiência profissional na carreira de Publicitário foi construída neste Jornal. De certa forma, sua vida seguia um curso e tudo parecia cumprir um tempo certo. Estudou, casou, teve filhos, adquiriu a casa própria, um emprego fixo, enfim, tinha uma carreira e uma vida familiar estável. Mas, em 1995 ele decidiu sair do Jornal e abrir seu próprio negócio.

“Nessa época havia um incentivo para quem queria abrir uma empresa, afinal o caminho anunciado era esse, ser seu próprio patrão”.

Na década de 1990, o governo de Fernando Collor de Melo, inicia uma seqüência de medidas de “ajuste neoliberal”⁴⁹ como estratégia de superação para a crise do Estado e do capital. Neste cenário, conforme Alves (apud Teixeira, 1998:133),

“ocorre uma verdadeira onda de *Programas de Qualidade Total*, ou ainda *Reengenharia*, e de *terceirização*, que tendem a precarizar e enxugar empregos, reduzir salários e incrementar a produtividade do trabalho (seja nas indústrias de ponta, ou nos serviços)”.

Em seu relato, ele afirma que a iniciativa da demissão foi sua, pois não estava mais satisfeito com o emprego.

“Fui eu quem pedi demissão. Isso foi em 1995. Não queriam me deixar sair de jeito nenhum, tive que brigar para sair, porque, obviamente, eu tinha um cargo de Direção dentro do Jornal e era um cargo estratégico na área comercial, era uma área muito sensível, não queriam me deixar sair. Mas eu saí. Para eu poder sair eu tive que atrelar o meu trabalho novo à empresa, porque senão eu não conseguiria sair”.

O argumento utilizado para justificar a sua insatisfação naquele emprego foi a pouca afinidade com os colegas de trabalho. Ele desejava ter liberdade para escolher com quem iria trabalhar. Mas, nota-se em sua narrativa que ele atribui o desejo de poder, como o principal motivo para abrir seu próprio negócio.

⁴⁹ Detalhes sobre o início dos ajustes neoliberal no Brasil constam na p. 37.

“...eu mandava mais que o superintendente porque ele vivia mais perdido do que cego em tiroteio. Ele não tinha voz ativa para nada, eu quem fazia tudo, eu quem determinava. Ele me perguntava tudo que tinha que fazer, o dono do jornal também. Era tudo direto comigo. Ele era uma figura meramente ilustrativa dentro do organograma da empresa. Quando você chega nesse patamar que você não tem mais por onde crescer, você fica meio perdido e fala: e agora o que eu faço daqui para frente? eu vou para onde? Para a presidência? [...] Eu pensei que se eu cheguei até aqui é porque eu tenho capacidade de tocar uma empresa minha sem ter os compromissos que eu tenho com essa empresa. Porque você ter que agüentar gente que você não gosta, ter que trabalhar com pessoas que você não tem muita afinidade, isso tudo com o cargo eu tinha! Ter que aturar? [...] Tinha que agüentar aquelas pessoas no meu cangote, enchendo a paciência e eu não queria isso, eu queria escolher, queria ter o privilégio de escolher. Então eu mudei, montei minha empresa, saí para ter essa liberdade e tive”.

De acordo com a teoria do comportamento empreendedor de Mc Clelland (1972:43), a necessidade de poder, de ser líder, a satisfação de ser agente do seu próprio progresso, o *status* pessoal, fazem parte do rol de motivações que levam uma pessoa ao empreendedorismo. Entretanto, o que se observa é que estas motivações não garantem o sucesso no empreendimento.

Jorge abriu uma empresa de *telemarketing* e passou a prestar serviços à sua antiga empresa, permanecendo durante 10 anos com atividades entre as cidades de São Paulo, Curitiba e Florianópolis⁵⁰. “No meu caso eu já abri a empresa atrelada ao Jornal, terceirizando um serviço do Jornal, já comecei com um respaldo...”.

Vale lembrar que quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo, em 1995, as políticas neoliberais se desenvolveram mais efetivamente e o movimento de terceirização se tornou mais efetivo. Esse movimento provocou mudanças no mundo do trabalho à medida que reduziu direitos trabalhistas e desmobilizou o movimento sindical. Como observa Queiroz (apud Teixeira, 1998:145)

⁵⁰ Em nenhum momento Jorge atrela o seu desligamento do Jornal nem a demissão involuntária, nem a um Plano de Demissão Voluntária. Sua empresa se constituiu como terceirizada do Jornal em que trabalhava, por sua própria iniciativa. Isto ocorreu na mesma ocasião em que Gazeta Mercantil, assim como outras empresas de comunicação, enfrentava dificuldades financeiras para conseguir acompanhar as mudanças tanto no aspecto tecnológico como no da economia global, passando por uma reestruturação, a fim de torná-la competitiva. Para maiores detalhes ver: LENE, Hérica. **A crise da Gazeta mercantil: tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro**. Dissertação defendida no Mestrado em Comunicação da Universidade Federal Fluminense em 2004.

“ao contrário do que diz a visão neoliberal, que exalta o renascimento dos pequenos negócios como oportunidade dos indivíduos liberarem a suas energias criadoras, a terceirização recria formas arcaicas de exploração da força de trabalho. Com ela o capital faz renascer, em plena era da automação, a mais-valia absoluta como uma das formas de se autovalorizar. A decantada modernização atual realiza-se, assim, recorrendo aos procedimentos mais insólitos, torpes e cruéis do início do capitalismo”.

Sua empresa permaneceu em atividade por 10 anos. Entretanto, durante esse tempo o sonho de ser patrão, de ter liberdade e poder para contratar e demitir quem ele bem quisesse se transformava, segundo ele, em um dos seus piores pesadelos.

“Eu trabalhava 12 horas por dia [...] eu não tinha final de semana, não tinha sábado, domingo, feriado, não tinha nada, tinha que me virar trabalhando direto, *full time* na minha empresa. Isso me estressava demais porque eu não tinha um lazer, o lazer que eu tinha era dentro do meu próprio trabalho. Se eu tivesse que fazer uma viagem para Foz do Iguaçu ou para o Rio de Janeiro eu aproveitava a noite, mesmo assim muito pouco, porque estava sempre com a cabeça ligada no que eu ia fazer no dia seguinte [...] Não podia deixar a minha empresa sozinha, tinha gente trabalhando, a empresa ficava largada, eu sozinho tocava tudo e isso era um *stress* danado. Quando eu saía a produção caía [...] Eu tinha muita dificuldade de contratar gente especializada; tinha muita dificuldade de criar um ambiente bom de trabalho [...] Em várias oportunidades eu contratei pessoas em quem eu achava que podia confiar e foi ao contrário, elas estavam a fim de me ferrar”.

Sua dedicação à empresa era exclusiva, mas a insegurança era uma constante que abalava sua saúde física e psíquica. As conseqüências foram desastrosas, pois o acúmulo de situações de tensão influenciou na vida familiar. As pressões sofridas eram muitas, principalmente porque ele não possuía capital suficiente para investir em tecnologias avançadas a ponto de tornar sua empresa estável e competitiva.

“Não existe segurança a menos que você tenha uma estrutura muito grande ou que você a faça crescer de uma maneira que ela não te incomode e para fazê-la ficar estável da maneira que eu queria, eu teria que investir muito dinheiro e eu não tinha muito dinheiro”.

Durante esses 10 anos ele não conseguiu acumular capital, apenas adquiriu o necessário para viver com certo conforto e juntar um pouco de dinheiro para uma eventual necessidade.

“Como patrão você não tem um salário fixo, ao mesmo tempo que se ganha 50 mil se ganha 10 mil ou, às vezes, não se ganha nada e ainda se tem que

pagar as dívidas. [...]Não se pode projetar nada, se vive a cada dia. [...] Do mesmo jeito que ganha vai embora. O dinheiro que eu tinha guardado, conseguido juntar numa época boa em 2, 3 meses de empresa ruim consumiu tudo que eu tinha. Vendi carro, vendi casa, vendi um monte de coisas que eu tinha para poder saldar a dívidas”.

Castel (2005), em seus estudos sobre o processo de individualização e descoletivização, alerta que nem todo mundo está preparado para enfrentar as exigências impostas ao modelo individualizado de gestão do trabalho, imposto em nome de uma reestruturação produtiva. No caso de Jorge, mesmo possuindo qualificação profissional e experiência na sua área de atuação, a falta de capital financeiro o impediu de manter-se no negócio.

Manifesta-se ressentido em relação a sua trajetória enquanto empreendedor, e faz comparações entre as vantagens que tinha no antigo emprego e as incertezas vivenciadas na sua própria empresa.

“... eu tinha no Jornal uma série de regalias que eu não tinha com a minha empresa. No Jornal eu podia ir a qualquer tipo de restaurante, podia viajar para onde eu quisesse, eu tinha liberdade de pegar um avião e ir para onde eu quisesse. Se eu tivesse estressado pegava um avião e ia para Natal e ficava lá 15 dias descansando. Quando eu estava estressado eu desligava de tudo e acabou. Eu fazia o que eu bem quisesse dentro do Jornal, se bem que a responsabilidade era tamanha que eu dificilmente tinha tempo para fazer isso, mas de vez em quando eu fazia. Então, obviamente que se eu for fazer uma análise de todo o trabalho que eu já fiz desde quando eu comecei a trabalhar até hoje, o meu melhor período foi no Jornal, como empregado[...] Me sentia mais seguro, com certeza, mesmo ganhando menos, se é que eu ganhava menos, mas com muito mais tranquilidade, apesar do *stress*. O Jornal me tomava o tempo todo, só que no fim de semana eu estava mais tranqüilo, não era aquele *stress* de trabalhar sábado, domingo e feriado... eu tinha os finais de semana, as vezes emendava aqueles feriados prolongados. Ai eu descansava mesmo, realmente desligava do mundo. Então no Jornal foi minha melhor época como profissional. Tanto que foi bom que eu cheguei no teto, eu não tinha mais para onde crescer, só se eu tirasse o dono e comprasse o Jornal”.

Uma das desvantagens apontadas por ele foi relativa à sua aposentadoria. Ele assume a responsabilidade por não ter feito um plano de previdência privada e hoje sofre com isso.

“A idade pesa. Eu percebi isso meio tarde, mas, isso estava garantido, eu tinha um bom emprego, tinha garantias e nem me preocupava. Se eu tivesse pensado antes, quando eu estava empregado eu teria feito um plano de previdência privada. Eu confesso que isso foi uma falha minha, eu não pensei e hoje sofro com isso. [...] Esse tempo que eu tive a empresa não conta para aposentadoria porque eu não paguei o INSS à parte, eu teria que ter pago como empresário individual, mas eu não paguei, eu não optei por isso. Eu estava cuidando da empresa e nem parei para pensar nisso. Parar eu parei, mas eu estava ganhando dinheiro, eu não estava preocupado com a aposentadoria. Aposentadoria eu vou pensar mais para frente. É sempre assim quando você vê já está tarde. Agora é meio tarde para pensar nisso, fazer um plano agora não tem como[...] ninguém está livre de uma doença, doença pega gente de qualquer modo, está todo mundo propenso a isso. Mas foi um erro meu, isso é uma coisa que eu não planejei, deveria ter planejado ...”.

Este é um exemplo do que sugere o *modelo biográfico* de Ulrich Beck, citado e comentado por Castel (2005:46), em que cada indivíduo deve ser empreendedor de si mesmo, assumindo ele próprio os imprevistos de seu percurso profissional. “Deste modo ele se encontra superexposto e fragilizado, porque não é mais amparado por sistemas de regulações coletivas”.

Foram tantos os percalços que, em 2005, chegou ao limite da sua resistência. Seu estado emocional estava abalado pelo o *stress* provocado pelas tensões do dia a dia, a ponto de lhe consumir a saúde. Foi aí que ele decidiu encerrar definitivamente as atividades da sua empresa de *telemarketing*, pondo um fim no seu projeto de carreira e no seu sonho de ser patrão. Optou por levar uma vida mais simples, com menos dinheiro, porém, com mais segurança, visando qualidade de vida. Lembrou-se que quando trabalhava no Jornal havia feito um curso de Arrais Mestre Capitão, o qual o habilitou a pilotar barcos. Naquela época, ele fez o curso porque gostava do mar e tinha planos de comprar uma lancha para o seu lazer. Só que a mudança em sua vida foi tão radical que a habilitação de Capitão acabou lhe sendo útil.

“... então eu pensei: por que eu estou sofrendo tanto com a empresa, com telemarketing, com isso com aquilo, me chateando...Resolvi que eu não tinha necessidade disso. Vou acabar morrendo de *stress*. Mudei radicalmente e hoje eu estou trabalhando como marinheiro, cuidando de uma embarcação de médio porte e estou do lado do mar que é o que eu gosto de fazer. Feliz da vida, não tenho todo esse *stress*. Obviamente que os salários, se você for

comparar, não tem nada a ver, mas eu prefiro ganhar menos e ter menos dor de cabeça. [...] troquei o *stress* pela qualidade de vida. [...] Vivo muito melhor. Ganho 10 vezes menos, mas, tenho férias, 13º salário, me sinto seguro”.

Diante do relato de Jorge observamos que ser dono do seu próprio negócio, apesar de ter lhe dado certo *status*, não lhe garantiu a estabilidade e a segurança que o emprego fixo lhe proporcionava. Ele volta à condição de empregado com o objetivo de resgatar, além dos direitos sociais, um sentido para sua vida que antes lhe era atribuído pelo emprego, pois conforme Castel (2005:82), “É em torno do emprego que continua a estar comprometida uma parte essencial da grande maioria da população”⁵¹.

⁵¹ Idem p. 111.

5.3 “Enquanto há vida não há beco sem saída” – Ana

Ana tem 47 anos, é separada, mãe de dois filhos. Atualmente é dona de uma empresa de consultoria terceirizada pelo SEBRAE que presta serviços de treinamento. Inicia sua narrativa relatando que desde criança seu sonho era ser bailarina e médica, mas que pela impossibilidade de se dedicar suficientemente aos estudos para ingressar no curso de medicina, decidiu-se por cursar Comunicação Social na PUC-RS. Enquanto era estudante, trabalhou como assessora do Secretário de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, no setor administrativo de uma escola e como estagiária na área de comunicação, em uma grande empresa. Ao narrar sua trajetória profissional, frequentemente apresenta em sua fala, elementos que destacam sua personalidade empreendedora, detectora de oportunidades e disposição para se arriscar.

“Eu sempre me jogava de cabeça no que estava fazendo. Depois casei e fui morar em Serro Largo, numa cidade agrícola que não tinha muita oportunidade de trabalho. Como eu casei e logo tive filhos fui convidada para ser presidente de uma entidade assistencial, onde realmente eu aprendi a lidar com equipe”. Eu e minha equipe tínhamos um objetivo e ficamos 3 anos trabalhando e transformando aquela entidade. Entramos com caixa negativo e a experiência me deu gosto de lidar com seres humanos, paralelo a administração. Ali criei uma consciência de que lidar com ser humano também precisa empreender. Foi ali que eu comecei a perceber que tinha campo para isso. Saindo dali eu montei produtos e fui vender na região. Discursos de treinamento. Discursos, treinamento de equipe, treinamento de atendimento ao público, em supermercados etc. Isso foi em 1997 e deu certo”.

A partir deste ponto da narrativa, a entrevistada dá um salto de quatro anos no tempo relatando os acontecimentos a partir do ano de 2001. Ela expressa certo entusiasmo ao falar sobre sua carreira fazendo questão de justificar sua credibilidade no ideário neoliberal.

“Em 2001, eu vim para Florianópolis, prestei o processo seletivo do Sebrae, passei e aí para ser parceira do Sebrae eu tinha que me associar a uma cooperativa ou ter a minha própria empresa. Aí eu tive medo de abrir a minha empresa e me associei a uma cooperativa. Depois de 4 anos eu resolvi sair da cooperativa e montei minha própria empresa e não me arrependo. Apesar de toda a burocracia e dos impostos não me arrependo. Essa empresa presta serviços para o Sebrae e eu tenho o maior orgulho de dizer que faço parte do Sebrae”.

Segue sua narrativa explicando sobre cada trabalho realizado para o Sebrae, de forma apaixonada, alegando ser gratificante formar empreendedores. São freqüentes as passagens na sua narrativa que se percebe a influência do neoliberalismo que prega a mudança na estrutura política e no modelo de Estado.

“Exemplo da criação de Brasília, quando foi criada uma câmara de deputados há não sei quantos anos atrás, aí veio a evolução das comunicações, internet, telefone, celular, temos tudo para desinchar e o que acontece, a estrutura está falida, não precisamos de tantos deputados para representar o país porque sabemos que o país está sendo comandado por MPs (medidas provisórias) está todo mundo vendo e não se faz nada. Deixa a liderança nas mãos do mercado e vamos ver como melhora. Empreender é reconhecer que essa estrutura não funciona mais e que temos que modificar. Empreender é isso, tem que funcionar, ser viável, se precisar enxugar se enxuga, se precisar aumentar se aumenta, isso é empreender. Fora isso, o clima é totalmente negativo, algo tem que ser feito para que todo mundo se sintam bem”.

Também se expressa em favor das mudanças contextuais no universo das relações de trabalho demonstrando, através da sua prática, que não é só uma adepta do modelo vigente, mas também é multiplicadora deste modelo nas suas ações voltadas à formação de empreendedores.

“Eu participei do Programa Jovens Empreendedores que foi um dos trabalhos mais lindos que eu já fiz [...] Nós trabalhamos com professores do Ensino Médio, foi uma experiência muito gratificante. Eu trabalhei com a parte motivacional e depois veio a parte empreendedora [...] Os valores humanos e as competências individuais de cada um devem ser exploradas no trabalho, desde o líder aos liderados. [...] Em um grupo, alguém vai sair ganhando mais e outros ganhando menos, mas ninguém perde. Eu acredito que todos possam ganhar de maneira harmônica, cada um com suas

capacidades, com seu potencial, mas isso quem tem que fazer é o líder. Por isso agora minha empresa está oferecendo esse curso de liderança, me encanta poder transformar as pessoas em líderes e não em chefes”.

Sennett (2001:132-137), diz que “líder é a palavra mais esperta do moderno léxico administrativo”. É a mais uma estratégia da nova ordem econômica visando o controle do trabalhador e o aumento da produção, o que não foge a lógica do capital. Desta vez o controle sai das mãos do chefe e passa diretamente para as mãos de cada trabalhador individual. Desaparece a autoridade, mas o poder permanece e cada vez mais fortalecido. “Surge a ficção de que trabalhadores e chefes não são antagonistas”. Na cultura flexível, todos os trabalhadores são treinados para o desempenho de várias funções com a justificativa de que todos devem desenvolver seus potenciais. Como o trabalho é em equipe, não há necessidade de especialistas com conhecimento aprofundado de um determinado assunto. Os trabalhadores da equipe desenvolvem “aptidões portáteis”. O líder tem poder, mas não exerce autoridade. Como diz o autor “... poder sem autoridade permite aos líderes de uma equipe dominar os empregados, negando legitimidade às suas necessidades”. Ou seja, nessa configuração cada trabalhador é responsável pelos seus atos e percalços.

A reprodução do discurso dominante nas palavras de Ana torna-se ainda mais evidente quando se refere ao emprego e a aposentadoria.

“Getúlio Vargas criou os direitos trabalhistas, fundo de garantia, mas eu te digo que é pesada a carga tributária do empreendedor, não é fácil, tem que ter muita coragem para ser um empresário, manter funcionários. [...] Hoje há muitos desempregados porque a carga financeira da empresa é muito grande. Eu preferia que as pessoas tivessem mais trabalho e não tivesse 13º, fundo de garantia etc. Tem muita coisa paternalista que entrava. Eu acho que os direitos trabalhistas são um entrave no desenvolvimento. Conheço muita gente desempregada que trocaria estes benefícios só para ter um trabalho. Eu sou autônoma, eu pago meu INSS e faço questão. Prefiro pagar”.

Essa sensação de *pseudo*-autonomia vivenciada por Ana é um dos propósitos da ideologia neoliberal. O fato de estar desligada do sistema hierárquico lhe causa a impressão de liberdade e a sensação de ser cidadã do mundo. Dá a ilusão de maior poder de decisão sobre

sua vida sem que ela tenha consciência de que estar desligada desta hierarquia também a desvincula do sistema de proteções proporcionadas pelo trabalho, deixando-a vulnerável aos riscos que poderão advir no decorrer de sua trajetória profissional. Quando ela alega que os custos do trabalho são um entrave ao emprego está tendo uma visão invertida da realidade⁵², ou seja, tomando os efeitos pelas causas. Admitindo que prefere se responsabilizar por sua existência, ou pagar pelos seus “benefícios” está atribuindo aos “direitos sociais” a causa pelo desemprego, ignorando que de fato este é consequência das relações de produção capitalista. (Chauí 1984, Oliveira 1998)

A narrativa de Ana demonstra uma forte influência do ideário neoliberal. A interiorização do discurso se reflete maneira tal que causa-nos a impressão de que ela não percebe suas contradições. Se, de um lado, o discurso neoliberal permeia sua fala e embasa a sua prática, por outro, nota-se algumas formas de reação ao mesmo.

“No ano passado diminuíram os trabalhos pelo Sebrae, porque os cursos abertos não estavam fechando com a quantidade exigida de alunos, temos um problema financeiro muito grande no país, se diz que está tudo bem, mas ao mesmo tempo, a realidade mostra outra coisa. A procura por cursos está diminuindo, fechar cursos com 30 alunos como era há um tempo atrás não existe mais. Hoje, tomara fechar com 16 ou 20 pessoas. Isso quando abrem cursos” [...] Um empresário me falou que acha muito bom os cursos, mas que ele está desgastado porque a despesa é muito grande, há uma violência estrutural muito grande. As pessoas estão muito negativas e eu tento motivá-las e mostrar coisas positivas, uma saída para que possam se manter”.

No decorrer da entrevista, ela aponta as vantagens e desvantagens de ser empreendedora e este é momento culminante dos seus conflitos e contradições. Nesse momento ela esclarece que ao se separar do marido precisou mudar-se de cidade, pois onde morava não havia campo de trabalho para que ela pudesse assumir suas despesas e ainda as despesas com os filhos. Ela precisava trabalhar, mas por outro lado, não queria ficar muito tempo longe dos filhos. Por isso, trabalhar por conta própria seria, naquele momento, a

⁵² Em relação ao termo “visão invertida” deve-se recorrer a explicação sobre o que entendemos como inversão na p. 12, nota de rodapé.

melhor opção. Assim, as razões que a levaram a empreender o próprio negócio, foram a necessidade financeira e a de conciliar a vida profissional com a maternidade.

“No meu caso, durante esses cinco anos que eu estou trabalhando no meu próprio negócio, meus filhos ficaram morando no Rio Grande do sul e eu me sinto um pouco culpada por ter me afastado deles. Quando me separei eles ficaram lá com o pai. O menino tinha 10 anos e eu, em cinco anos, ia uma vez por mês e ficava uma semana só sendo mãe. Então, em cinco anos fazendo isso, se eu tivesse um trabalho fixo eu não iria conseguir fazer isso. Para mim não havia opção, eu queria ser mãe”.

A idéia de segurança e equilíbrio transmitida ao defender sua prática do empreendedorismo, cai por terra à medida que ela fala de suas carências. As contradições emergem contestando a sua própria fala:

“Ser empreendedora tem suas vantagens, mas agora eu estou sentindo a necessidade de assessorar uma entidade X horas porque quero ter um fixo também. Ai vem aquela história: que saudades de ter um fixo! Na crise que estamos meu trabalho está parado. Ninguém mais tem condições, nossas palestras motivacionais não estão adiantando mais nada. A realidade está ai, nua e crua”. [...] Esse ano eu vou procurar um trabalho, assessorar X horas fixas, porque eu sinto a necessidade de me estabilizar e de ter certo que naquele mês eu vou ter um salário. Os meus colegas pensam da mesma maneira. Hoje eu aceitaria um emprego que me garantisse um salário [...] Quero ter fixo porque quero ter a oportunidade de pagar uma previdência privada paralelo, quero me aposentar”.

Em vista disso, ela parece viver um momento de desencantamento ao revelar que sente saudades do salário fixo, e da segurança de um emprego.

“Hoje já estou com outro projeto de vida que é voltar a estudar, fazer o mestrado, porque isso abre portas e também numa universidade você é muito bem remunerado e estarei formando pessoas. Porque eu não tenho só a teoria eu tenho a prática, é o meu diferencial. Tenho teoria e prática”.

Entretanto, em nenhum momento manifesta qualquer crítica que coloque em risco o seu *status quo*. Ao contrário, nota-se uma persistência a despeito das dificuldades encontradas. Ela parece conciliar todas as contradições, mantendo-se digna e assumindo a responsabilidade pela própria trajetória. Ao analisar a possibilidade de retornar a condição de empregada, reflete:

“Se me valorizarem em nível de competência, sim. Eu não trabalharia mais *full time*⁵³. Teria que me agendar. Temos que permear outros espaços, essa coisa de paternalismo não me permite viajar, fazer essa sinergia de troca de informações. Ai eu voltaria para a empresa com mais informações e poderia aplicar lá. Isso porque eu fui e voltei. Eu ficaria, mas com o compromisso de atender, de viajar, aprender. Eu fiz essa proposta para essa tal empresa com quem estou negociando. Eles não vão me assumir como funcionária, eu vou continuar com a minha empresa, só vou assessorar”.

É interessante destacar que em nenhum momento ela demonstrou perceber que estava se contradizendo. É evidente que esta forma de emprego que ela mesma sugere é uma estratégia, embora passiva, de se adequar às situações impostas pela organização do trabalho na sociedade atual. Essa estratégia fica evidenciada em algumas passagens da sua fala como, por exemplo, quando ela ressalta as características próprias da sua personalidade.

“...eu sempre me jogava de cabeça no que estava fazendo, sempre determinada. Prezo minha liberdade e gosto de criar [...] Eu sempre tive espírito de liderança...”.

Ana segue sua narrativa expressando suas decepções em relação à concorrência, e nos momentos de desânimo ela comenta que recorre aos conselhos das literaturas de auto-ajuda. “Eu já pensei em desistir porque o negativo é muito grande. Aí eu li uma coisa assim: enquanto há vida não há beco sem saída”.

Com relação a utilização da literatura de auto-ajuda, Turmina (2005), constatou em sua dissertação, que foi a partir da década de 1990, com a introdução das políticas neoliberais que esse tipo de literatura se destacou Brasil. É uma leitura que ressalta a importância do pensamento positivo, induzindo a crença do domínio do pensamento e que cada um pode programar mentalmente seus desejos. Uma estratégia neoliberal que faz repercutir intensamente a ênfase no valor e no poder do indivíduo, negando com isso as relações sociais, fazendo acreditar que o seu destino está em suas próprias mãos e que por força do pensamento positivo, ele mesmo é capaz de conduzir-se para uma vida de sucesso, bastando querer. É uma literatura voltada para a orientação do comportamento do indivíduo,

⁵³ O termo *full time* em inglês significa tempo integral.

principalmente, no âmbito das questões que parecem não ter soluções imediatas como, por exemplo, o desemprego, indicando receitas infalíveis que prevêm resultados garantidos. Os gurus da auto-ajuda focam suas atenções na necessidade do desenvolvimento do indivíduo empreendedor, com o objetivo de ocultar problemas estruturais como o desemprego e a desigualdade social.

5.4 “Eu Patrão e mais nada” – Paulo

Paulo tem 40 anos, é solteiro e mora com os pais. Concluiu o Ensino Fundamental e, atualmente, é dono de uma empresa de representações comerciais. Filho de ex-empresário começou a trabalhar aos 13 anos com o objetivo de comprar sua primeira bicicleta. Até completar 18 anos, trabalhou em seis empresas e exerceu diferentes ocupações. Trabalhou como: entregador de fonogramas, auxiliar de escritório, *office-boy*, balconista de farmácia, estagiário em uma empresa de equipamentos eletrônicos e como auxiliar de produção de um laboratório de tintas. Seu último emprego, com carteira assinada, foi em 1986. Então, decidiu abrir seu primeiro negócio.

“Daí para frente eu tirei minha carteira de motorista e abri uma empresa individual, fui ser representante comercial. Sempre gostei de lidar com o público, trabalhar com vendas, meu pai já era do ramo, o que facilitou minha entrada no mercado e de lá para cá venho trabalhando por conta própria. Eu patrão, e mais nada. Exceto pequenas janelas entre um serviço e outro, entre uma viagem e outra”⁵⁴.

Trabalhava em parceria com seu pai que também era dono de uma empresa de representações comerciais no ramo de confecções. Mas, as mudanças econômicas ocorridas no Governo Collor provocaram uma queda nas vendas e ele resolveu mudar de ramo, passando a representar materiais elétricos.

⁵⁴ O que Paulo chama de *pequenas janelas* diz respeito aos empregos que ele recorre quando a sua empresa não fatura o suficiente para o seu sustento. Estes empregos são temporários e sem contrato de trabalho.

“Eu sai da confecção em 92 e foi bem nesse período quando o único tiro certo no olho do tigre que Collor queria dar acabou saindo pela culatra. Ai eu engrenei no material elétrico”.

Em 1995, ele trabalhou com materiais elétricos fechando sua empresa neste mesmo ano. “Foi bom enquanto durou. Fechei por opção, estava cansado e com vontade de mudar”.

Respeitando a sua vontade, realizou uma mudança radical. Como ele já tinha um sonho de morar na praia decidiu mudar-se para Garopaba⁵⁵, onde residiam seus pais, e lá abriu um restaurante, onde toda a família trabalhava em regime de colaboração. O restaurante não chegou a completar dois anos, mas, segundo ele, ia bem até que sua mãe adoeceu.

“Minha mãe teve um tumor no cérebro, não tínhamos plano de saúde e ai se foi o restaurante para pagar a cirurgia”.

Esse tipo de constrangimento surge porque o trabalhador autônomo, ou o empreendedor, é obrigado a encarregar-se de si mesmo. Ainda que disponha de uma inscrição no Sistema Único de Saúde (SUS) isso não lhe dá total garantia, tanto no que diz respeito a realização de uma cirurgia mais complexa, em tempo hábil, quanto em assegurar seu sustento no período pós-operatório. Castel (2005) chama isso de “a face sombria do Estado de direito” quando comenta sobre a implantação dos princípios liberais desde o século XVIII que deixa ao “Deus dará” os que não dispõem dos meios de assegurar sua existência pela propriedade.

Com isso Paulo teve que voltar para a sua cidade, em 1997 e, reativar sua empresa de representações comerciais, passando a representar gêneros alimentícios. A empresa por si só não lhe rendia o suficiente para viver e ele resolve abrir uma loja de móveis usados que se manteve por mais dois anos.

“Em 99 eu vivia com uma mulher e resolvi abrir um *Brik*, loja de móveis usados, que ia muito bem, mas eu fechei quando me separei, porque esse

⁵⁵ Garopaba é um município localizado no litoral Sul de Santa Catarina. Suas praias são muito procuradas por surfistas e turistas do mundo inteiro.

brik era no mesmo endereço da minha ex-mulher e trabalhar e enxergá-la todo dia era uma coisa meio complicada, então, resolvi desativar o *brik* e empreender em outro ramo”.

O entrevistado se mostra pouco preocupado em constituir família. Os vínculos afetivos em sua vida aparentam ser transitórios e, em alguns momentos, sua vida pessoal parece estar imbricada a sua trajetória profissional, visto que, a mobilidade permeia todos os parâmetros da sua vida.

Conforme Sennett (2001), no novo mundo do trabalho há uma ‘corrosão do caráter’, ou seja, a construção identitária que se construiu em torno do trabalho durante quase dois séculos vem se esvaziando. Em seu lugar surge uma ‘ética’ descompromissada com o outro e com o lugar social, uma espécie de desapego a tudo e a todos. Percebe-se que tanto na trajetória de Paulo como na de todos os outros entrevistados, esse comportamento é uma constante.

Paulo segue sua vida, desta vez com uma empresa de transportes que ele constitui junto com seu pai.

“Comprei uma Van e abri uma empresa de transporte com meu pai. Nisso nós tínhamos um contrato com uma indústria de Gravataí, fazia transporte dos funcionários, dos visitantes e da diretoria, traslado até o aeroporto, viagens ao interior levando clientes ou levando diretores da empresa e transporte dos funcionários...”

Seu contrato com esta empresa era exclusivo, mas aconteceu o inesperado. A empresa entrou em concordata e cortaram todos os serviços terceirizados deixando-o com um prejuízo bastante grande. Com isso ele teve que buscar outras alternativas para movimentar sua empresa passando a realizar transporte universitário. Contudo, isso não mantinha a sua empresa, então, para aumentar a renda ele passou a transportar funcionários de uma outra grande empresa, nos horários intermediários ao transporte universitário, duplicando a sua jornada de trabalho.

“Então eram 2 faculdades e a General Motors, em todos os turnos. Eram 2 turnos de trabalho. Isso foi até 2005”. Segundo sua opinião, a empresa ia bem, mas ele quis mudar de cidade outra vez.

“Essa empresa de transportes lá estava legal. Eu não estava nadando em dinheiro, mas a Van que eu tinha custava em torno de 60 mil reais. Eu estava adquirindo um patrimônio, eram 2 mil de prestação mais a manutenção e despesas, quer dizer que estava girando bem eu estava num ponto interessante, se eu tivesse continuado provavelmente eu ia poder, em mais um ano ou dois, substituí-la por uma mais nova e continuar pagando os 2 mil por mês.[...] Estava bom, o negócio era lucrativo e tudo, mas estava se tornando muito cansativo. Em relação custo/benefício começou a ficar complicado.[...] Comecei a me sentir infeliz com o que eu estava fazendo, parou de me dar aquela satisfação. Então eu resolvi mudar de ares, é uma necessidade minha mesmo”.

A mudança tem uma conotação positiva em sua fala, como se isso fizesse parte do seu Eu. O trabalho apresenta-se como fator preponderante para a sua realização pessoal. Demonstra isso, quando utiliza o argumento da infelicidade para justificar-se, como se priorizasse a felicidade acima de qualquer coisa. A necessidade de mudança toma lugar de atributo inato e não um fenômeno externo e alheio a sua vontade. Ele demonstra facilidade em se adaptar a novas situações, uma vez que seus negócios percorrem distintas áreas. A capacidade de adaptação é uma constante do discurso do empreendedorismo que exige que o trabalhador esteja apto a aceitar e desejar as mudanças, tanto no aspecto profissional quanto nos aspectos da sua vida pessoal. (Dolabela, 2003).

Mais uma vez ele muda de cidade e abre outra empresa de representações comerciais, passando a atender o segmento de hotéis e restaurantes, comercializando frios e enlatados. “Agora eu estou num mercado muito sazonal. E assim, eu tenho que me adequar a ele [...] chego a trabalhar 14 horas por dia, no verão.” Segue sua narrativa relatando as estratégias utilizadas para se “adequar” ao trabalho na sua nova empresa. Esse novo mercado

que ele chama de “sazonal⁵⁶”, impõe um estilo de vida diferenciado do que ele havia tido, até então. Para sobreviver no seu novo empreendimento ele chega a dobrar a jornada de trabalho nos períodos em que ele chama de “safra de trabalho”⁵⁷, sem horário fixo, isto porque,

“tem aquele comerciante que abre as 6 da manhã, que são as panificadoras e tal, e se eu não tiver lá o meu concorrente vai estar, e tem aquele que abre sua danceteria a meia noite e eu tenho que estar lá também para atendê-lo.”

Ele relata que no inverno as vendas da sua empresa diminuem, obrigando-o a criar novas estratégias para manter-se no mercado. Um delas tem sido a de aumentar geograficamente seu campo de trabalho.

“Até então eu trabalhava só no extremo norte da ilha, nesse trecho entre Jurerê, Praia Brava, Ingleses, Rio Vermelho e agora eu estou atacando até na Trindade, bairro universitário, mais populoso, para poder compensar essa falta de consumo na baixa temporada”.

Entretanto, isso não é suficiente e ele precisa recorrer a um emprego.

“Agora estou trabalhando de empregado aqui na pousada, mas aqui minha situação é informal. Isso é para suprir a carência da questão da sazonalidade. É um “bico,” com certeza. Isso sem contar que me dá uma qualidade de moradia bastante boa, é uma troca justa. Tenho uma ajuda de custo razoavelzinha e me supre com louvor a necessidade de moradia. Une o útil ao agradável, é um complemento”.

Paulo faz questão de chamar o emprego de “bico” revelando que este lhe serve como uma alternativa momentânea, como uma migração clandestina ao setor formal de trabalho. Quando Paulo migra para o emprego, não o faz formalmente, não tem contrato de trabalho, nem direito às proteções sociais. Sua empresa permanece inscrita na Junta Comercial do Estado, isto significa que, mesmo estando sem condição de sobrevivência, como empresário, ele não aparece nas estatísticas oficiais, nem como trabalhador empregado, nem como desempregado, por isso utilizamos a expressão migração clandestina.

⁵⁶ Em Aurélio. Dicionário da Língua Portuguesa o termo sazonal significa: próprio a uma sação ou estação. Aqui, mercado sazonal, diz respeito ao mercado de mercadorias e serviços em que o movimento gira conforme uma estação do ano. Neste caso específico corresponde aos meses de verão, entre Dezembro e Março.

⁵⁷ Estes períodos correspondem temporada de verão, entre Dezembro e Março. Como Paulo reside em uma cidade turística este é o período que ele mais trabalha.

Nos relatos de Paulo, a dialética da negação e afirmação é representada pelas contradições vivenciadas na sua realidade. Por um lado, ele despreza a condição de empregado e superestima a liberdade que o trabalho por conta própria representa. Esse sentimento de liberdade se dá pelo fato de ele não ter que se sujeitar a uma relação de subordinação característica da relação patrão-empregado, de um projeto ideológico coletivo, ou seja, é a sua negação como trabalhador assalariado do “modelo de corvéia”⁵⁸. A busca da individualidade, da independência e de projetar-se enquanto homem livre é o que caracteriza a sua afirmação enquanto indivíduo dono de si e empreendedor. Entretanto, em relação ao que fundamenta esse individualismo de hoje Castel (2005:603) diz que é

“um individualismo por falta de referências, e não um por excesso de investimento subjetivo. Não tem muito a ver com um movimento de afirmação de si – não é necessariamente o valor do indivíduo que é prioritariamente o motor num processo de individuação, talvez seja, de fato, a desagregação do enquadramento coletivo.”

Por outro lado, o que ele compreende como liberdade, se traduz em uma maior submissão ao trabalho, uma vez que, sendo ele a empresa, lhe é exigido assumir todas as responsabilidades e obrigações tanto de patrão como de empregado, já que o último não existe. Ser empreendedor lhe impõe a responsabilização pelos azares sujeitos no percurso e, sendo assim, os momentos de insegurança e incerteza são constantes na sua trajetória fazendo com que ele recorra ao emprego como forma de assegurar sua existência.

A partir desta contradição, constata-se que o trabalho não perdeu sua centralidade nem sua importância. “Perdeu, sim, muito de sua consciência, donde ele tirava o essencial do seu poder protetor.” Ainda assim, percebe-se que todas as vezes que o trabalhador, mesmo que fora do mercado formal, se vê diante de uma situação de risco e se sente fragilizado, é no

⁵⁸ Utilizamos essa comparação com base em Castel, (2003:197-209) A corvéia é uma forma de troca obrigada através da qual o arrendatário se desincumbe de sua tarefa e se coloca a disposição um número de dias para trabalhar para o seu servo (proprietário da terra) para pagar pelo arrendamento da terra; da prestação obrigatória em trabalho passa à prestação em dinheiro (renda) que pressupõe a liberdade do arrendatário. Quando o arrendatário não paga em dinheiro é obrigado a pagar em trabalho. A partir desse modelo de corvéia o autor sugere que “o estado de assalariado não nasceu da liberdade ou do modelo de contrato, mas da tutela”.

emprego que ele busca amparo para reencontrar seu rumo. Isto porque mesmo que as proteções ligadas ao trabalho estejam fragilizadas e ameaçadas, elas ainda cercam a sociedade e a relação trabalho-proteção ainda é determinante. “É em torno do emprego que continua a estar comprometida uma parte essencial do destino social da grande maioria da população”⁵⁹. (Castel 2005:82).

Os motivos do seu repúdio em relação ao emprego, fica evidenciado em sua fala, no momento em que ele relata as fases de sua vida em que vivenciou a situação de desemprego.

“Já passei pela situação de desempregado, mas graças a Deus todas as vezes que aconteceu durou pouco tempo, até pelo fato de eu ser autônomo, basta eu tomar a iniciativa de conseguir alguma coisa, mas, por conta própria, porque emprego formal mesmo eu já desisti. [...] Mas teve os períodos negros, sempre pinta na vida da gente e é complicado. Por isso não quero um emprego. O sentimento é de inutilidade, parece que nada que você faz dá certo, é complicado. Teu amor próprio vai junto, entra numa depressão sem sentir, quando você está querendo dormir até meio dia e não tem vontade de sair da cama à tarde. Literalmente depressão mesmo. É uma vergonha. Até dar um clique, ai tu sai da cama na corrida, toma um banho e vai para rua. Quer saber, a iniciativa tem que ser minha, só depende de mim”.

Com base nos seus relatos, percebe-se que os sentimentos vivenciados pelas tentativas frustradas de reingresso no mercado de trabalho o deixa vulnerável, a ponto de levá-lo a crer que o fato de não conseguir se inserir no mercado de trabalho se deve a sua falta de preparo ou qualificação e cabe a ele a responsabilidade de encontrar alternativas para resolver o problema do seu desemprego.

“Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo.” (Sennett 2006:13)

De acordo com Sennett (2006), o fato de as pessoas não terem uma trajetória de vida e de trabalho contínuas, ao contrário do que representam, em geral, são infelizes. A ausência de segurança e de continuidade e a responsabilização do indivíduo de construir sua

⁵⁹ Constatamos a mesma situação nas narrativas de Maria, Jorge e Ana.

própria trajetória, na prática, revelam-se frustrantes e este, por mais que se esforce, percebe que o ideal proposto nem sempre é alcançado e se culpa, e se transtorna, tanto física, como mentalmente.

“Comecei o curso técnico de química, mas não terminei. Eu não tenho uma profissão. Eu tenho uma habilidade que é vender, só sei vender. Então, por isso eu prefiro continuar por conta própria sem a menor sombra de dúvida”.

Por outro lado, seus sentimentos parecem contraditórios. A sua fala indica dúvida sobre a confiabilidade que ele mesmo atribui ao seu discurso no momento em que revela que:

“Ser empreendedor, ser patrão de mim mesmo é difícil. Muito complicado. Férias eu não me lembro. Férias, assim... sair de férias, viajar, curtir eu não me lembro quando foram as últimas, faz tanto tempo. Desde os anos 90, com toda certeza [...] às vezes eu penso que gostaria de voltar a ter um patrão, cumprir meu horário, receber o meu no fim do mês e acabou, não ter que se envolver depois daquele horário [...] mas ao mesmo tempo, todas as vezes que eu experimentei isso (emprego) sempre senti aquela coisa de me sentir preso, tolhido, de não poder decidir meu destino. Eu não consigo me adaptar a um cubículo, uma sala apertada, uma carga horária pré-definida, para mim é complicado [...] Entre um emprego fixo e a minha empresa, se a remuneração fosse semelhante ou se equivalessem eu não me empregaria, Agora se a proposta for muito melhor, ai a gente vai analisar”.

Esta ambigüidade vivenciada por Paulo parece estar articulada à ausência de uma profissão, ou seja, a falta de uma qualificação efetiva que dá ao trabalhador o sentimento de pertencimento a um grupo de referência. Ao mesmo tempo em que se mostra disposto a possibilidade de um emprego ele descarta, tentando convencer que seu estilo é o estilo do futuro dizendo:

“... minha estrela é essa, é trabalhar por conta própria. Eu não consigo me adaptar a um cubículo, uma sala apertada, uma carga horária pré-definida, para mim é complicado. Minha natureza é essa, eu sou meio cigano. Eu preciso passar por alguma mudança de tempos em tempos. Normalmente isso acontece a cada 4 ou 5 anos, me dá uma vontade de mudar, fazer uma coisa diferente e vai dando essa agonia, então...” [...] Não faço planos para o futuro, prefiro viver o hoje e deixar a vida me levar. Mas eu penso em adquirir alguma coisa e transformar essa alguma coisa na minha aposentadoria. Imóveis para locação, alguma coisa nesse sentido. Eu sei que se eu ficar dependendo do SUS não vou me aposentar. Eu não acredito num plano de previdência privada. Só penso numa aposentadoria no sentido, de adquirir alguma coisa e fazer essa coisa render por minha conta mesmo”.

A forma como expressa o seu jeito de ser, o seu desapego, enfatizando a sua necessidade de migrar de um lugar a outro, revela uma “personalidade que mais se assemelha à do consumidor sempre ávido de novidades” (Sennett 2006:14). Um indivíduo independente, auto-suficiente, capaz de responsabilizar-se por sua própria existência e, acima de tudo, alguém que perdeu a confiança nos sistemas de proteção ao trabalhador. Nesta perspectiva, os argumentos dele sobre as expectativas de futuro, revelam aspectos inerentes a uma identidade fundamentada nas representações do indivíduo, sugeridas pelo discurso neoliberal.

5.5 Empreender não é para qualquer um – Marcos

Marcos tem 24 anos e nasceu em Blumenau – SC. Filho de um empresário bem sucedido, veio para a capital com o propósito de estudar. Formou-se em Administração de Empresas na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, há 2 anos. Enquanto estudante, estagiou em duas grandes empresas exercendo funções compatíveis a sua área de formação. Seu primeiro e único emprego, foi em uma empresa de promoção de eventos. Atualmente ele se prepara para abrir seu primeiro negócio.

Em seus relatos ele afirma que era um jovem tímido, se comunicava pouco, considerava sua voz péssima e sua dicção ruim, a ponto de não conseguir nem mesmo pedir uma pizza por telefone. Quando entrou na universidade, desejava alcançar a direção de uma grande empresa no prazo de cinco anos, depois de formado. Durante o curso de Administração, participou do projeto Empresa Júnior⁶⁰, desenvolvido na universidade e trabalhou como voluntário no Diretório Acadêmico. Nesses dois projetos, teve a oportunidade de vivenciar situações reais do cotidiano administrativo e comercial de uma empresa.

“Em 2004 eu assumi um cargo de vice-diretor do Diretório Acadêmico da universidade e foi quando nós implantamos uma gestão, como se fosse uma empresa. Com cronograma, com orçamento etc. Eu comecei vivenciar uma

⁶⁰ A ideologia do "movimento empresa júnior" surgiu na França há cerca de três décadas. Foi trazida para o Brasil em 1989 através da Fundação Getúlio Vargas, que formou a primeira empresa júnior deste país. A ESAG Jr. foi oficialmente fundada em Novembro de 1993 e se constitui em uma empresa sem fins lucrativos. O objetivo principal daqueles que trabalham junto a ESAG Jr. é o desenvolvimento pessoal-profissional. Isto é atingido através da possibilidade de confrontar a teoria com a prática, obter maior aproximação com o mercado, aprimoramento da realização de trabalho em equipe e uma série de outros fatores que irão se tornar o grande diferencial competitivo entre esses alunos e os vários outros administradores à disposição no mercado. Dados compilados de um conjunto de informações disponível em www.udesc.br/esag/esagjr/

empresa dentro da universidade. Não tinha salário, obviamente, as regras e as pessoas não eram tão duras como são no mercado de trabalho, mas tentávamos tratar aquilo da forma mais profissional possível. [...] O que eu quero dizer é que eu aproveitei o espaço da universidade para empreender. Claro que não se corre os riscos que existem no mercado, nem essa pressão que tem, mas as habilidades você começa a desenvolver dentro da universidade”.

Para ele a participação nestes projetos foi fundamental para que encontrasse o seu perfil empreendedor.

“A universidade me deu a oportunidade de buscar esse perfil de empreendedor, temos vários professores empreendedores, o que motiva bastante. E depois com esses projetos de extensão, Empresa Junior, Diretório ou qualquer um deles, se você realmente investir seu tempo nisso dá bons resultados [...] Talvez eu já tivesse uma vontade de empreender, como o meu pai, e talvez essa vontade tenha sido despertada aqui na universidade. Então, se essa pessoa já traz essa vontade que é despertada na universidade, acho que é possível”.

Em sua opinião, o que facilitou o desenvolvimento do seu “perfil empreendedor” foram as condições econômicas proporcionadas pela família. Essa facilidade proporcionou a escolha de estágios que melhor se adequavam a sua área de formação, independente da remuneração.

“Minha família me sustentava e o dinheiro que eu ganhava era para investir nas minhas coisas, mas alimentação e estadia eram pagas pela minha família”.

Diante da sua narrativa, a educação parece exercer um importante papel na legitimação do pensamento hegemônico, à medida que forma um profissional com espírito empreendedor e apto a atender às exigências do sistema produtivo.

“Eu nunca fui treinado para trabalhar 4 horas, depois ir para o almoço, depois voltar e esperar dar 6 horas para ir embora. [...] . Quando eu trabalhei com eventos no Diretório eu começava às 8 da manhã, e em época de eventos eu já fiquei trabalhando 48 horas seguidas, dormindo 1 hora por noite apenas. [...] aqui na universidade, no ano que me formei, fui Coordenador do Encontro Nacional de Estudantes de Administração. [...] Reuniu em torno de 3.000 jovens e eu fui Coordenador Geral. Fiz uma equipe de mais de 15 pessoas. Trabalharam um ano comigo, nós levantamos quase meio milhão e foi um projeto que nós fomos buscar em Porto Seguro. Ficamos um ano trabalhando nele, era quase um negócio mesmo. No final levantamos meio milhão, deu 50 mil reais de lucro para o Diretório, não

ganhamos absolutamente nada, foi um trabalho totalmente voluntário, mas deu aquela vontade de conseguir... Eu tive sucesso. Consegui alcançar o sucesso”.

Marcos não se vê como trabalhador precarizado ou explorado, ao contrário, ele compreende todo o trabalho que exerceu enquanto estudante como uma oportunidade. Sendo assim não se dá conta da auto-exploração a que se submete, relatando os benefícios que a vida de estudante lhe proporcionava.

“Nunca tirei férias. Quando eu era estudante tirava 2 meses de férias na praia, agora faz 2 anos que eu não consigo tirar férias de mais de uma semana e fazem 3 anos que eu não tiro férias de 30 dias. Eu trabalho todos os dias e, às vezes, sábado e domingo”. [...] eu consegui me programar para dormir o suficiente para não continuar cansado, mas não dormir 8 horas. Durmo 6 horas por dia, trabalho entre 12 e 14 horas”

Outro fato interessante observado na trajetória de Marcos, diz respeito ao que Castel (1998) e Sennett (2001) chamam de cultura flexível, imposta pela modernidade, na qual o indivíduo vive o hoje, ignora o passado e não tem perspectiva de um futuro a longo prazo, não estabelecendo vínculos afetivos duradouros.

“Aposentadoria? não pensei nisso. Não tenho nada previsto. Não pensei em previdência. Quero, nesses 10 anos, ter várias empresas e depois eu corro atrás de previdência. Agora não estou nem um pouco preocupado com isso. [...] Para realmente empreender você tem que ter essa disponibilidade. Às vezes deixar a família, a namorada ou, a esposa para poder se dedicar ao seu negócio para depois usufruir dos frutos que ele vai te dar [...] Eu, por enquanto, tenho um sócio, ele se formou comigo, estamos juntos nesse trabalho, ele divide igualmente comigo essa motivação.[...] Aproveito bem o meu tempo, não fico ocioso, faço muitas coisas em pouco tempo, sei dividir. Planejo em minha mente todo o meu dia e sei o que tenho que fazer”.⁶¹

⁶¹ Este comportamento é característico dos entrevistados da geração predominante que interiorizam os conteúdos do ideário neoliberal disseminados pelos diversos meios de comunicação e de educação que cultuam a cultura flexível. Castel (1998) e Sennett (2001) apontam a dimensão do tempo como o principal elemento presente nas relações flexíveis onde tudo é a curto prazo, sem compromisso mútuo e sem sacrifícios e isso torna as relações pessoais aleatórias. A cultura da flexibilidade imposta pelo modelo de produção não favorece a organização do tempo na vida das pessoas. A tradicional integração dos indivíduos nos diferentes papéis exercidos durante os ciclos da vida, ou seja, crescer, estudar, casar, trabalhar e aposentar, foram atropelados pelas transformações culturais. Apud p. 18 e 19.

A determinação é a peça fundamental no que parece ser um jogo em que o empreendedor põe a prova todas as suas competências. Um jogo onde não há lugar para fracassados, só se admite vencedores seja em que circunstâncias forem.

“Mesmo eu indo para lá arriscando ganhar ou perder eu não mudaria meu pensamento. Não passa pela minha cabeça, por exemplo, a possibilidade de não dar certo e eu voltar para a empresa do meu pai. Pode demorar a dar certo, posso quebrar umas 3 empresas, mas vai dar certo. [...] Muito trabalho, muita vontade e pensamento positivo sempre. Não desanimo nunca”.

O planejamento que antes era para uma vida, na cultura flexível é para um dia. O futuro tornou-se presente. A especialização e a experiência acumulada que era sinônimo de competência, hoje é um entrave. O que vale é a polivalência, o conhecimento generalizado, mas não aprofundado. Quem perde tempo se especializando em uma só área corre o risco de não obter sucesso no mundo empreendedor.

“...eu desenvolvi a habilidade de comunicação que me dá capacidade de negociação, eu consigo negociar palito de fósforo [...] eu consigo negociar com qualquer fornecedor mesmo não entendendo tecnicamente do que está sendo negociado, mas a capacidade de negociação eu tenho.[...] O restaurante é porque identificamos a oportunidade como mais rentável, antes a idéia era uma vídeo locadora. Não entendo do ramo, não sei cozinhar, mas fiz uma pesquisa lá e vou montar uma equipe de trabalho, contar com bons chefes e empregados capazes. [...] Decidimos que não vamos abrir restaurantes em várias cidades, vamos abrir vídeo locadora, imobiliária etc”.

Marcos está decidido e seguro. Sua expectativa para o futuro, o que ele chama de *meta* é de “ficar rico em 10 anos” independentemente do tipo de negócio que vai empreendeder. Para ele, isso é o que menos importa a um empreendedor. Marcos não vislumbra um concurso público ou um emprego que possa lhe dar possibilidade de carreira e sua narrativa sobre o desemprego parece desconectada da realidade, como se o desemprego não fizesse parte do contexto em que vive.

“fui convidado para trabalhar numa empresa de eventos daqui de Florianópolis que se chama Aliance Eventos. Foi ai que eu já comecei a me sustentar. Fiquei um ano na empresa e já comecei a ganhar o suficiente ara me sustentar [...] Na verdade eu nunca fui um desempregado. “Eu tive uma fase de transição entre uma atividade e outra que me proporcionou um tempo para avaliar as oportunidades. [...] Finalmente agora vou ficar

desempregado, mas para realizar um sonho. Eu estarei finalizando semana que vem, largando o meu emprego para ir para minha própria empresa”.

Percebe-se que a concepção de realidade de Marcos está fundamentada na visão idealista proposta pelo neoliberalismo. Ele não questiona os fatos, apenas os aceita como contingências e, ainda, vai além ao defender que o desemprego é uma oportunidade de buscar novos caminhos. Como observa Turmina (2003) em sua análise sobre a pedagogia da auto-ajuda:

“Em tempos de flexibilidade, o que era considerado aspecto negativo passou a ser visto como positivo. discursos. Aspectos negativos convertem-se em positivos, riscos em oportunidades e desafios em estímulo para o desenvolvimento. A ênfase nesses aspectos tem por objetivo preparar o trabalhador para lidar com a mudança, a aceitá-la com naturalidade, assim como perder o emprego precisa ser considerado natural ou, como frisa um dos gurus em uma de suas palestras, “a empresa está lhe dando a oportunidade de conseguir um emprego melhor. Essa é a sua chance”.

O que fica evidente na narrativa de Marcos é que a ideologia do neoliberalismo está cada vez mais infiltrada em espaços institucionais importantes, antes considerados como de resistência, e conseguindo, através dos seus adeptos, alcançar seu objetivo de moldar o comportamento dos indivíduos de acordo com as demandas do capital na sua nova versão.

5.6 “Eu sou um empreendedor” - Marcelo

Marcelo tem 25 anos, é natural de Belo Horizonte. Atualmente, reside em Florianópolis e cursa a quinta fase do curso de Turismo e Hotelaria, numa faculdade da rede privada de ensino, desta capital. Todos na sua família, incluindo ele, são empresários e sócios em uma grande pousada, situada em Minas Gerais. Ele começou sua vida profissional junto com a família, aos 19 anos.

“A família se reuniu e decidiu empreender num negócio familiar, uma pousada que começou com 8 apartamentos e hoje é um sucesso. Deu certo e ainda está funcionando, aos trancos e barrancos, com brigas familiares, essa coisa toda, mas deu certo”.

Como o negócio se estabilizou, Marcelo resolveu mudar-se para Florianópolis para continuar os estudos e procurar novas oportunidades. Nunca teve um emprego formal, mas trabalhou por um dia, na Secretaria de Turismo da Capital e por 2 meses, como guia turístico, nos passeios de escuna oferecidos por agências de turismo da capital.

“emprego com carteira assinada eu nunca tive, sempre tive uma vida estabilizada financeiramente, nunca tive problemas”.

Ele aproveitou essas experiências para melhorar seus conhecimentos, afinal é um estudante de turismo.

“Quando terminou a temporada eu fiquei desempregado e foi até bom, pois sobrou tempo para eu desenvolver minha criatividade”.

Diferentemente da maioria dos desempregados, esse tempo foi fundamental para que ele pudesse escolher com calma o lugar que queria morar, comprar uma casa e se instalar devidamente, e ir além.

“Foi ai que surgiu a idéia do *bugg* [...] A idéia do bug é legal... fazer passeios turísticos para conhecer todo o litoral, mas pelo asfalto. [...] Ficou praticamente só no projeto, mas não tinha viabilidade por causa do preço, mas tem que ter persistência. Todo negócio tem que ter persistência”.

Sua persistência é propiciada pela estabilidade econômica de que dispõe. Na verdade ele comprou o *bugg* para seu lazer, e aproveitou para tentar fazer disso um negócio, isso porque segundo ele:

“Eu gosto sempre de estar inventando. Empreendedor tem disso, sempre inventa algo diferente faz disso, uma forma de ganhar dinheiro também. Não só investir, mas ganhar”.

Ele investiu nesta idéia profissionalizando seus serviços, e divulgando através de um site, construído especificamente para essa proposta. “Fiz um *site* do passeio de *bugg*, se alguém ligar dá para fazer o passeio, o *bugg* está lá na garagem, mas até agora ninguém ligou”. Nota-se que Marcelo segue com precisão, os mandamentos ditados pelo discurso do empreendedorismo⁶², assumindo total responsabilidade pelos riscos do empreendimento. “O site está no ar, eu sei que o negócio funciona, se eu quiser levar a sério mesmo, funciona”. Para ele, a falta de seriedade com que encarou o negócio foi o principal motivo de não ter dado certo, assumindo que somente ele é responsável pelo sucesso ou insucesso do seu negócio. Mas ele não se abateu com isso e, como um bom empreendedor não se contenta com a mesmice e quer investir em algo novo.

“Inventei outra coisa, o *bike-taxi*”. Marcelo relata que detectou uma nova oportunidade e investiu nela. “Um dia estava passeando em Jurerê e vi um casal que mora lá com uma bicicleta com dois lugares e com uma placa de aluga-se. Eu vi nisso uma oportunidade e mandei fazer um equipamento

⁶² Para Druker (1987) uma das características do empreendedor é a capacidade de utilizar recursos disponíveis de forma criativa e aceita assumir riscos, mesmo com a possibilidade de fracassar.

deste para mim. Achei que ia dar negócio, não gasta gasolina, é uma bicicleta [...] tipo um táxi mesmo. Afinal é uma coisa mais barata, mais divertida, não poluente e ao mesmo tempo se faz um exercício”.

Na sua visão, o negócio parecia, e ainda parece bom. Ele afirma que se alguém quiser levar a sério, montar uma cooperativa de taxistas-ciclistas dará certo.

“Minha expectativa de negócio para isso é de que alguém compre minha idéia, monte uma cooperativa, coloque uma pessoa para ganhar uma comissão, tipo um táxi mesmo, dá certo. Eu dou até consultoria para quem quiser”.

Ele narra sobre sua criação com muito entusiasmo. Fala dos detalhes técnicos do equipamento como um bom conhecedor e um bom apreciador de sua idéia. Além disso, a segurança com que afirma a viabilidade do negócio faz pensar que ele encontrou sua grande chance de iniciar um negócio promissor. Entretanto,

“Eu só usei com lazer, como negócio efetivamente não deu certo [...] Uma vez sai para Canasvieiras para trabalhar com o *Bike-taxi*. Consegui um casal de passageiros e fiz uma corrida. Fiquei lá o dia todo. O faturamento do dia foi cinco reais. Gastei com almoço, água, refri, ou seja paguei para trabalhar. Depois fui para Jurerê tentar. Lá mesmo ninguém aceitou o serviço, achei lá muito elitizado e não deu certo lá também. Já pensei ir à Daniela, tenho que descobrir”.

De certa forma, ele reconhece que suas tentativas não representaram nenhuma possibilidade de fonte de renda, pelo menos para ele. Entretanto não aceita a possibilidade de ter fracassado, e isso fica claro no momento em que lhe é solicitado um melhor esclarecimento sobre as causas do insucesso em ambos os negócios. Nesse momento a entrevista fica tensa. Parece exaltar-se, levantando-se da cadeira, e com um tom de voz mais alto defende suas convicções, demonstrando segurança e certeza no seu discurso.

“Mercado tem. Você não sabe que o transporte aqui da ilha é a bicicleta? Sei que tem mercado, só não descobri onde. Se eu levar a sério, com certeza dá certo porque é um negócio diferente, é bonito. Já pensei em fechar com um toldo, vou aperfeiçoar. Mas, isso não é minha fonte de renda. Eu sou um empreendedor, estou sempre inventando alguma coisa, invisto em várias coisas diferentes e nunca no mesmo lugar, isso eu aprendi. Invisto em lugares diferentes, se não deu certo começo a procurar outras oportunidades e investir. Eu sou um empreendedor por oportunidade, crio, se alguém copiar será ótimo, não só para ver a coisa funcionando, mas para sugerir que as pessoas criem também, que sejam empreendedoras, porque as pessoas, às

vezes, vivem sem trabalho porque não tem muitas idéias. As pessoas têm que criar suas próprias oportunidades de trabalho, investir nisso e ganhar dinheiro. Eu estou o tempo todo trabalhando, durmo e acordo pensando no trabalho, criando alguma coisa, pensando numa ou noutra estratégia, buscando sempre uma oportunidade. Eu não acho que isso seja fracassar, pelo contrário, eu tive sucesso”.

Na narrativa de Marcelo, com freqüência são encontrados os elementos centrais da nova gestão do trabalho flexível como: empregabilidade, competência e empreendedorismo. Para ele, a responsabilidade de inserção no mercado de trabalho é do próprio indivíduo e esse discurso adquire poder, à medida que ele dispõe de condições econômicas e intelectuais para praticá-lo.

“Eu tenho que aproveitar o que aprendi na universidade e divulgar. “Tenho certeza que se cada pessoa colocar suas idéias a serviço da sua sobrevivência, ninguém fica desempregado”.

O comportamento de Marcelo se aproxima do comportamento de Marcos. A diferença entre eles está no fato de que o primeiro ainda não concluiu o ensino superior. Entretanto, fica claro que ambos estão aptos a atender ao novo padrão de organização da sociedade capitalista.

É importante ressaltar que tanto Marcos como Marcelo advém de famílias com boas condições econômicas e isso lhes proporciona certa vantagem em relação aos outros trabalhadores entrevistados. No caso deles o trabalho não aparece como principal fonte de subsistência, eles podem escolher quando, como e no que trabalhar. Mesmo assim, podemos perceber que o trabalho não deixa de ser central em suas vidas.

ANÁLISE DO CONTEÚDO

Considerações Iniciais

O estudo deixa claro que empreendedorismo é um discurso político-ideológico neoliberal, que prega uma nova cultura de trabalho, enfatizando os “patrões de si mesmos”, os empreendedores como pessoas capazes de resistir ao desemprego e conviver com os riscos e contingências impostos pelo capital e como novos agentes econômicos para o desenvolvimento de um país. Uma vez identificados, os sujeitos foram investigados a partir do seu contexto. Buscamos, através das suas falas, verificar como estes sujeitos estão percebendo e vivenciando a prática do empreendedorismo, procurando responder as seguintes indagações: O que é empreendedorismo? Quem são os empreendedores? Por que procuram essa alternativa? O que causa encantamento nesse discurso? Como vivem os empreendedores? Eles estão satisfeitos?

Os conteúdos das histórias de vida coletados dos empreendedores, nos permitiu eleger três categorias orientadoras que são: trabalho, desemprego e precarização, além de

empreendedorismo. O propósito da análise é compreender a relação destas, com a percepção e a vivência do empreendedor.

No que diz respeito ao tratamento das entrevistas, cabe esclarecer que procuramos descrevê-las em forma de narrativa, intervindo e analisando seu conteúdo sempre que emergiram questões ligadas as categorias orientadoras, de forma contextualizada, visando não despersonalizar o sujeito. No entanto, mesmo incorrendo no risco de nos tornarmos repetitivos, optamos por apresentar a análise separadamente, de forma, a facilitar a compreensão por parte do leitor, sobre o que gerou as categorias que orientaram este estudo.

A categoria Trabalho

Com base nos manuscritos de Marx (2004), o trabalho é a expressão da vida humana, é a essência do homem, pois é através do trabalho que o ser humano se distingue dos animais. Pelo trabalho o homem interage com a natureza e com outros homens e nessa interação ele transforma e se transforma. O trabalho é, portanto a atividade humana fundamental na constituição do ser social; “*fonte ordinária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnitelaridade humana*” (Antunes, 2002:167 grifos do autor).

Os conteúdos das histórias de vida dos empreendedores entrevistados, permitiram verificar que a maneira como cada um atribui sentido à sua relação com o trabalho é singular, mas os fatores que dão esse sentido são comuns a todos eles. Em geral estão associados com satisfação pessoal, autonomia, inserção social, *status quo*, sentido de pertencimento, dignidade, além da satisfação das necessidades materiais.

Corroborando com as teses de Marx, verifica-se no grupo dos entrevistados, que o trabalho mantém sua centralidade e exerce um papel fundamental na constituição da identidade dos sujeitos.

“... Eu não posso ficar parada [...] Minha razão de vida é o trabalho, as relações que se estabelecem, conhecer pessoas, inovar, isso me renova, me abre horizontes, eu fico atendida.” (Maria) “

“... durmo e acordo pensando no trabalho” (Marcelo)

“... O trabalho hoje, como eu sou hoje, uma pessoa sozinha, significa 80% da minha vida, porque sem o trabalho a pessoa não tem dignidade. Mas, é através dele que eu vivo. Eu já tive uma relação bem mais forte com o trabalho (refere-se ao tempo em que foi empregado). (Jorge)

Verificamos que os relatos contrariam a hipóteses sobre o fim da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, na realidade não é o que se constata. Percebemos na maioria das entrevistas, que o trabalho continua sendo o fundamento para a vida.

Outro aspecto verificado na vivência dos empreendedores está na ênfase atribuída ao emprego como uma referência do trabalho, identificado sob diferentes perspectivas nas suas falas. Na geração A, o emprego aparece como garantia de estabilidade e segurança⁶³. Na geração D, ele entra em cena nos momentos em que os empreendedores passam por fases de transição dos negócios, ou por crises financeiras que não os permitem sobreviver do lucro do empreendimento. Nesses momentos, é no emprego que eles procuram a segurança⁶⁴. Para a geração P, verifica-se o emprego como uma oportunidade de aprendizagem e, como experiência ou aporte financeiro para iniciar um negócio próprio. As falas dos entrevistados constataam essa afirmação.

Geração A:

“... o meu melhor período foi no Jornal, como empregado [...] Me sentia mais seguro, com certeza, mesmo ganhando menos. [...] hoje eu estou

⁶³ Detalhes no cap. II p. 41

⁶⁴ Detalhes no cap. II p. 118

trabalhando como marinheiro, troquei o estresse pela qualidade de vida. [...] Vivo muito melhor. Ganho 10 vezes menos, mas, tenho férias, 13º salário, me sinto seguro”. (Jorge)

Geração D:

Ai vem aquela história: que saudades de ter um fixo! Na crise que estamos meu trabalho está parado [...] hoje eu aceitaria um emprego [...] esse ano eu vou procurar um trabalho...” (Ana)

“Agora estou trabalhando de empregado aqui na pousada, mas aqui minha situação é informal. Isso é para suprir a carência da questão da sazonalidade. É um “bico,” com certeza.” (Paulo),

Geração P:

“emprego com carteira assinada eu nunca tive, sempre tive uma vida estabilizada financeiramente, nunca tive problemas” [...] eu trabalhei um dia na Secretaria de Turismo da Capital, depois trabalhei como guia nos passeios de escuna, durante dois meses. Conteí isso para minha mãe e ela achou engraçado. Eu achei ótimo para aprender. Aprendi rápido...”.

...Eu nunca busquei emprego, eu sempre busquei trabalho [...]. Eu não gostaria de ter um emprego público, nunca pensei em fazer um concurso na verdade. Eu tive a oportunidade de negar estágios, que não eram de meu interesse para desenvolver uma coisa que eu realmente fosse agregar futuramente”. (Marcos)

O Desemprego

Em relação ao desemprego, pretendemos focar o modo pelo qual os empreendedores percebem o fenômeno. Verificamos que, embora todos tenham vivenciado a experiência, há uma variação nas formas de representação do desemprego que não coincide entre as gerações, e sim, conforme o contexto social que o empreendedor está inserido.

Para os entrevistados que vivem ou viveram do trabalho, neste caso, representado pelo emprego como meio de sobrevivência, os sentimentos vivenciados no momento do desemprego, coincidem entre si e refletem de forma negativa em suas vidas, afetando inclusive, a saúde psíquica. Esses sentimentos se refletem em baixa auto-estima, sensação de

fracasso, de incompetência, vergonha e culpa. A falta de escolarização/qualificação aparece como atributo à culpa.

Verificamos que para os que provêm de um contexto onde o emprego não é meio de sobrevivência, o fenômeno não representa uma questão estrutural, ao contrário, aparece como um fator individual do trabalhador, de forma isolada do contexto social. É como se a responsabilidade pelo desemprego fosse de cada um, inclusive a falta de interesse e criatividade são apontados como causas para o evento.

Destacamos fragmentos dos depoimentos dos entrevistados que confirmam as afirmações:

Geração A:

“Meu marido vivia perdendo o emprego. Aquilo me deixava desorientada, era humilhante ter que depender dos sogros até para comer” [...] eu vivia procurando, mas nunca consegui uma vaga. [...] Eu fui bem criada, mas era preguiçosa para estudar [...] Ele (marido) era operário desde os 14 anos, não tinha profissão nenhuma.” (Maria)

“Cai a tua auto-estima; você se sente mal; tudo vai mal dentro de casa [...]eu me sentia culpado, fracassado [...]Todos os teus amigos te viram a cara porque acham que você não tem capacidade. (Jorge)

Geração D:

“O sentimento é de inutilidade, parece que nada que você faz dá certo, é complicado. Teu amor próprio vai junto, entra numa depressão sem sentir, quando você está querendo dormir até meio dia e não tem vontade de sair da cama à tarde. Literalmente depressão mesmo. É uma vergonha. [...] Comecei o curso técnico de química, mas não terminei. Eu não tenho uma profissão. [...] só sei vender...”. (Paulo)

Geração P:

“As pessoas têm que criar suas próprias oportunidades de trabalho, investir nisso e ganhar dinheiro. [...] Tenho certeza que se cada pessoa colocar suas idéias a serviço da sua sobrevivência ninguém fica desempregado”. (Marcelo)

Outro aspecto que vale a pena ser ressaltado diz respeito ao processo de interiorização da ideologia disseminada pelo discurso neoliberal.

Verificamos que os empreendedores da geração P não percebem o desemprego como algo negativo, para eles é uma oportunidade de ter tempo para desenvolver a criatividade e habilitá-los para iniciar um negócio próprio.

“ [...] Na verdade eu nunca fui um desempregado. “Eu tive uma fase de transição entre uma atividade e outra que me proporcionou um tempo para avaliar as oportunidades [...] Finalmente agora vou ficar desempregado, mas para realizar um sonho. Eu estarei finalizando semana que vem, largando o meu emprego para ir para minha própria empresa”. (Marcos)

“Quando terminou a temporada eu fiquei desempregado e foi até bom, pois sobrou tempo para eu desenvolver minha criatividade”. (Marcelo)

Nestes casos específicos, podemos atribuir a causa, às dinâmicas ideologizadoras praticadas nas instituições nas quais se encontram inseridos, esses empreendedores que produzem como efeito, pensamentos desconectados da realidade concreta.

Verificamos na fala da empreendedora Ana, um exemplo concreto dos efeitos desse processo de ideologização:

“Hoje há muitos desempregados porque a carga financeira da empresa é muito grande. Eu preferia que as pessoas tivessem mais trabalho e não tivesse 13º, fundo de garantia etc. Tem muita coisa paternalista que entrava. Eu acho que os direitos trabalhistas são um entrave no desenvolvimento”. (Ana)

Constatamos através dos depoimentos subseqüentes que, o poder da ideologia está na capacidade de ocultar as diferenças e tornar as idéias específicas da classe dominante em idéias universais, como se representassem o interesse do todo social.⁶⁵

A precarização do trabalho

Relativo às condições de e no trabalho empreendedor, as narrativas apontam para uma contradição no que se refere aos discursos que, sugerem o empreendedorismo e o empreendedor, como fundamentais para o desenvolvimento econômico. (Shumpeter, 1982). O

⁶⁵ Apud p. 18

que é possível verificar na vivência destes empreendedores, é que as formas de precarização são recorrentes na prática do empreendedorismo, o que indica o evento como um mecanismo utilizado pelo capital para exploração e dominação dos trabalhadores, através da introdução de uma nova cultura de trabalho, capaz de contrastar ao desemprego e conviver com a insegurança, com o risco, entre outros.

Retomando a tese de Antunes (2003:204), verificamos que “o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e ritmo de trabalho”. As formas de precarização perpassam todas as gerações, diferindo apenas na representação que cada uma faz sobre o evento.

Outro aspecto verificado na vivência dos sujeitos refere-se às mudanças no trabalho. Quando se fala de trabalho, refere-se a forma como ele se apresenta, no conteúdo, no processo de execução, na função social e na forma de ‘ser’ do trabalhador. O trabalho dos empreendedores em questão toma aparência de (des) configurado em todos os sentidos, sem perder sua essência. Essa (des) configuração se traduz num processo de precarização total, tanto objetiva quanto subjetiva do trabalho e do trabalhador. Objetiva, porque perde o caráter de emprego, se esvazia de direitos como salário, jornada de trabalho, férias, aposentadoria. O seu conteúdo, muitas vezes torna-se sem sentido para o trabalhador, principalmente quando ele tem que desempenhar diversas funções no decorrer da sua trajetória. “Percebe-se certa indiferença quando se trata de ‘o que fazer’.

Em relação ao salário, verificamos na fala dos entrevistados, que a referência ao salário fixo como garantia de sobrevivência permanece como aspiração do trabalhador. A falta deste se reflete em insegurança e instabilidade.

Geração A:

“... Obviamente que os salários, se você for comparar, não tem nada a ver, mas eu prefiro ganhar menos e ter menos dor de cabeça. [...] Como patrão você não tem um salário fixo [...] Não se pode projetar nada, se vive a cada dia. (Jorge)

Geração D:

“Esse ano eu vou procurar um trabalho [...] porque eu sinto a necessidade de me estabilizar e de ter certo que naquele mês eu vou ter um salário. Hoje eu aceitaria um emprego que me garantisse um salário. (Ana)

Geração P:

“fui convidado para trabalhar numa empresa de eventos daqui de Florianópolis que se chama Aliance Eventos. Foi ai que eu já comecei a me sustentar. Fiquei um ano na empresa e já comecei a ganhar o suficiente para me sustentar”. (Marcos)

A degradação da saúde foi outro aspecto da precarização, observado na vivência dos empreendedores. Verifica-se que, em geral há uma exigência maior do corpo, tanto física quanto psíquica, provocada pela ampliação da jornada de trabalho e acúmulo de tarefas. Não há limites definidos, quanto ao local e ao tempo de dedicação para o desempenho das atividades.

Geração A.

“Aconteceu que eu comecei a ficar hipertensa, sem saber. Eu não dormia, a cabeça ficava nas máquinas, nas costuras que tinha que entregar. Eu me deitava e não conseguia apagar, ai eu me levantava de madrugada e ia trabalhar nas máquinas. Era tudo na minha casa e eu não desligava nunca. Comecei a ficar bitolada, minha cabeça era só aquilo [...] tive uma crise de hipertensão e fui parar no hospital”. (Maria)

Geração D:

“Agora eu estou num mercado muito sazonal. E assim, eu tenho que me adequar a ele [...] chego a trabalhar 14 horas por dia no verão.” (Paulo)

Geração P:

“Eu trabalho todos os dias e, às vezes, sábado e domingo”. [...] eu consegui me programar para dormir o suficiente para não continuar cansado, mas não dormir 8 horas. Durmo 6 horas por dia, trabalho entre 12 e 14 horas”. (Marcos)

No mesmo viés, verificamos que as férias também não fazem parte da vivência desses empreendedores.

Geração A:

“Nunca tive férias [...] nunca tiramos férias em família”. (Maria)

Geração D:

Férias eu não me lembro. Férias, assim... sair de férias, viajar, curtir eu não me lembro quando foram as últimas, faz tanto tempo. Desde os anos 90 com toda certeza. (Paulo)

Geração P:

“Nunca tirei férias. [...] faz 3 anos que eu não tiro férias de 30 dias. (Marcos)

O evento da aposentadoria tem um impacto relevante entre as gerações. Os empreendedores da geração A que experimentaram os direitos sociais do chamado Estado de bem-estar social, consideram a aposentadoria fundamental. Para eles isso representa proteção e garantia de futuro tranquilo. Os empreendedores da geração D demonstram perda de confiança no sistema e certa indiferença em relação a previdência social. Eles tomam para si a responsabilidade pela aposentadoria e manifestam desejo de adquirir algum patrimônio que lhes renda dividendos vitalícios ou um plano de previdência privada. Para os empreendedores da geração P, não há hipótese de aposentadoria. Em suas falas o evento aparece como algo distante da realidade e de pouca relevância, o que indica uma ruptura com a atividade laboral, o que não está nos seus planos.

Geração A:

“... meu marido começou a trabalhar como operário com 14 anos e quando ele saiu do emprego eu não o deixei parar de recolher o INSS, por isso se aposentou logo”. (Maria)

“A idade pesa. Eu percebi isso meio tarde, mas, isso estava garantido, eu tinha um bom emprego, tinha garantias e nem me preocupava. [...] Esse tempo que eu tive a empresa não conta para aposentadoria porque eu não paguei o INSS. [...] Eu confesso que isso foi uma falha minha, eu não pensei e hoje sofro com isso [...] Eu até teria mais tranquilidade, mais segurança, pelo menos eu teria um dinheiro extra que me garantisse, ninguém está livre

de uma doença, doença pega gente de qualquer modo, está todo mundo propenso a isso.” (Jorge)

Geração D:

“Quero ter fixo porque quero ter a oportunidade de pagar uma previdência privada paralelo (ao trabalho), quero me aposentar”. (Ana)

“Eu não acredito num plano de previdência. Só penso numa aposentadoria no sentido, de adquirir alguma coisa e fazer essa coisa render por minha conta mesmo”. (Paulo)

Geração P:

“Aposentadoria? não pensei nisso. Não tenho nada previsto. Não penso em previdência.” (Marcos)

Aposentadoria? Que nada, eu tenho muito a construir ainda, não me passa pela cabeça me aposentar. (Marcelo)

A precarização subjetiva refere-se ao caráter dinâmico que marca a nova forma de ‘ser’ trabalhador. Para enfrentar o dia a dia, ele tem que estar apto a conviver com o risco, a instabilidade, a insegurança, a fluidez, além de desenvolver capacidades subjetivas como, criatividade, perspicácia, velocidade, flexibilidade.

Constatamos que, durante a trajetória dos entrevistados, a variedade no teor das ocupações exercidas é freqüente na vida da maioria deles, desde que ingressaram no mundo do trabalho, até os dias de hoje. O conteúdo das atividades desempenhadas em cada um dos empreendimentos, ou são distintas da sua formação profissional como no caso de Jorge e Ana que são formados em Comunicação Social e trabalham respectivamente como marinheiro e como consultora na área de recursos humanos. Ou a ocupação não requer qualificação específica, como a de Maria e Paulo que se adaptam conforme a necessidade que o momento apresenta.

Outro aspecto verificado na vivência de todos os empreendedores entrevistados, dá noção de rompimento com o significado de carreira profissional, uma espécie de generalização ou (des) qualificação do trabalho. Há situações em que o trabalhador tem que

aprender novas tarefas conforme a necessidade que se apresenta no momento, independentemente do nível de qualificação profissional, ou tem que mudar de cidade. Um modo de ser que é próprio à cultura flexível. Esta condição coincide com a opinião de Castel (2003:45) ao dizer que a flexibilização “é fundamentalmente a instauração de uma *movilidade generalizada* das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego. Dinâmica profunda de descoletivização, de reindividualização e de insegurização.”⁶⁶ Citamos as falas que constata tal afirmação:

Geração A:

“Eu nunca tinha costurado na minha vida e levei oito dias para conseguir montar uma jaqueta sozinha, eu chorava de raiva, desmanchava e fazia de novo até aprender”. (Maria)

“Estou aqui sentada, mas fico pensando, avaliando no que eu poderia trabalhar agora”. (Maria)

Geração P:

“O restaurante é porque identificamos a oportunidade como mais rentável [...] não entendo do ramo. [...] Decidimos que não vamos abrir restaurantes em várias cidades, vamos abrir vídeo locadora, imobiliária, etc”.” (Marcos)

O Empreendedorismo

Verificamos na fala dos entrevistados que as causas que levam um trabalhador ao empreendedorismo não são isoladas. Todos os sujeitos revelam pelo menos dois fatores associados como motivação para empreender. Foram identificados como fatores motivacionais: o desemprego, a influência da família, o desejo de ser patrão e a necessidade de associar o trabalho a atenção com os filhos. Nesta mesma linha, o desejo de conquista da independência e de igualdade de direitos, em específico nas mulheres.

⁶⁶ Apud p. 52

Nas falas que seguem, procuramos sintetizar os aspectos motivacionais, identificando o fator principal de motivação, associados a outros fatores, respeitando o grau de relevância.

Fator principal: Desemprego

Fatores associados: falta de escolarização/qualificação, influência da família

Geração A:

“ ... ele (marido) não tinha profissão nenhuma, era só operário, ia arranjar alguma coisa com salário melhor onde? [...] Foi ai que eu senti que tinha que assumir as rédeas e fazer alguma coisa pra voltar a ter a vida que eu tinha. [...] nunca parei de procurar [...] entre um não e outro é melhor ser a dona”.
(Maria)

Geração D:

“...Eu não tenho uma profissão [...] meu pai já era do ramo, o que facilitou minha entrada no mercado [...] eu trabalhava em parceria com seu pai que também era dono de uma empresa.” (Paulo)

Fator principal: influência da família

Fatores associados: educação; condições financeiras propícias.

Geração D:

“A família se reuniu e decidiu empreender num negócio familiar, uma pousada que começou com 8 apartamentos e hoje é um sucesso”. (Marcelo)
“Talvez eu já tivesse uma vontade de empreender, como o meu pai, e talvez essa vontade tenha sido despertada aqui na universidade. Então, se essa pessoa já traz essa vontade que é despertada na universidade, acho que é possível [...] A universidade me deu a oportunidade de buscar esse perfil de empreendedor, temos vários professores empreendedores, o que motiva bastante. E depois com esses projetos de extensão, Empresa Junior, Diretório ou qualquer um deles, se você realmente investir seu tempo nisso dá bons resultados.” (Marcos)

Fator principal: necessidade de associar o trabalho com a atenção aos filhos.

Fatores associados: desemprego; educação.

Geração D:

“No meu caso, durante esses cinco anos que eu estou trabalhando no meu próprio negócio, meus filhos ficaram morando no Rio Grande do sul e eu me sinto um pouco culpada por ter me afastado deles. Quando me separei eles ficaram lá com o pai. O menino tinha 10 anos e eu, em cinco anos, ia uma vez por mês e ficava uma semana só sendo mãe. Então, em cinco anos fazendo isso, se eu tivesse um trabalho fixo eu não iria conseguir fazer isso. Para mim não havia opção, eu queria ser mãe”. (Ana)

Fator principal: desejo de ser patrão.

Fatores associados: desejo de poder, liberdade, autonomia; educação; influência do processo de terceirização.

Geração D:

“Eu pensei que se eu cheguei até aqui é porque eu tenho capacidade de tocar uma empresa minha sem ter os compromissos que eu tenho com essa empresa. Porque você ter que agüentar gente que você não gosta, ter que trabalhar com pessoas que você não tem muita afinidade, isso tudo com o cargo eu tinha! Ter que aturar? [...] eu tinha que agüentar aquelas pessoas no meu cangote, enchendo a paciência e eu não queria isso, eu queria escolher, queria ter o privilégio de escolher. Então eu mudei, montei minha empresa, sai para ter essa liberdade e tive. [...] Nessa época (1995) havia um incentivo para quem queria abrir uma empresa, afinal o caminho anunciado era esse, ser seu próprio patrão”. (Jorge)

Em relação aos fatores geradores da mortalidade dos empreendimentos, verificamos que a maioria expressa motivos de caráter pessoal como insatisfação, necessidade de mudar, saúde, competitividade, falta de capital para crescer, mas nenhum menciona a falência. Também, verificamos que o fracasso não é uma hipótese aceitável para os empreendedores em questão.

Geração A:

“Vou acabar morrendo de *stress* [...] Do mesmo jeito que ganha vai embora. O dinheiro que eu tinha guardado, conseguido juntar numa época boa em 2, 3 meses de empresa ruim consumiu tudo que eu tinha. Vendi carro, vendi casa, vendi um monte de coisas que eu tinha para poder saldar a dívidas [...] então eu pensei: por que eu estou sofrendo tanto com a empresa, com tele marketing [...] troquei o estresse pela qualidade de vida”. (Jorge)

“Na verdade nós não nos atualizamos, ficamos sempre na mesma. Começaram a montar negócios mais modernos, inventaram a ração de cachorro e nós não nos modernizamos nesse sentido, mas nós não guardamos dinheiro e não tínhamos para investir nisso. O dinheiro que eu juntava eu comprava em propriedade.” (Maria)

Geração D:

“Estava bom, o negócio era lucrativo e tudo, mas estava se tornando muito cansativo. Em relação custo/benefício começou a ficar complicado. [...] Comecei a me sentir infeliz com o que eu estava fazendo, parou de me dar aquela satisfação. Então eu resolvi mudar de ares, é uma necessidade minha mesmo”. (Paulo)

Geração P:

“Mesmo eu indo para lá arriscando ganhar ou perder eu não mudaria meu pensamento. Não passa pela minha cabeça, por exemplo, a possibilidade de não dar certo e eu voltar para a empresa do meu pai. Pode demorar a dar certo, posso quebrar umas 3 empresas, mas vai dar certo”. (Marcos)

“Mercado tem. Você não sabe que o transporte aqui da ilha é a bicicleta? Sei que tem mercado, só não descobri onde. Se eu levar a sério, com certeza dá certo porque é um negócio diferente, é bonito [...] Eu não acho que isso seja fracassar, pelo contrário, eu tive sucesso”. (Marcelo)

As contradições expressas nas falas de alguns entrevistados, não são percebidas por eles como negação da realidade que vivenciam. Ao mesmo tempo que se contradizem, se justificam indicando saídas pautadas na mesma ideologia do discurso. É como se eles se esforçassem para se adaptar a cultura flexível do trabalho.

“Ser empreendedora tem suas vantagens, mas agora eu estou sentindo a necessidade de assessorar uma entidade X horas porque quero ter um fixo também. Ai vem aquela história: que saudades de ter um fixo! [...] Hoje eu aceitaria um emprego que me garantisse um salário [...] Eu fiz essa proposta para essa tal empresa com quem estou negociando. Eles não vão me assumir como funcionária, eu vou continuar com a minha empresa, só vou assessorar”. (Ana)

“...às vezes eu penso que gostaria de voltar a ter um patrão, cumprir meu horário, receber o meu no fim do mês e acabou, não ter que se envolver depois daquele horário [...] Eu não consigo me adaptar a um cubículo, uma sala apertada, uma carga horária pré-definida, para mim é complicado [...] Entre um emprego fixo e a minha empresa, se a remuneração fosse semelhante ou se equivalassem eu não me empregaria, Agora se a proposta for muito melhor, ai a gente vai analisar”. (Paulo)

Em geral, a representação que os entrevistados fazem de si mesmos, está relacionada com o estereótipo construído do empreendedor de sucesso e disseminado pelo discurso do empreendedorismo. Percebemos que os sujeitos internalizam os dogmas e vinculam seu modo de ser com o modo de ser sugerido.

Geração A:

“Eu sou empreendedora, sempre fui. Eu hoje, com 65 anos, ainda sou uma pessoa empreendedora [...] tem sempre pessoas com a ilusão de ter seu próprio negócio. A ilusão das pessoas não acaba. E a minha ilusão é trabalhar em cima da ilusão delas. Às vezes penso em escrever um livro, sei lá. Eu acho que não parei ainda. Hoje eu sei que sou uma empreendedora e ainda acho que vou inventar algum negócio novo”.

Geração D:

“... minha estrela é essa, é trabalhar por conta própria. Eu não consigo me adaptar a um cubículo, uma sala apertada, uma carga horária pré-definida, para mim é complicado. Minha natureza é essa, eu sou meio cigano. Eu preciso passar por alguma mudança de tempos em tempos. Normalmente isso acontece a cada 4 ou 5 anos, me dá uma vontade de mudar, fazer uma coisa diferente e vai dando essa agonia, então...” [...] Não faço planos para o futuro, prefiro viver o hoje e deixar a vida me levar.

“...eu sempre me jogava de cabeça no que estava fazendo, sempre determinada. Prezo minha liberdade e gosto de criar [...] Eu sempre tive espírito de liderança...”. (Ana)

Geração P:

“Eu sou um empreendedor, estou sempre inventando alguma coisa, invisto em várias coisas diferentes e nunca no mesmo lugar, isso eu aprendi. Invisto em lugares diferentes, se não deu certo começo a procurar outras oportunidades” (Marcelo)

“Aproveito bem o meu tempo, não fico ocioso, faço muitas coisas em pouco tempo, sei dividir. Planejo em minha mente todo o meu dia e sei o que tenho que fazer”.(Marcos)

A forma como os entrevistados percebem a sua prática, nem sempre condiz com a realidade. Há momentos em que o mesmo entrevistado parece fazer uma conexão entre o ideal desejado (o sonho) e a realidade vivenciada, ao mesmo tempo parece não perceber.

Geração A:

“Estou aqui sentada, mas fico pensando, avaliando no que eu poderia trabalhar agora. Acho que malha é uma coisa que nunca vai acabar e eu abriria um negócio de malhas. [...] se eu tenho um comércio que não me sustenta, então não tem razão de ser.” (Maria)

“Não existe segurança a menos que você tenha uma estrutura muito grande ou que você a faça crescer de uma maneira que ela não te incomode e para fazê-la ficar estável da maneira que eu queria eu teria que investir muito dinheiro e eu não tinha muito dinheiro” [...] eu prefiro ganhar menos [...] Ganho 10 vezes menos, mas, tenho férias, 13º salário, me sinto seguro”. (Jorge)

Geração D:

“Na crise que estamos meu trabalho está parado. Ninguém mais tem condições, nossas palestras motivacionais não estão adiantando mais nada. A realidade está ai, nua e crua”. (Ana)

Geração P:

“... Todo negócio tem que ter persistência. [...] Inventei outra coisa, o *bike-taxi*”. [...]“Eu só usei com laser, como negócio efetivamente não deu certo [...] Uma vez sai para Canasvieiras para trabalhar com o *Bike-taxi* [...] o faturamento do dia foi cinco reais. Mercado tem é que eu ainda não procurei, mas tem [...] isso não é minha fonte de renda”. (Marcelo)

Os entrevistados manifestam interesse em continuar empreendendo, expressando variados motivos. Entre eles, evidencia-se a falta de qualificação adequada para concorrer no mercado de trabalho e a personalidade empreendedora que alguns compreendem como atributo inato.

Geração D:

“Eu tenho uma habilidade que é vender, só sei vender. Então, por isso eu prefiro continuar por conta própria sem a menor sombra de dúvida”. [...] eu sou assim, minha estrela é essa... [...] tenho uma necessidade natural de mudança... (Paulo)

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que qualquer resposta definitiva aos questionamentos propostos baseando-se apenas nos elementos apresentados nesta investigação seria prematura, e, no mínimo, arbitrária. Apesar de, a abordagem adotada nos ter indicado aspectos importantes que ajudaram a revelar as contradições existentes entre discurso do empreendedorismo e a realidade concreta do empreendedor, é importante ressaltar que a discussão sobre o tema está longe de se esgotar, portanto, todas as conclusões aqui expressadas devem ser consideradas de caráter provisório.

Consideramos que analisar qualquer fenômeno inerente ao mundo do trabalho é um desafio tendo em vista a complexidade que cerca a questão. Entendemos que aqui se inicia um movimento de reflexão, que sugere novas investidas acerca do assunto no sentido de ampliar as discussões, principalmente, no campo da Sociologia do Trabalho.

A análise do conteúdo das entrevistas dos sujeitos empreendedores nos fornece elementos para expressarmos algumas considerações. Para facilitar a compreensão do todo optamos em apresentar esse conteúdo de forma sistematizada.

A investigação nos revela que os empreendedores em questão, são, em geral, trabalhadores de ambos os sexos, desempregados, subempregados ou não empregados e que,

independente de formação profissional, optam pela abertura do próprio negócio, motivados por alguns fatores ocorridos em suas vidas. Entre esses fatores, o que mais se destaca é o desemprego. Em alguns casos, o próprio empreendedor declara o desemprego como fator principal, em outros, essa motivação aparece implícita nas contradições dos discursos. Aspectos associados a escolarização/qualificação, experiência acumulada na trajetória profissional e modelos empresariais na família se associam, mas, não são predominantes.

O empreendedorismo surge para alguns entrevistados como alternativa ao emprego e, para outros, pelo o sonho de ser patrão. Para os entrevistados com pouca qualificação, é sinônimo de auto-emprego; para os trabalhadores mais qualificados, representa liberdade e autonomia. A geração predominante vê o empreendedorismo como possibilidade de ascensão e, o sucesso, é a sua meta principal. As mulheres empreendem um negócio próprio, não só para adequar o trabalho à vida familiar e/ou complementar a renda do marido, mas também, para se inserirem socialmente. Empreender para elas representa a conquista de igualdade de direitos e independência financeira.

O trabalho aparece como fundamento para a vida de todos os entrevistados, representado em suas falas por: dignidade, realização pessoal, sentido de vida e independência financeira.

O desemprego é percebido pela maioria como uma questão individual. Todos já vivenciaram a condição de desempregado em alguma fase da vida, mas para quem só dispõe da sua força de trabalho como meio de subsistência, essa vivência foi marcada por sentimentos como: incompetência, vergonha, humilhação, impotência, incerteza e insegurança.

Os entrevistados que revelam não depender do salário para sobreviver, o desemprego representa falta de criatividade e de vontade. A culpabilização é comum a todos, mas os atributos à culpa diferem. A educação/qualificação é o atributo predominante entre os

entrevistados. Alguns se revelam culpados pela falta de interesse em concluir os estudos. Os direitos sociais do trabalhador e o custo do trabalho para o empregador é outra questão que aparece como atributo da culpa.

As trajetórias dos empreendedores são marcadas por riscos e incertezas. Eles vivenciam na prática a mesma condição de precariedade de muitos trabalhadores subempregados, à medida que se obrigam a se adaptar as mais diferentes funções. A intensificação da jornada de trabalho é recorrente na trajetória desses empreendedores, entretanto, os mesmos vêem o fato como uma característica própria do seu comportamento. Nesse caso, a disposição para trabalho aparece como um aspecto positivo, uma qualidade individual.

Férias e plano de saúde não fazem parte do contexto dos entrevistados. A aposentadoria só tem relevância para os entrevistados da geração ascendente. A geração descendente, expressa falta de confiança no sistema previdenciário e a geração predominante, não pensa em aposentadoria.

A terceirização aparece como um componente legitimador da precarização nas relações de trabalho, mas é percebida como oportunidade para empreender.

A maior parte deles não constitui relações afetivas de longo prazo, não demonstra sentimento de pertencimento à família, carreira ou comunidade, e, não se apega a lugares. Com exceção dos entrevistados da geração ascendente, os demais aceitam naturalmente ser desligados das proteções coletivas; o individualismo parece ser um imperativo entre eles.

O planejamento em médio e longo prazo da vida futura também fica dificultado devido à constante mudança geográfica e de ramo nos empreendimentos. Os entrevistados em geral demonstram desprendimento do passado, não ficam parados ou apegados a um negócio específico e a mobilidade social é freqüente na vida de todos eles.

Apesar de alguns assumirem o discurso político-ideológico neoliberal, é possível perceber em suas falas expressões que contrariam a coerência desse discurso. As contradições estão implícitas nas manifestações de saudosismo em relação ao emprego e ao salário fixo.

Em relação ao que leva um trabalhador a empreender um negócio próprio, constatamos entre os entrevistados que tiveram acesso a educação superior nos últimos 5 anos, a interiorização e a reprodução do discurso do empreendedorismo. Vale lembrar que o campo da educação é o que mais tem se destacado nos últimos anos nas pesquisas sobre temática em questão. A nova pedagogia do capital tem recebido diversos rótulos como pedagogia empreendedora; das ocupações; das competências ou da auto-ajuda, evidenciando uma importante participação no seu papel de disseminadora do discurso dominante. Verificamos ainda que, além da educação, as mídias e a literatura de auto-ajuda têm sido bastante utilizadas na divulgação deste discurso. A retórica do empreendedorismo é persuasiva e visa a mudança de comportamento. Nesta perspectiva, baseia-se em modelos de sucesso, altamente modernos. Palavras como poder, sucesso, campeão, liderança, competitividade, inovação, entre tantas outras, contribuem para o *glamour* do discurso e soam para o trabalhador desempregado como o “*canto da sereia*”⁶⁷. Logo, a representação que nossos entrevistados fazem do empreendedor e de si mesmos, em geral é do indivíduo criativo, inovador, dinâmico, adaptável, que não conhece o fracasso e não desanima nunca.

As dificuldades que cercam a atividade empreendedora são visíveis e de alguma forma são percebidas pelos empreendedores. A maioria não está satisfeita com os resultados obtidos. Os empreendedores demonstram-se frustrados em relação aos seus negócios e fazem alusão ao emprego, contudo, não aspiram vínculos empregatícios. A maior parte deles declara que pretende continuar empreendendo. A falta de oportunidade de emprego, o desejo de

⁶⁷ A expressão “canto da sereia” é utilizada aqui como uma metáfora que representa a sedução à magnitude do discurso ideológico.

ascensão e a esperança de progredir financeiramente, aparecem como justificativas para esse interesse.

Diante do exposto constatamos que a classe trabalhadora é explorada de diversas formas, em todas as épocas e contextos sociais, com o único propósito de garantir a reprodução do capital. O discurso do empreendedorismo, através da sua ideologia, serve ao capital como ferramenta eficaz na administração da crise estrutural que afeta o mundo do trabalho e os trabalhadores. É uma ideologia que influencia o modo de ser e de viver da sociedade que, por meio das várias formas de linguagem, conduz o sujeito a uma mudança de postura. A prática do empreendedorismo é indicada como única alternativa para superar a crise estrutural do emprego e para o desenvolvimento do país. Além disso, é caminho para o sucesso pessoal e profissional.

O estereotipo do empreendedor disseminado pelo discurso é do indivíduo independente, líder, poderoso, dinâmico, competente, realizador de sonhos que se antecipa aos acontecimentos e não perde oportunidades. O modelo 'empreendedor de sucesso' torna-se objeto de desejo, algo irresistível. O discurso é encantador e remete a uma visão distorcida e ilusória da realidade, convertendo o problema da crise estrutural do capital em crise do indivíduo, e, na medida em que desvia o foco para a ação individual, as questões de ordem político-econômica se obscurecem encobrando as contradições existentes nas relações sociais de produção e do capital.

O empreendedorismo, de certa forma, induz a crença de que o indivíduo pode incluir-se socialmente e ser capaz de criar condições para prover sua própria existência, num patamar hierárquico superior, uma vez que, como empreendedor, a sua condição social é de patrão e não mais de empregado. Entretanto, o que se verifica, é um duplo processo de exclusão. Primeiro porque, apesar do empreendedor estar legalmente incluído na categoria

dos empresários, nem sempre pode usufruir das condições materiais, tradicionalmente comuns a esta categoria. Segundo, porque continuam vendendo sua força de trabalho, visto que, em geral, são empresários individuais e não possuem empregados. Sendo assim, se encontram desprovidos dos benefícios garantidos pelo estatuto do trabalhador, como férias e 13º salário, seguro desemprego, entre outros. Como empreendedor ele está do outro lado, do lado do patrão, com *status quo* de proprietário dos meios de produção. Entretanto o que podemos constatar é que para alguns destes empreendedores, o meios de produção, muitas vezes, se resumem em uma calculadora, uma bicicleta ou um automóvel. A única propriedade que lhes é garantida é a força de trabalho.

Apesar dos investimentos em políticas e programas de Governo voltados para o incentivo ao empreendedorismo, as ações praticadas não têm se mostrado capazes de promover a inclusão dos trabalhadores desempregados, tampouco dos jovens que estão se apresentando pela primeira vez no mercado. O que temos visto é um crescente processo de exclusão social e aumento das desigualdades.

Vale ressaltar que, este estudo responde satisfatoriamente às nossas inquietações iniciais, mas, ao mesmo tempo, novas questões emergem e nos instiga a continuar pesquisando acerca da temática.

O contexto apresentado nos conduz a sugerir reflexões sobre algumas hipóteses: uma delas é a possibilidade de estar surgindo uma nova configuração do proletário na figura do empreendedor, este que tem sua força de trabalho restrita a ele mesmo ou a família, o empresário individual. Com a diferença de que essa nova configuração apresenta vários aspectos a serem destacados como diferenciais, como por exemplo, a fragilização da capacidade de resistência e de mobilização, uma vez que, a ênfase no indivíduo neutraliza qualquer possibilidade de organização destes trabalhadores em associações ou sindicatos. Outra hipótese diz respeito à educação. A história nos mostra que a educação, principalmente,

superior tem sido um importante espaço de luta e conquista de direitos de igualdade. No entanto, verifica-se que, atualmente vem exercendo papel fundamental no processo de formação para o empreendedorismo, se revelando como um eficiente instrumento ideológico de controle do capital.

Essas são sugestões para outras pesquisas que poderão surgir acerca do fenômeno do empreendedorismo. Esperamos que este estudo contribua para reflexões acerca da temática do mundo do trabalho e que estas questões sirvam de desafio para outros estudiosos da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J., GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais; pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1999.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____ **Adeus ao Trabalho**. São Paulo:Cortez - Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

AUED, Bernardete Wrublevski. **Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas**. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). **Educação para o (des)emprego**, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1999.

BECK,U., GIDDENS, A. e LASH, S. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 1997

BIANCHETTI, Lucídio. **Da Chave de Fenda ao Laptop. tecnologia digital e novas qualificações:desafios à educação**. Petrópolis-RJ/Florianópolis: Editora Vozes/Editora UFSC, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CASTELLS. Manuel. *A Era da Informação: O Poder da identidade*. S. Paulo: Paz & Terra, 2003.

Castel, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

_____ **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis.Vozes. 2003.

BOITO, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** Xamã Editora, São Paulo, 1999.

CHAUÍ, M.S. **O que é ideologia?** Coleção primeiros passos. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

DIEESE; CESIT. (Org.) **O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico.** São Paulo: DIEESE, 2005

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo, transformando idéias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios.** São Paulo: Pioneira, 1987.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade do indivíduo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, Aurélio B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____ **Ensaio de Sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Pioneira, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional.** in GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.* Petrópolis: Vozes, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna,** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HIRATA, Helena.(org.). **Sobre o “Modelo” Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho.** São Paulo: Edusp: 1993.

_____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão.** S. Paulo: Martin Claret. 2004.

IANNI, Otavio. **A sociedade global.** 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IASI, Mauro Luiz. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** São Paulo: Boitempo, 2002.

JINKINGS, Nise. **Trabalho e Resistência na “Fonte Misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro.** Campinas / SP: Ed. Unicamp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

JINKINGS, Nise. Trabalho e Resistência na "Fonte Misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

LEITE, Márcia de Paula. **Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo.** Caxambu: Anpocs, 2004.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** S. Paulo: Martin Claret, 2002.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense. 1994.

MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1999.

MCCLELLAND, David Clarence. **A sociedade competitiva: realização e progresso social.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

LEITE, E. **O Fenômeno do Empreendedorismo Criando Riquezas.** Recife: Bagaço. 3.ed., 2002.

MALHEIROS, R.C. Ferla, Luiz A. Cunha, Cristiano J.C (org.) **Viagem ao mundo do empreendedorismo.** Florianópolis: IEA- Instituto de Estudos Avançados. 2ª ed. 2005.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1, Vol. 1/2. t. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____ **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata.** São Paulo: Editora Moraes, 1985.

_____ **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____ **Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Global Editora, 1987.

_____ **Manuscr tos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: (I-feuerbach)*. 6.ed. São Paulo: Hucited, 1987.

_____ **Manifesto do partido comunista.** 7. ed. São Paulo: Global, 1988.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade:** como ter trabalho e remuneração sempre. São Paulo: Gente, 1995.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.

PAULANI, L. M. **Hayek e o individualismo no discurso econômico.** São Paulo: Lua Nova, n. 36, 1996.

PETRAS, James F. **Os fundamentos do neoliberalismo.** In: OURIQUES, Nildo Domingos, RAMPINELLI, Waldir José, (org). **No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização.** 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2001.

_____ **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PONTE, Fernando. **Relações de trabalho sob a “aliança do mal”.** In: OURIQUES, Nildo Domingos, RAMPINELLI, Waldir José, (org). **No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Xamã, 1997.

QUIVY, R. E Campenhoudt. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de Iniciação à pesquisa.** Rio do Sul: Nova Era, 1999.

SADER, Emir e Gentili, Pablo. (org). **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVEIRA, Paulo. Estrutura e História. In: FÉLIX, Moacir (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1978.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e Oliveira, Manfredo A. de.(Orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª edição. São Paulo/Fortaleza: Cortez editora/UECE, 1998.

ZIZEK, Slavoj [Org.]. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Periódicos, artigos e teses

DIEESE. Anuário dos Trabalhadores. 2000-2001.

DRAIBE, S. M. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. In: Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. São Pulo: Universidade de São Paulo, mar/mai 93, número 17, 1993. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/>. Acessada em: 06/11/2007.

FRIGOTTO, G. **Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação**. Contexto & Educação. Ijuí: UNIJUÍ, Ano 9, n.34, 1994.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório global 2004. Global Entrepreneurship Monitor, 2004. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 30/10/2006. Acessada em: 06/11/2007.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**: Relatório global 2005. Global Entrepreneurship Monitor, 2005. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br>. Acesso em 30/10/2006.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil** – relatório global 2006. Global Entrepreneurship Monitor, 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Acesso> . Acesso em 26/10/2007.

GOMES, Maria Soledad E. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado. UFRJ, 2002.

IANNI, Otávio. **As Ciências Sociais e a Modernidade-Mundo: uma ruptura histórica e epistemológica**. Revista de Ciências Humanas, Curitiba, n. 10, UFRP, p. 29-71, 2001.

IASI, Mauro Luiz. **A mediação particular e genérica da consciência de classe. O partido dos trabalhadores entre a negação e o consentimento.** Tese de doutoramento. USP. 2004

IBGE, **Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego** 1980. Rio de Janeiro, IBGE: Série de Relatórios Metodológicos, vol. 2, 1983. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 30/10/2006.

IBGE, **Pesquisa Mensal de Emprego** 2005. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 30/10/2006.

IBGE, **Pesquisa Mensal de Emprego** - Notas Técnicas, 2004. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 30/10/2006.

IPEA - **Pesquisa Mensal de Emprego.** Banco de dados agregados IPEA/DATA. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acessado em 10/07/2007.

LENE, Hérica. **A crise da Gazeta mercantil: tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro.** Dissertação defendida no Mestrado em Comunicação da Universidade Federal Fluminense em 2004.

KURZ, Robert. **As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise.** *Estud. av.*, maio/ago. 1993, vol.7, no.18, p.7-41. ISSN 0103-4014.

LOBO, Sonia Aparecida. **Do trabalhador adequado ao capital.** Revista Humanidades em foco. Ano 3 n.6 , 2005.

MARTINEZ, Vinício C. **Estado liberal** . Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1276, 29 dez. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9335>>. Acesso em 08/10/2007.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O Olimpo para os Sobreviventes: Representações Sociais e Mundo do Trabalho.** Revista Espaço Acadêmico, n. 28, 2003. ISSN 1519.6186. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 08/10/2007.

PAULANI, L. **Neoliberalismo e individualismo.** Economia e Sociedade, ao 8, n. 2. Disponível: <http://www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/viewarticle.php?id=164>. Acesso em 08/10/2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano no Brasil-2005.** Disponível na Internet via <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 30/10/2006.

PRADO, Eleutério F. S. **Uma formalização da mão invisível.** Estudos Econômicos. São Paulo, 2006, vol.36, n. 1, ISSN 0101-4161.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano no Brasil-2005**. Disponível na Internet via <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 30/10/2006.

SEBRAE. **Brasil é o sexto país mais empreendedor do mundo**. Agência Sebrae de Notícias. Disponível em: www.df.sebrae.com.br/preview/creator2/webs/sebrae/jornal/area5_cont_noticia_geral_detalhe.cfm?cd_noticia=2248. Acesso em 30/10/2006.

SEBRAE. **Percepção de novas oportunidades aumenta empreendedorismo no Brasil**. In: Agência Sebrae de Notícias. Disponível em: www.sebrae.com.br/br/ued/estat_empreendedorismo.htm. Acesso em 30/10/2006.

SORJ, Bila. **Trabalho A Domicílio: Novas Formas De Contratualidade**. Texto para discussão nº 717, abr. 2000, Rio de Janeiro: IPEA. ISSN 1415-4765. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0717.pdf. Acesso em 25/09/2007.

SORJ, Bila. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Rev. bras. Ci. Soc., jun. 2000, vol.15, no.43, p.25-34. ISSN 0102-6909.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, **Vida social e capital na virada do milênio: apontamentos e interpretações**. *Educ. Soc.*, Apr. 2003, vol.24, no.82, p.159-178. ISSN 0101-7330. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 30/10/2006.

TUMOLO, Ligia M. S.; TUMOLO, P. S. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 327-344, 2004.

TURMINA, Adriana Cláudia. **A auto-ajuda como a nova pedagogia do capital**. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2005.

ENTREVISTADOS

Maria: Florianópolis-SC;

Paulo: Florianópolis-SC;

Jorge: Florianópolis-SC;

Ana: Florianópolis-SC;

Dulce: Florianópolis-SC;

Rosa: Florianópolis-SC;

Antônio: Florianópolis-SC;

Marcos: Florianópolis-SC;

Marcelo: Florianópolis-SC;